

# POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS EM ÁREAS DE PROTEÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

## Conflitos e direitos

(21/07/2011)

### Sumário

<u>Sumário.....</u>	<u>1</u>
<u>REGIÃO SUL - PARANÁ.....</u>	<u>3</u>
<u>1.Parque Nacional do Superagui (PR) .....</u>	<u>4</u>
<u>2.Estação Ecológica de Guaraqueçaba (PR).....</u>	<u>4</u>
<u>3.Estação Ecológica Ilha do Mel .....</u>	<u>12</u>
<u>4.Parque Nacional do Iguaçu.....</u>	<u>16</u>
<u>5.Estação Ecológica do Guaraguaçu.....</u>	<u>19</u>
<u>6.Parque Estadual das Lauráceas.....</u>	<u>20</u>
<u>REGIÃO SUL – SANTA CATARINA.....</u>	<u>22</u>
<u>7.Estação Ecológica de Carijós.....</u>	<u>22</u>
<u>8.Parque Nacional de Aparados da Serra .....</u>	<u>25</u>
<u>9.Parque Nacional da Serra Geral .....</u>	<u>25</u>
<u>10.Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.....</u>	<u>31</u>
<u>11.Parque Nacional São Joaquim.....</u>	<u>37</u>
<u>REGIÃO SUL – RIO GRANDE DO SUL.....</u>	<u>40</u>
<u>12.Parque Nacional da Lagoa do Peixe.....</u>	<u>40</u>
<u>13.Parque Estadual de Itapuã.....</u>	<u>45</u>
<u>14.Parque Florestal Nonoai.....</u>	<u>49</u>
<u>REGIÃO SUDESTE- SÃO PAULO.....</u>	<u>51</u>
<u>15.Parque Estadual de Ilhabela.....</u>	<u>51</u>
<u>16.Estação Ecológica Juréia-Itatins.....</u>	<u>56</u>
<u>17.Parque Estadual da Serra do Mar.....</u>	<u>63</u>
<u>18.Parque Estadual da Ilha do Cardoso.....</u>	<u>66</u>
<u>19.Parque Estadual Alto do Ribeira (PETAR).....</u>	<u>71</u>
<u>20.Parque Estadual Jacupiranga.....</u>	<u>76</u>
<u>21.Parque Estadual Carlos Botelho.....</u>	<u>79</u>
<u>22.Parque Estadual Intervalos.....</u>	<u>83</u>

<a href="#">23.Parque Estadual do Jurupará.....</a>	<a href="#">89</a>
<a href="#">REGIÃO SUDESTE – RIO DE JANEIRO.....</a>	<a href="#">94</a>
<a href="#">26.Reserva Biológica Estadual Praia do Sul.....</a>	<a href="#">105</a>
<a href="#">27.Parque Estadual da Ilha Grande.....</a>	<a href="#">110</a>
<a href="#">28.Parque Nacional da Restinga da Jurubatiba.....</a>	<a href="#">115</a>
<a href="#">29.Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba.....</a>	<a href="#">119</a>
<a href="#">30.Reserva Biológica do Tinguá.....</a>	<a href="#">123</a>
<a href="#">31.Parque Estadual da Pedra Branca.....</a>	<a href="#">124</a>
<a href="#">32.Reserva Ecológica Estadual de Jacarepiá.....</a>	<a href="#">125</a>
<a href="#">33.Parque Estadual do Desengano.....</a>	<a href="#">126</a>
<a href="#">REGIÃO SUDESTE- MINAS GERAIS.....</a>	<a href="#">127</a>
<a href="#">34.Parque Estadual do Rio Doce.....</a>	<a href="#">127</a>
<a href="#">35.Parque Estadual Serra do Papagaio.....</a>	<a href="#">130</a>
<a href="#">36.Parque Nacional do Caparaó.....</a>	<a href="#">133</a>
<a href="#">REGIÃO SUDESTE- ESPÍRITO SANTO.....</a>	<a href="#">135</a>
<a href="#">37.Parque Estadual de Itaúnas.....</a>	<a href="#">135</a>
<a href="#">38.Reserva Biológica de Comboios.....</a>	<a href="#">140</a>
<a href="#">REGIÃO CENTRO-OESTE- MATO GROSSO.....</a>	<a href="#">142</a>
<a href="#">39. Estação Ecológica da Serra das Araras.....</a>	<a href="#">142</a>
<a href="#">REGIÃO CENTRO-OESTE- GOIÁS.....</a>	<a href="#">145</a>
<a href="#">40.Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.....</a>	<a href="#">145</a>
<a href="#">41.Parque Estadual Terra Ronca.....</a>	<a href="#">149</a>
<a href="#">REGIÃO NORDESTE - BAHIA.....</a>	<a href="#">151</a>
<a href="#">42.Parque Nacional Monte Pascoal.....</a>	<a href="#">151</a>
<a href="#">44.Parque Nacional da Chapada da Diamantina.....</a>	<a href="#">156</a>
<a href="#">45.Reserva Biológica do Una.....</a>	<a href="#">163</a>
<a href="#">REGIÃO NORDESTE.....</a>	<a href="#">164</a>
<a href="#">PIAUI.....</a>	<a href="#">164</a>
<a href="#">46.Parque Nacional Serra da Capivara.....</a>	<a href="#">164</a>
<a href="#">MARANHÃO.....</a>	<a href="#">167</a>
<a href="#">47.Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.....</a>	<a href="#">167</a>
<a href="#">ALAGOAS.....</a>	<a href="#">171</a>
<a href="#">48.Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu.....</a>	<a href="#">171</a>
<a href="#">SERGIPE.....</a>	<a href="#">173</a>

<a href="#">49.Parque Nacional Serra da Itabaiana.....</a>	<a href="#">173</a>
<a href="#">50.Reserva Ecológica Mata do Pau Ferro.....</a>	<a href="#">176</a>
<a href="#">AMAZONAS.....</a>	<a href="#">177</a>
<a href="#">51.Parque Nacional do Jaú.....</a>	<a href="#">177</a>
<a href="#">52.Parque Nacional de Anavilhanas.....</a>	<a href="#">183</a>
<a href="#">53.Parque Nacional Pico da Neblina.....</a>	<a href="#">186</a>
<a href="#">54.Parque Nacional da Amazônia .....</a>	<a href="#">190</a>
<a href="#">REGIÃO NORTE- TOCANTINS.....</a>	<a href="#">194</a>
<a href="#">55.Parque Estadual do Jalapão.....</a>	<a href="#">194</a>
<a href="#">56.Parque Nacional do Araguaia.....</a>	<a href="#">197</a>
<a href="#">PARÁ 201</a>	
<a href="#">AMAPÁ.....</a>	<a href="#">205</a>
<a href="#">58.Reserva Biológica de Maracá-Jipioca.....</a>	<a href="#">205</a>
<a href="#">59.Parque Nacional Cabo Orange.....</a>	<a href="#">209</a>
<a href="#">60.Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque.....</a>	<a href="#">213</a>
<a href="#">ACRE 221</a>	
<a href="#">61.Parque Nacional da Serra do Divisor.....</a>	<a href="#">221</a>

## REGIÃO SUL - PARANÁ

## 1. **Parque Nacional do Superagui (PR)**

## 2. **Estação Ecológica de Guaraqueçaba (PR)<sup>1</sup>**

### **Criação**

O Parque Nacional de Superagui e a Estação Ecológica de Guaraqueçaba estão localizados no litoral norte do Paraná, em uma área de Floresta Atlântica com predominância de mangues, abrangendo umas das importantes regiões que compõem o Complexo Estuarino Lagunar (Cananéia, Iguape e Paranaguá).

Criado pelo Decreto nº 97.688 de 25 de abril de 1989, abrangendo aproximadamente 34.254 hectares, o Parque Nacional do Superagui inclui as Ilhas de Superagui, Pinheiro, Pinheirinho, das Peças e a porção continental do Vale do Rio dos Patos.

Inserida na área abrangida pelo Parque Nacional do Superagui, a Estação Ecológica de Guaraqueçaba inclui parte da Ilha das Peças e da Ilha de Superagui e as ilhas Pinheiro e Pinheirinho, a Ilha das Laranjeiras, Rabelo, Pavoce e do Sambaqui. Criada pelo decreto nº 87.222 de 31 de maio de 1982, esta unidade possui 4.835 hectares.

### **População tradicional**

O IPARDES (2010: 83) define as populações tradicionais presentes na APA de Guaraqueçaba, e conseqüentemente no Parque Nacional de Superagui e na Estação Ecológica de Guaraqueçaba, como pescadores artesanais e agricultores familiares. Entretanto, diversos estudos acadêmicos, inclusive de cunho antropológico, distinguem as populações desta região como populações tradicionais caiçaras, caracterizadas pela miscigenação étnico-cultural entre indígenas, negros africanos e colonizadores europeus e pelas inúmeras especificidades ambientais, históricas e locais.

No ano de criação do parque, aproximadamente seiscentas famílias ocupavam as áreas da ilha de Superagui e da ilha das Peças (NUPAUB, 1994: 366). Atualmente, esta população está distribuída na unidade de conservação em cerca de treze comunidades. De acordo com CULTIMAR (2008), aproximadamente duzentas famílias residem no interior do parque.

---

<sup>1</sup> Texto produzido por Bárbara Elisa Pereira.

O Parque Nacional de Superagui também abrigava cerca de dez famílias indígenas guarani na data de sua criação. Atualmente, essas famílias migraram para Cananéia, Paranaguá e Guaraqueçaba, de modo que a aldeia foi extinta.

### **Conflitos**

As propostas de delimitações do Parque Nacional de Superagui foram elaboradas em conjunto entre as populações residentes e o Instituto de Terras, Cartografia e Floresta (ITCF – PR), caracterizando-se como a primeira experiência nacional de participação das comunidades em processos de criação (VON BEHR, 1991: 134). Este mesmo processo não foi aplicado na criação da estação ecológica.

Entretanto, o Decreto Federal n ° 90.547 de 25/09/1990 impôs restrições às atividades tradicionais que utilizavam a vegetação nativa do local, vedando também o corte de matas secundárias. Como a população local do PARNA depende desses recursos naturais, faz-se necessário desrespeitar a legislação a fim de garantir a sobrevivência (VON BEHR, 1991: 135).

Parte dos conflitos existentes entre o estado e as populações tradicionais caiçaras é desencadeada pelas restrições de acesso aos recursos naturais, impostas pela legislação ambiental. Estas restrições impedem o desenvolvimento de atividades extrativistas, essenciais para a sobrevivência no local e parte das práticas culturais seculares, difundidas por estas populações. Entre estas atividades, as mais afetadas são a agricultura e a caça de subsistência, a pesca (de subsistência e comercial), juntamente com a retirada de madeira (confecção de canoa) e palmito (fins comerciais) (MACEDO, 2008: 95).

A outra falha existente na criação destas unidades, que reflete em conflitos que se estendem até os dias atuais, refere-se aos aspectos fundiários. Como unidades de conservação de proteção integral, o Parque Nacional de Superagui e a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, não permitem a existência de moradores em seus interiores. Porém, como o governo não possui as condições necessárias para retirar os moradores e realocá-los em outras áreas, os mesmos continuam a habitar o parque e a estação de forma ilegal, mas cercados de restrições.

As questões fundiárias também são responsáveis por conflitos entre as populações locais e grandes empresas, e dessas com os órgãos fiscalizadores. Estas empresas afirmam que a ilha de Superagui corresponde ao patrimônio das mesmas. Ao mesmo tempo, outras empresas madeireiras atuam na região, desmatando a área para

venda da madeira e posterior criação de búfalos, o que interfere na realização das atividades de subsistência das comunidades locais, visto que as mesmas dependem dos recursos naturais (NUAPUB, 1994: 368).

Além desses aspectos, o decreto de criação do parque exclui da porção norte da ilha de Superagui uma faixa de quinhentos metros de largura ao longo dos trinta e sete quilômetros do seu litoral. Esta exclusão abriu lacunas na proteção da área, uma vez que favoreceu a especulação imobiliária na região, ao mesmo tempo em que restringiu o acesso das populações tradicionais às áreas anteriormente utilizadas para o desenvolvimento de diversas atividades (VON BEHR, 1991: 134; NUPAUB, 1994: 367).

A especulação imobiliária está entre umas das razões dos conflitos existentes entre as populações caiçaras locais e o setor privado. Como os territórios dessas populações apresentam características físicas com amplo potencial turístico, tanto pessoas físicas quanto grupos privados se fundamentaram nas premissas da conservação da natureza para desenvolver atividades de “turismo ecológico” ou “eco turismo” (KASSEBO-EHMER, 2007: 85; NUPAUB, 1994: 368). Apesar de trazer alguns benefícios econômicos para as comunidades, estas atividades são responsáveis pelo êxodo de muitas famílias, que vendem suas propriedades por valores que não condizem com os reais valores de mercado. Após a venda, estas famílias acabam integrando as áreas favelizadas dos centros urbanos mais próximos, dirigindo-se para a Ilha dos Valadares (periferia de Paranaçuá). Além disso, existem diversas ocorrências de grilagem e expulsões.

### **Relatos de moradores**

As pesquisas e relatórios consultados demonstram que as memórias das populações caiçaras do Parque Nacional de Superagui e da Estação Ecológica de Guaraqueçaba remetem constantemente às restrições impostas pelos órgãos ambientais fiscalizadores:

*“A pior coisa que inventaram na vida foi esse tal de IBAMA. Eu e todo mundo pensamos assim. Acho que nem precisa fazer essa pergunta pros outros, todos pensam isso, acho que não existe outra coisa pior que IBAMA. Por exemplo, quem tem terreno grande vende um pedaço e ganha um dinheirinho. Eu por exemplo, se eu tivesse, eu venderia, compraria minha embarcação,*

*mas o IBAMA não deixa vender. Os que venderam têm sua embarcação, sua casinha, agora quem não conseguiu vender está assim, como eu, pensando em embarcação dos outros. Em Superagüi derrubaram todas as casas de turista. É ruim porque turista paga salário pro pescador cuidar da casa”.*  
*Pescador artesanal de Vila das Peças. (KASSEBOEHMER, 2007: 68).*

O impedimento de realizar as atividades de subsistências que integram o modo de vida tradicional dessas populações é considerado incoerente por essas populações, e em desacordo com a realidade do próprio ecossistema local:

*É como eu falei (pausa): cateto, paca, tatu, tamanduá, essas caças miúdas, até mesmo o porco do mato, se não tiver capoeira, ele não vive (pausa). Da onde que ele vai comer um milho? Então um passarinho vai comer um capim. Passarinho que come fruto de capim: que é tiriva, baitaca (pausa) é (pausa) tuim (pausa) é (pausa) coleiro, curió. Esses passarinhos miúdo. Hoje você não vê mais, porque não tem o que ele comer. Pedra não enche pássaro nenhum. Nós prantava, vamos dizer uma roçadinha de arroz, de um alqueire de semente, um alqueire de semente, ou meio alqueire, era o suficiente pra uma família, pra um pai de família que tinha 10 filhos passar o ano inteiro (pausa). O resto... colhia só metade daquilo. O resto era tiriva, era baitaca, era o xoxó, era o coleiro, o tuim, piriquito, era comida pra eles. Hoje você não vê um pássaro desse voando ai. Quando você vê um periquito fala hoje por aqui, da até uma tristeza, uma lembrança daqui. (pausa). Da um, é um, sentimento na gente, um tempo que passou tão bom, que hoje não temo nada disso. O que que o povo vai fazer pra viver? foi o que gente falou a pouco. Tem um salarinho, tem que ficar catando alguma ostrinha, um peixinho. Vendendo, dando por um pouco mais de nada por aqui. Você vai daqui ate Paranaguá por causa de 10 quilos de peixe? Vender lá? Não compensa!*

*Você vai La vender o quilo do parati por 1,50, vai comprar óleo diesel a um quase dois reais. dois e pouca tá o diesel né agora. 2,50. Daqui lá você vai gastar 15, 20 de diesel de ida e volta. Isso pra não gastar nada. 15 litro de diesel a 2,50 vezes quanto vai dar. Agora você leva 30 quilos de parati vai da (pausa) a 1,50. Você veja bem o lucro (lucro. Então você prefere ficar aqui catando uma ostra, ganhando uma merreca aqui, que male mal da pra comprar o café como se diz. Argum atravessador que vem comprar seu peixe, pagam o que você bem quer. Pagam as vez bem, outras vez já vai mancando. Outra vez já leva num paga, como sempre acontece aqui.*

*Morador de Abacateiro –Parque Nacional de Superagui.*

A pesca, por exemplo, principal atividade econômica da região, sofre de uma série de restrições, compreendidas pelos caiçaras, mas que não vão ao encontro de suas necessidades básicas:

*“Já fui preso porque pesquei no defeso do camarão. Mas se não pescar morre de fome. Seguro-desemprego só recebe depois de 3, 4 meses, tem que meter a cara”.*

*Pescador artesanal da Ilha das Peças. (KASSEBOEHMER, 2007: 67)*

Já em relação às atividades agrícolas e extrativistas, percebe-se que as comunidades acabam ficando entre a necessidade de “fazer a roça” e o medo de sofrerem as sanções legais:

*“Antes se roçava, agora não se roça mais. Bem por causa da lei ambiental. Aqui nós estamos [...] eu vou falar sinceramente com você, abertamente mesmo, porque nós aqui estamos muito oprimido. Nem que a gente quisesse fazer, eu não posso. Estou dentro de um parque, então eu não posso cortar nem um pedaço de uma árvores, na frente da minha casa, que vem o IBAMA e me multa”.*

*Professora de Tibicanga (DORES, 2004: 334).*



*“A gente parou com a roça porque agora não dá mais, porque pra trabalhá com plantaçõo tem que tirá o mato e fazê o desmatamento é crime né”*

*Morador da Vila das Peças (NELSON, 2003: 33).*

Esta mesma situação se aplica a um dos símbolos da cultura caiçara, a construção das canoas, o meio de transporte mais utilizado pela população na região:

*“Proteger, sempre foi protegido. Por que proteger só aqui? Tinha é que proteger tudo, não só aqui. Outro dia meu filho precisou de um pau para fazer um remo, entrou no mato e escutou barulho. Escondeu-se e viu que era o pessoal do IBAMA, ficou escondido no chão até o pessoal ir embora”.*

*Pescador artesanal de Vila das Peças. (KASSEBOEHMER, 2007: 74)*

Sobre os conflitos que ocorrem entre as populações caiçaras e segmentos do setor privado, dificilmente se encontra relatos de moradores. Cabe ressaltar, no entanto, que este fato ocorre também devido aos objetos das pesquisas estarem focados na relação entre o estado e estas populações.

As informações disponíveis demonstram que a atividade turística na região ocorre tanto de forma esporádica como pela fixação de casas de veraneio, sendo geradoras de conseqüências diferentes sobre a população caiçara.

*“O turismo está sendo uma grande coisa porque ele vem ajudando muito os pescadores, porque se há um barzinho ou qualquer coisa, eles vêm de lá e compram alguma coisa, é uma grande coisa. São todos educados, a gente não tem o que falar deles. Eles gostam daqui, do Superagüi, e a gente também tem que respeitar eles, porque eles são gente igual a nossa, gostam de passear, moram numa cidade grande e querem conhecer uma ilha. Eles respeitam a gente e a gente tem de respeitar eles”.*

*Pescador artesanal de Vila das Peças. (KASSEBOEHMER, 2007: 86)*

Enquanto aquele primeiro segmento do turismo traz benefícios econômicos, o outro está envolvido por questões fundiárias. A atividade turística na região gera maiores interesses de alguns visitantes, que buscam estabelecer casas de veraneio, comprando propriedades de moradores locais por valores abaixo do preço de mercado. Os caiçaras que vendem estas propriedades acabam se tornando caseiros ou deslocam-se para as periferias de centros urbanos.

### **Referências bibliográficas**

BEHR, Miguel. *Homem e Ambiente em Guarakessaba, Paraná: passado, presente e futuro*, PUC-Curitiba, 1991.

CUNHA, Lucia Helena: *Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos. O caso de Guaraqueçaba*: Nupaub-USP, 1989.

CULTIMAR. *Recursos Naturais na Vida Caiçara*. Curitiba: Grupo Integrado de Aqüicultura e Estudos Ambientais. Universidade Federal do Paraná, 2008.

DORES, Andrielle. “Tibicanga é nossa, o Parque não”. In: *Enciclopédia Caiçara, IV Volume; História e Memória*. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2004.

KASSEBOEHMER, Ana Livia. *Restrições e Impactos da Legislação Ambiental Aplicada no Município de Guaraqueçaba – Paraná*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). *Caderno estatístico município de Guaraqueçaba*. Curitiba: Ed. IPARDES, 2010.

LOBÃO, Ronaldo Joaquim S.: *Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma Política Pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento*. Tese de doutorado apresentada ao PPGAS da Universidade de Brasília, 2006.

MACEDO, Heitor Schulz. Processos participativos na gestão de áreas protegidas: Estudo de caso em unidades de conservação de uso sustentável da zona costeira Sul do Brasil. Dissertação de mestrado. Meio Ambiente e desenvolvimento. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

NELSON, Pedroso Junior. Etnoecologia e conservação em áreas naturais protegidas: incorporando o saber local na manutenção do Parque Nacional de Superagui. Dissertação de mestrado. Universidade de São Carlos. São Paulo, 2003.

NUPAUB. Conflitos sobre populações humanas e unidades de conservação em Mata Atlântica. São Paulo, 1994.

SPVS. Comunidades Pesqueiras da APA de Guaraqueçaba: uma caracterização sociocultural. In: Co-Gestão de manejo ambiental e desenvolvimento comunitário na APA de Guaraqueçaba-Pr, 1995.

VIVEKANANDA, Guadalupe. Parque Nacional do Superagui: a presença humana e os objetivos de conservação. Curitiba, 2001.

### **3. Estação Ecológica Ilha do Mel<sup>2</sup>**

#### **Criação**

---

<sup>2</sup> Texto produzido por Bárbara Elisa Pereira

Com 2.240.69 hectares dentro dos seus limites, a Estação Ecológica da Ilha do Mel Conservação está inserida em uma área de Floresta Atlântica, restinga e mangue, localizada no litoral norte do Paraná. Com relevante potencial turístico, esta unidade de conservação de proteção integral foi criada pelo Decreto Estadual nº 5.454 de 21 de setembro 1982.

A ilha do Mel constitui-se com um importante ponto turístico para o litoral do Paraná. Recebe milhares de visitantes, limitados a cinco mil por dia (sendo este controle desenvolvido nos pequenos portos dos quais partem os barcos em direção à ilha, um em Paranaguá e outro em Pontal do Paraná), principalmente durante o verão e feriados prolongados.

Na década de 90, o istmo central da ilha, na localidade de Nova Brasília, foi completamente erodido, e a Ilha do Mel sofreu uma divisão natural do seu território, ocasionada pelo aumento do nível do mar. Atualmente, o acesso entre as partes da ilha depende do movimento da maré (enchente ou vazante).

### **População tradicional**

As populações tradicionais presentes na área abrangida por esta unidade de conservação são caracterizadas como caiçaras e pescadores artesanais, sendo aqueles que são moradores da ilha a mais tempo, denominados localmente como nativos. De acordo com ATHAYDE & TOMAZ (1995: 55), em 1950 a Ilha do Mel possuía 513 habitantes, já em 1980 havia aproximadamente 600 pessoas, distribuídas em quatro comunidades (Nova Brasília, Farol, Fortaleza e Vila das Encantadas).

No interior da Estação Ecológica da Ilha do Mel existem aproximadamente sete famílias, enquanto que em seu entorno foram contabilizadas sessenta famílias (NUPAUB, 1994: 383).

### **Conflitos**

Como uma área que desperta inúmeros interesses privados, entre os principais conflitos existentes na Estação Ecológica da Ilha do Mel se destacam aqueles que envolvem o turismo, seja pela intensa ocorrência desta atividade de maneira predatória, como também pela especulação imobiliária que proporciona.

Como a unidade de conservação não possui um planejamento prévio para a realização de atividades turísticas (exceto a limitação de visitantes na ilha), são gerados diversos impactos negativos no ambiente local, os quais refletem diretamente na

população humana Estes impactos incluem desde a acumulação de lixo até a contaminação da água é que utilizada diariamente pela população local (ATHAYDE & TOMAZ, 1995: 52).

A intensa atividade turística, recorrente na área desde 1930, também pode ser responsabilizada pela descaracterização do modo de vida tradicional da população, visto que se tornou a principal atividade econômica dos caiçaras e pescadores artesanais da ilha.

Além da descaracterização, existe o interesse de muitos turistas em adquirir uma propriedade no local. Atualmente, a especulação imobiliária não remete às vendas de propriedades pelos moradores tradicionais por preços abaixo do valor de mercado, visto que o valor de uma propriedade na ilha é bem conhecido. No entanto, no início da intensificação da atividade turística, ocorreram vendas de propriedades aos turistas por preços módicos.

Com a criação da unidade de conservação, restringiu-se a construção e reformas de casas, as quais mesmo com a diminuição do istmo da ilha (responsável pela perda de muitas propriedades) não podem ser realizadas, independentemente de pertencerem a moradores nativos ou veranistas (NUPAUB, 1994: 383).

Ao que se referem ao estado, os aspectos fundiários não são responsáveis pela geração de conflitos com a população tradicional, pois se considera que a área foi regulamentada (NUPAUB, 1994: 382). Neste ponto, constata-se uma divergência entre os dados coletados, pois enquanto um aponta para a existência da regularização fundiária, outro afirma a presença de moradores no interior da unidade.

A utilização direta dos recursos naturais para a sobrevivência da população remete a um passado recente (aproximadamente quarenta anos, segundo moradores locais). A implantação de uma área protegida ocasionou diversas restrições sobre o acesso aos recursos naturais, assim como conflitos entre a população e órgãos fiscalizadores e administrativos da área. Entre as principais causas desses conflitos, destaca-se a impossibilidade da realização de atividades extrativistas, como o corte de madeira para a construção de casas ou produção de instrumentos de uso particular.

As proibições sobre as atividades de caça também ocasionam problemas no relacionamento do estado com essas populações, que tem o desenvolvimento desta atividade difundido por diversas gerações. Do mesmo modo, a realização da agricultura de subsistência e a criação de animais também são restritas (ATHAYDE & TOMAZ, 1995: 81).

## Relatos de moradores

Apesar de não estar registrada ou divulgada, a geração de intensos impactos sobre os moradores da unidade de conservação pelas restrições de acesso aos recursos naturais também é lembrada pelos entrevistados da pesquisa de Athayde e Tomaz.

*O Sr. Diamantino citou também o uso da raiz de figueira (*Ficus spp*) na confecção de gamelas e tinas grandes para banho. O palmito (*Euterpe edulis*) era utilizado na alimentação e segundo alguns entrevistados tinha muito palmito na ilha. (ATHAYDE & TOMAZ, 1995: 68)*

*O Sr. Diamantino lembra da época que o pessoal tirava mel de abelha dos troncos das árvores na atual área da Estação Ecológica. Sr. Luciano disse que cada família tirava de 5 a 10 litros de mel por ano. Reconhece a abelha mirim, a jataí, a mandassaia, a Europa e a guarupú. Sr. Luciano afirmou inclusive que o nome da Ilha vem do hábito antigo de extração do mel silvestre. Segundo ele, “ninguém mais vai na mata, mas tem muito palmito e abelha” (ATHAYDE & TOMAZ, 1995: 68)*

Tal como em outras unidades de conservação, as restrições de acesso aos recursos naturais incidiram sobre o modo de vida, e conseqüentemente, provocou uma série de mudanças, como é possível observar no relato de um morador da ilha:

*“Antigamente (até uns quarenta anos atrás) não precisava comprar nada na cidade. Tinha muita mandioca, aipim, batata doce, milho. Na reserva tinha muita terra boa. Só cuidar da formiga. A gente dava pro pessoal que não plantava [...]”*

*Morador da Ilha do Mel. (ATHAYDE & TOMAZ, 1995: 67)*

Entre os conflitos recorrentes na Estação ecológica da Ilha do Mel, percebe-se que as atividades turísticas geram os maiores impactos no modo de vida da população local:

*“Agora tá todo mundo virando turista.”*

*Morador da Ilha do Mel (ATHAYDE & TOMAZ, 1995: 82)*

*“[...] o jovem de hoje pegou o lado ruim do turismo não sabe trabalhar... os jovens, da noite para o dia mudaram a sua maneira antiga de viver. De manhã vêem o surfista, pegam um pedaço de tábuas e vão atrás, não constrói nada, o que ganha no dia gasta a noite com bebidas nos bares de turistas...tem é que estar preparado para saber lidar com os turistas e saber ganhar com isso em vez de ficar se perdendo por ai [...]”*

*Morador da Ilha do Mel (ATHAYDE & TOMAZ, 1995: 82)*

### **Referências bibliográficas**

ATHAYDE, S. & TOMAZ, L. Áreas Naturais protegidas e comunidades locais da Ilha do Mel – PR – Brasil. IN: Nerítica, vol.9 (1-2), p. 49-91. Curitiba, 1995.

NUPAUB. Conflitos sobre populações humanas e unidades de conservação em Mata Atlântica. São Paulo, 1994.

#### **4. Parque Nacional do Iguaçu**

##### **Criação**

O Parque Nacional do Iguaçu foi criado pelo decreto nº 1.035, de 10/01/1935 e incluído na Lista do Patrimônio Mundial durante Conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris em novembro de 1986, sendo o único bem natural brasileiro até agora inscrito nesta lista.

O parque possui uma área de 185.000 hectares localizados nos limites dos municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu,



Medianeira, Matelândia, Céu Azul, Santa Tereza do Oeste e Capitão Leônidas Marques, todos no Estado do Paraná.

### **População tradicional**

Segundo o administrador, os únicos moradores no interior do parque são os funcionários da unidade, apesar de até a década de 70, haver cerca de 400 famílias (NUPAUB: 1995).

Quanto à população do entorno, é impossível determinar o número, pelo extenso limite do parque.

### **Conflitos**

A situação fundiária do parque encontra-se totalmente regularizada. De acordo com Pádua (2007), a remoção de todos os colonos ocorreu por meio da titulação de terras localizadas fora da área do Parque Nacional, nas suas imediações, com suporte de assistência técnica e insumos. Todos foram indenizados e obtiveram terra boa nas proximidades do Parque Nacional do Iguaçu e tiveram êxito na produção de soja no projeto OCOI, chegando mesmo a alcançar recordes de produção por hectare (PÁDUA, 2007).

Os conflitos enfrentados pelos administradores do Parque Nacional do Iguaçu estão relacionados principalmente ao turismo e à população residente na área de entorno do parque (NUPAUB, 1995).

*A presença, no Parque, de uma estrada federal (BR-469) e do Hotel das Cataratas, além de criar vários problemas de toda ordem, desfigura e desvirtua o Parque Nacional do Iguaçu (NUPAUB, 1995).*

O trecho da estrada BR 163 que liga Medianeira à Capanema cortando o Parque numa extensão de 18 quilômetros correspondendo a uma faixa desmatada de 12,5 metros de largura, representa uma ameaça constante à integridade do Parque e ao equilíbrio das populações animais da região.

Denominada como "estrada do colono", a BR 163 foi fechada cautelarmente desde julho de 1986, o que gerou protestos da população habitante do entorno. Eles se consideravam prejudicados com a interrupção, na medida em que é uma das vias de acesso do sudoeste para o oeste do Paraná. A população fez protestos ameaçando por

fogo e fazer caça indiscriminada, o que provocou a intervenção policial. Foram realizadas passeatas, bloqueios, pressão política para reabertura da estrada e revogação da liminar.

A estrada é considerada como zona inatingível pelo plano de manejo. A cidade de Capanema fazia a ligação com o oeste do Paraná através desta estrada, que é de terra e corta 18 km do parque percorrendo um total de 68 quilômetros, mais uma balsa que atravessa o rio Iguaçu. A via alternativa tem 190 quilômetros de asfalto e atravessa o rio por uma ponte.

Atualmente a estrada do colono permanece oficialmente fechada.

### **Relatos de moradores**

Não foram encontrados relatos de moradores.

### **Referências bibliográficas**

NUPAUB. Conflitos entre populações humanas e áreas naturais protegidas na Mata Atlântica. São Paulo, 1995 (versão preliminar/ circulação restrita).

PÁDUA, Maria Tereza. A desocupação do Parque Nacional do Iguaçu. 2007. Disponível em: <[http://www.oeco.com.br/maria-tereza-jorge-padua/16300-oeco\\_22919](http://www.oeco.com.br/maria-tereza-jorge-padua/16300-oeco_22919)> Acesso em 20 julho 2011.

## **5. Estação Ecológica do Guaraguaçu**

### **Criação**

A Estação Ecológica do Guaraguaçu foi criada através do Decreto 1.230 de 27 de março de 1992, incluindo uma área de 1.150 hectares em seus limites. A estação localiza-se no município de Paranaguá, no estado do Paraná e tem como ecossistemas abrangidos a Restinga e Mangue.

A estação tem regularização fundiária parcial e não possui Plano de Manejo (NUPAUB, 1995).

### **População tradicional**

No interior da Estação Ecológica do Guaraguaçu residem cinco sitiantes.

### **Conflitos**

Conforme NUPAUB (1995), esta unidade de conservação tem problemas relacionados às ações de fiscalização e com a ausência de definição fundiária. Moram no interior da estação cinco sitiantes, que vivem em duas casas e tem problemas com regularização fundiária e o desenvolvimento de atividades de caça e extrativismo vegetal de subsistência.

### **Relatos de moradores**

Não foram encontrados relatos de moradores.

### **Referências bibliográficas**

NUPAUB. Conflitos entre populações humanas e áreas naturais protegidas na Mata Atlântica. São Paulo, 1995 (versão preliminar/ circulação restrita).

## **6. Parque Estadual das Lauráceas**

### **Criação**

O Parque Estadual das Lauráceas foi criado pelo decreto nº 729 de 27 de junho de 1979 e ampliado para uma área de 23.863,48 hectares através do decreto nº 5.849 de 10 de outubro de 1989. O parque localiza-se no estado do Paraná, nos municípios de Tunas e Adrianópolis, e abrange os seguintes ecossistemas: Floresta Pluvial Tropical, Floresta Secundária de Araucária e Capoeiras.

O parque não possui Plano de Manejo e a regularização fundiária da unidade é parcial. Os problemas existentes são referentes à fiscalização, falta de pessoal administrativo e de recursos financeiros.

### **População tradicional**

Os moradores residentes no interior da unidade de conservação totalizam dezesseis habitantes divididos em quatro famílias, caracterizados como sítiantes.

### **Conflitos**

A população tradicional residente na área abrangida pela unidade de conservação enfrenta problemas com a ausência da regularização fundiária da área e dificuldades no plantio agrícola para subsistência, pois fazem em áreas limitadas, já que suas colônias não foram estabelecidas.

No entorno, encontramos outros sítiantes que enfrentam problemas com a legislação ambiental vigente na área protegida em decorrência do desenvolvimento de suas atividades tradicionais, como a caça de subsistência, extrativismo de subsistência e comercial, entrada em áreas proibidas e mau relacionamento com os guardas parques e guardas florestais que fazem a fiscalização da unidade (NUPAUB, 1995).

Segundo o informante do escritório regional a Unidade de Conservação sofre constantes invasões, devido a grande extensão de suas divisas. Estas invasões caracterizam-se, e tem por finalidade, o roubo de palmito para suprir principalmente as fábricas dos municípios de Ipiranga, Barra do Turvo, entre outras inúmeras clandestinas (NUPAUB, 1995).

### **Relatos de moradores**

Não foram encontrados relatos de moradores.

### **Referências bibliográficas**

NUPAUB. Conflitos entre populações humanas e áreas naturais protegidas na Mata Atlântica. São Paulo, 1995 (versão preliminar/ circulação restrita).

REGIÃO SUL – SANTA CATARINA

## 7. Estação Ecológica de Carijós<sup>3</sup>

### **Criação**

A Estação Ecológica de Carijós protege duas áreas de vegetação extremamente importantes, uma de manguezal e outra de restinga. Entre estas áreas, destacam-se o Manguezal do Rio Ratoles e o Manguezal de Saco Grande, com 6,25 e 0,93 quilômetros quadrados, respectivamente.

Localizada a noroeste de Florianópolis (SC) e Baía Norte da Ilha de Santa Catarina, a Estação Ecológica Carijós está distribuída em uma porção insular e outra continental. A unidade foi criada em 20 de julho de 1987 pelo Decreto Federal nº 94.656 e tem como vizinhas a Reserva Particular do Patrimônio Natural do Olandi e a Unidade de Conservação Ambiental do Desterro, administrada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em conjunto, essas três unidades de conservação compõem um importante corredor ecológico para a conservação da fauna e da flora.

### **População tradicional**

A população tradicional presente nos limites dessa unidade de conservação é caracterizada como açoriana.

Presentes nos limites da Estação Ecológica de Carijós, essas famílias desenvolvem suas atividades econômicas e de subsistências, relacionadas com a pesca e extrativismo de mangue.

Não foram encontrados registros nem para a população moradora antes da criação da unidade de conservação, nem para a população atual.

### **Conflitos**

Os conflitos existentes na Estação Ecológica de Carijós envolvem as populações tradicionais açorianas e o estado, representado pelos órgãos ambientais que administram e fiscalizam a área.

Estes conflitos se devem, principalmente, devido às restrições de acesso aos recursos naturais e aos territórios de pesca tradicionais, conseqüentes da criação desta unidade de conservação, a qual não buscou utilizar as ferramentas que garantem a

---

<sup>3</sup> Texto produzido por Bárbara Elisa Pereira

participação da sociedade no processo de criação e gestão da Estação Ecológica de Carijós:

*Na área de Ratoles, a UC englobou parcela significativa de manguezal utilizada tradicionalmente pelos pescadores locais e deixou de fora, a montante, outra extensa parcela do mesmo ecossistema, considerada essencial para a produtividade haliêutica regional. Os pescadores, impedidos até mesmo de atravessar a estação ecológica em seus deslocamentos até a faixa costeira, solicitam que a área deixada de fora e considerada berçário de várias espécies seja incorporada à UC de proteção integral e que a área tradicional de pesca seja transformada em unidade de desenvolvimento sustentável, para que nela as atividades pesqueiras sejam liberadas de forma ordenada. O IBAMA, entretanto, não tem dado qualquer abertura para a discussão do assunto  
(Comunicação pessoal Renato R Sales).*

Como uma das conseqüências, a unidade de conservação não abrangeu as áreas apontadas pelos conhecimentos tradicionais dos açorianos como locais de ampla importância para o ecossistema da região, necessárias para a reprodução de diversas espécies, ao mesmo tempo em que incluiu locais utilizados como acesso aos territórios de pesca em zonas restritivas. Desse modo, além de abrir lacunas relacionadas aos objetivos e aspectos necessários para a proteção do ecossistema local, a criação da estação Ecológica de Carijós também impõem obstáculos para a sobrevivência da população humana.

### **Relatos de moradores**

Não foram encontrados relatos de moradores relacionados com os conflitos que se desenvolvem nesta unidade de conservação.

### **Referências bibliográficas**

SALES, Renato R. Comunicação pessoal.

GUASQUE, Yara *Et. al.* Plataforma multiusuário Estação Carijós. Disponível em: < <http://www.arte.unb.br/6art/textos/yara.pdf> > Acesso em 25 de maio de 2010.

IBAMA. Estação Ecológica de Carijós. Disponível em: < <http://www.ibama.gov.br/carijos/> > Acesso em 25 de maio de 2010.

## **8. Parque Nacional de Aparados da Serra**



## 9. Parque Nacional da Serra Geral <sup>4</sup>

### Criação

O Parque Nacional de Aparados da Serra e o Parque Nacional da Serra Geral estão localizados na porção leste da divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, abrangendo os municípios de Praia Grande (SC) e Cambará do Sul (RS), totalizando 27.550 hectares de áreas protegidas. Estas unidades de conservação foram criadas pelo decreto federal nº 47.446 de 17 de dezembro de 1959 e pelo decreto federal nº 531 de 20 de maio de 1992, respectivamente

Inseridas em uma região de planaltos, com altitude média de mil metros acima do nível do mar, estes parques nacionais foram criados com o objetivo de proteger aspectos geológicos e geomorfológicos, além dos ecossistemas presentes (Floresta de Araucária, Campos e a Floresta Pluvial Atlântica e áreas de transição)

As formações geológicas e geomorfológicas podem ser consideradas importantes atrativos turísticos da região. Entre estas formações, destacam-se os cânions maiores (Fortaleza, no Parque Nacional da Serra Geral; Itaimbézinho, no Parque Nacional de Aparados). Existem ainda cânions menores como Índios, Coroados, Molha Coco, Leão, entre outros.

### População tradicional

A ocupação por populações humanas na área abrangida por essas unidades de conservação remete ao final do século XIX, período no qual os tropeiros utilizavam a região como rota entre o litoral e o planalto.

O processo colonizador da região, iniciado a partir de 1917, gerou diversos impactos ambientais negativos, pois as principais atividades econômicas desenvolvidas estavam ligadas à extração de madeira, a qual posteriormente foi substituída pela pecuária extensiva:

*[...] Antes desta data (1917) havia talvez uma ou outra casa ladeando o caminho que liga a serra ao litoral [...] Pelo ano de 1918, entre outros, habitavam em Praia Grande Idalino Cardoso, os irmãos Camilo João Inácio e Ricardo João Inácio, Abel Esteves, Amândio Cardoso de Lima e Ildefonso Ramos (REITZ, 1948)*

---

<sup>4</sup> Texto produzido por Bárbara Elisa Pereira

A partir de 1980, muitas comunidades localizadas no interior e no entorno do Parque Nacional de Aparados da Serra desapareceram, devido à extinção das reservas florestais que forneciam recursos para a extração de madeira (BRIGHTWEL, 2006). Esta atividade foi substituída pela pecuária extensiva como fonte de rendimentos para a população local.

BRIGHTWEL (2006) traz dados do IBGE referentes à população do município da Praia Grande (SC), inserida dentro dos limites das unidades de conservação. Segundo esses dados, em 1970 a população total da região era de 8.140 habitantes, sendo que 1.486 estavam fixados na área urbana e 6.674 na área rural. Já em 2000, ocorreu a diminuição da população total e uma inversão entre estas proporções, de modo que a população rural passou a ser de 3.349 habitantes, e a população urbana aumentou para 3.937.

Atualmente, a população presente nos limites Parque Nacional de Aparados da Serra e do Parque Nacional da Serra Geral é constituída por pequenos sítiantes. O entorno das unidades de conservação possui duas comunidades quilombolas (São Roque e Pedra Branca).

## **Conflitos**

Criados por decretos que excluem a participação popular, os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral desencadearam diversos conflitos entre as populações locais e o estado.

As direções dos parques integram o quadro de atores dos conflitos existentes na região, por meio das posturas autoritárias adotadas em administrações sucessivas, as quais desencadearam ressentimentos e medo por parte da população das unidades de conservação.

*Quando da criação do Parque Serra Geral, em 1992, não foi realizada consulta pública e no início da década atual o órgão gestor intentou formar o conselho consultivo das unidades de conservação ignorando a população local (moradora em áreas do interior e entorno dos parques), só abrindo espaço para sua participação após forte pressão de organizações da sociedade civil, cujos representantes chegaram a entrar em confrontação física com a polícia ambiental estadual, encarregada de garantir a segurança de uma reunião dos*

*membros do conselho, formado por representantes de órgãos públicos, ONGs ambientalistas e empresas de turismo (BRIGHTWEL, 2006).*

Concomitantemente, diversas questões fundiárias estão presentes na região, ainda que o Parque Nacional de Aparados da Serra já tenha cinquenta e um anos de existência.

*Dezenas de pequenos e médios imóveis rurais localizados no interior dos parques não foram indenizados, desde 1959, e aos seus proprietários não foram feitas propostas de realocação, determinando conflitos entre as sucessivas direções dos parques e os sitiantes em função do desenvolvimento das atividades agropecuárias (BRIGHTWEL, 2006).*

Os conflitos fundiários desencadeiam uma situação particular nas áreas dessas unidades. A comunidade remanescente de quilombolas da comunidade de São Roque foi ignorada durante a elaboração do plano de manejo, fato que gerou a necessidade desses quilombolas de lutarem pela permanência em seus territórios, visto que além da pressão do IBAMA para consolidar o processo de desapropriação, existem as restrições às atividades desenvolvidas, entre as quais se destaca a agricultura.

As atividades agrícolas estão no foco de alguns conflitos que ocorrem nessas unidades de conservação, não apenas entre os quilombolas e o estado, incluindo também conflitos entre a população presente no interior da unidade e o estado:

*Como relação à agricultura, após a reabertura do PNAS, as imposições passaram a contar com vigilância sistemática, de forma a proibir várias atividades consideradas como incompatíveis com os objetivos dos Parques (BRIGHTWEL, 2006).*

O estado também é responsável pelos conflitos que envolvem as atividades turísticas e as populações tradicionais. Em muitas ocasiões o turismo tem gerado impactos negativos ao meio ambiente, os quais também atingem a população local. Realizada de maneira inadequada, esta atividade é desordenada e pode ser caracterizada

como predatória. Inclusive, BRIGHTWEL (2006) traz alguns apontamentos do próprio Plano de Manejo do Parque Nacional de Aparados da Serra:

*O próprio plano de manejo de 2003 aponta alguns impactos decorrentes da visitação e turismo desordenados verificados recentemente: arremesso de objetos pelas bordas dos cânions; abandono de lixo nas trilhas e rios; acampamento em áreas e com técnicas inadequadas; trânsito de veículos em alta velocidade nas vias internas, expondo animais ao risco de atropelamento; coleta de espécies vegetais e outros materiais; coleta de lenha para fogueiras; realização de fogueiras em local inadequado, com risco de incêndios; conduta inadequada dos visitantes, incluindo arruaça, bebedeiras, uso de entorpecentes, barulho (aparelhos de som com volume alto); trânsito de veículos em terrenos erodíveis e de vegetação frágil; e uso clandestino de zonas de visitação restrita, burlando a fiscalização (BRIGHTWEL, 2006).*

As atividades turísticas realizadas na região beneficiam pequenas parcelas da população, entre as quais estão os agricultores que têm a possibilidade de vender partes de suas produções para os turistas ou para os estabelecimentos comerciais voltados para este público.

Além dos impactos ambientais, geradores de conflitos indiretos entre os turistas e a população local, existem também os conflitos diretos, ocasionados pela valorização da região pela sua beleza cênica, que desperta o interesse das classes urbanas (média e alta), que passam a valorizar a área como um espaço para lazer e residência de veraneio. Esta valorização contribui para a venda de propriedades com valores abaixo do preço de mercado e conseqüente êxodo da população tradicional, que se desloca para o centro do município de Praia Grande (SC).

Outro conflito direto recorrente entre as populações e os turistas está relacionado com a presença dos visitantes ao redor ou no interior de suas propriedades, muitas vezes considerada como uma invasão e até mesmo uma ameaça, pois os turistas muitas vezes são percebidos como inimigos que denunciam práticas agrícolas e extrativistas que não estão de acordo com a legislação ambiental referente a uma unidade de conservação de proteção integral.

## **Relatos de moradores**

Assim como existe escassez de informações sobre os conflitos existentes no Parque Nacional de Aparados da Serra e no Parque Nacional da Serra Geral, os relatos de moradores se restringem a algumas frases soltas em pesquisas acadêmicas.

Os breves depoimentos encontrados conseguem demonstrar a perspectiva da população local sobre as restrições impostas pela legislação ambiental que dirige as unidades de conservação de integral. A maneira como estas restrições são colocadas remete a uma imposição não fundamentada, e por isso não compreendida.

*“[...] não pode aumentar potreiro.”*

*Entrevista com morador local (BRIGHTWEL, 2006).*

*“Não pode abrir roça”*

*Entrevista com morador local (BRIGHTWEL, 2006).*

No caso das proibições referentes ao desenvolvimento das atividades agrícolas, observa-se que os moradores relatam o que não podem fazer, e que tais restrições, além de ocasionarem maiores dificuldades para a sobrevivência no local, também são responsáveis pela concretização de sentimentos de ressentimento e medo das comunidades em relação aos órgãos ambientais

*“[...] faz com que tenhamos que fazer o trabalho escondido”*

*Entrevista com morador local (BRIGHTWEL, 2006).*

*“[...] não tem roça, não tem emprego”*

*Entrevista com morador local (BRIGHTWEL, 2006).*

Estes sentimentos também estão presentes nos conflitos que envolvem as questões fundiárias do Parque Nacional de Aparados da Serra e do Parque Nacional da Serra Geral. Para a população local, a impressão do processo de desapropriação remete à sua extinção lenta, uma vez que na maior parte dos casos o Estado não executou a desapropriação e indenização de maneira direta, mas impõe restrições de uso:

*“[...] vem matando à míngua”*

*Entrevista com morador local (BRIGHTWEL, 2006).*

Ainda neste sentido, o processo indireto de desapropriação é responsável pela geração dos conflitos entre as populações humanas das unidades de conservação e as atividades turísticas:

*“[...] a tendência é piorar, só ficam os aposentados. Os ricos compram, fazem casa de final de semana, colocam um agregado”*

*Entrevista com Idelmar Speck (BRIGHTWEL, 2006).*

O relato de Idelmar Speck demonstra que as restrições de acesso aos recursos naturais e aos territórios auxiliam a especulação imobiliária na região. Com a impossibilidade de desenvolver as atividades que garantem a sobrevivência, os moradores locais, proprietários de áreas que despertam o interesse da população urbana, aceitam vendê-las por valores irrisórios. Conseqüentemente, na condição de ex-moradores dessas unidades de conservação, passam a integrar a população urbana do centro do município de Praia Grande (SC).

### **Referências bibliográficas**

SALES, Renato R. Comunicação pessoal.

BRIGHTWEL, Maria das Graças S. L. Apontamentos sobre o Parque Nacional de Aparados da Serra. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, s/d. Disponível em: < <http://www.clicengenharia.com.br/praiagrande/historias/aparadosdaserra.htm> > Acesso em 22 de junho de 2010.

\_\_\_\_\_. A ação transformadora do Parque Nacional de Aparados da Serra e do Parque Nacional da Serra Geral no município de Praia Grande/ SC: dimensões escalares e conflitos. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

REITZ, Raulino. Histórico das Capelas, C. Distrito de Praia Grande. IN: Paróquia de sombrio, 1948.

## 10. Parque Estadual da Serra do Tabuleiro<sup>5</sup>

### **Criação**

O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro é a maior unidade de conservação no Estado de Santa Catarina. Ocupa aproximadamente 1% do território de todo o estado, com uma extensão de 87.405 hectares. Criado por meio do Decreto nº 1.260 de 1975, o parque abrange áreas de nove municípios catarinenses: Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí, Garopaba e Paulo Lopes. Engloba também as ilhas de Fortaleza/Araçatuba, Ilha do Andrade,

---

<sup>5</sup> Texto produzido por Bárbara Elisa Pereira

Papagaio Pequeno, Três Irmãs, Moleques do Sul, Siriú, Coral, dos Cardos e a ponta sul da ilha de Santa Catarina.

As pesquisas e informações sobre clima, hidrografia, flora, fauna, aspectos sócio-econômicos, entre outras, serviram de base para a assinatura de outro decreto, o Decreto Estadual n. 2.335 de 17 de março de 1977, que anexava outras áreas, como os mangues dos Rios Cubatão e Aririú, entre outras terras da marinha.

A unidade de conservação possui uma sede, às margens da BR-101, no município de Palhoça, reaberta recentemente para a visitação pública. Na sede existe um prédio com estrutura montada para o recebimento de visitantes, com sala de conferências e um mirante para observação.

A criação do parque foi pautada na necessidade de proteger os tipos de vegetação existentes na área, os quais abrangem quase todos os tipos de vegetação que cobrem o Estado (Restinga, Floresta Atlântica, Matinha Nebular, Campos de Altitude e Floresta de Araucárias), distribuídos em uma área que abrange desde a faixa litorânea até a região serrana.

### **População tradicional**

A ocupação humana no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro está distribuída em 57 comunidades em seu interior e em seu entorno (OLIVEIRA, 2005), constituídas por pequenos proprietários que praticam uma agricultura tradicional originada dos primeiros colonizadores da região, em sua maioria de origem alemã, que ocuparam essas áreas no final do século XIX, e pelos pescadores que habitam a faixa litorânea abrangida pela unidade.

Até a data de criação do parque, a ocupação humana estava presente em 7% da área inserida dentro dos limites do mesmo, sendo que desses 7%, 52% foram adquiridos pelo estado após a criação da unidade de conservação. Entre 1993 e 1998, a Discriminatória Administrativa e o Cadastro Fundiário apontaram a existência de 1.741 imóveis na área da unidade de conservação, localizados próximos aos centros urbanos (Florianópolis, Palhoça, Garopaba, entre outros), dos quais apenas 3,5% não pertenciam a pessoas físicas (OLIVEIRA, 2005).

As comunidades no interior e no entorno da unidade de conservação são constituídas por agricultores, pescadores e indígenas, além dos empresários, arrendatários e comerciantes que se instalaram na região.



As atividades econômicas dessas localidades possuem uma forte relação com a região do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro na qual se encontram. A proximidade e facilidades de acesso aos centros urbanos, como à Florianópolis pela BR101, ou a localização da comunidade em locais propícios à realização de atividades turísticas, são elementos essenciais para a definição das atividades e modo de vida dessas populações.

### **Conflitos**

Os aspectos relacionados com a propriedade privada e a utilização do território inserido nos limites da unidade de conservação pela população humana local se configuram como as principais razões dos conflitos que envolvem os pequenos agricultores que habitam o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e o Estado, responsável pela criação da unidade.

A criação do parque proporcionou a realização de um Cadastramento Fundiário e de uma Discriminatória Administrativa. Com o objetivo de registrar as propriedades particulares inseridas na área, para posterior desapropriação e indenizações, estas ações foram prejudicadas pela discordância entre os registros dos próprios moradores, que se mostraram conflitantes (OLIVEIRA, 2005).

A complexidade da questão fundiária local e o fato de não ter sido resolvida totalmente resultou no processo de expansão populacional, principalmente da população urbana localizada próxima dos municípios de Palhoça e Florianópolis. Segundo Oliveira (2005), este processo foi facilitado pelo loteamento legal e ilegal de inúmeros lotes.

Ainda em relação às questões fundiárias, relata-se uma situação particular na faixa litorânea abrangida pela unidade. Anteriormente habitada por pescadores, esta região possui características que propiciam o desenvolvimento de atividades turísticas. Entretanto, como o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro não concretizou a idéia inicial de desenvolver um Plano de Manejo Setorial, as duas praias que mais sofreram pressão da atividade turística (Praia da Pinheira e Ponta dos Papagaios), foram retiradas dos limites da unidade de conservação. Esta ação proporcionou um forte processo de expansão turística no local, e a comunidade, despreparada para trabalhar com o turismo, passou a explorá-lo em conflito com as antigas atividades tradicionais, mantidas parcialmente.

A legislação ambiental que passou a prevalecer na área com a criação do parque interferiu diretamente sobre a utilização e o acesso aos recursos naturais, ocasionando restrições de uso da terra. Os métodos tradicionais utilizados na produção

agrícola local são responsáveis pelo desencadeamento de conflitos entre as comunidades rurais com órgãos de fiscalização ambiental (como a FATMA, IBAMA, Polícia Ambiental e Ministério Público). A subsistência e a economia das comunidades locais se baseiam na produção de hortifrutigranjeiros, por meio do uso de técnicas consideradas inadequadas por desgastarem rapidamente o solo e provocarem o desmatamento, e por usarem agrotóxicos em suas plantações (OLIVEIRA, 2005).

Entre as restrições de acesso aos recursos naturais, a criação do parque também incidiu sobre a atividade madeireira nas áreas abrangidas pela unidade. Muitas madeiras fecharam na época e algumas propriedades foram indenizadas (ALARCON, 2007).

É importante ressaltar que esta intervenção proporcionou o aumento da área nativa em diversas áreas da região, visto que a atividade madeireira na região ocasionava a destruição intensa do bioma

### **Relatos de moradores**

Apesar da instituição do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro ter ocorrido em 1975, a fiscalização da área, principalmente pelo IBAMA, passou a ocorrer de maneira mais intensa a partir de 1990. Os relatos dos moradores locais se referem constantemente sobre o tempo em que não existia a fiscalização e o momento em que ela passou efetivamente a ocorrer.

*“[...] Naquele tempo não tinha nada de proibido, não tinha nada, nada mesmo, porque a gente tinha liberdade de fazê alguma coisa [...] (HF)” (ALARCON, 2007).*

*“[...] Nessa época eles fizerô uma reunião lá em São Bonifácio e avisarô que não podia mais derrubá [...]” (QS) (ALARCON, 2007).*

O início das atividades fiscalizadoras influenciou no desenvolvimento das atividades de subsistência e econômicas, principalmente nas atividades desenvolvidas pela população inserida no parque que está voltada para as atividades agrícolas. Percebe-se, por meio dos depoimentos coletados pelas pesquisas acadêmicas consultadas, a existência de certa apreensão em relação ao órgão de fiscalização, a qual,

conseqüentemente, é responsável pela coibição no que se refere ao uso dos recursos florestais em suas propriedades:

*“[...] A fiscalização teve influência sim, senão não teria mais né? Se o IBAMA não tivesse essa fiscalização, teria muito mais desmatamento. O pessoal fica com medo. Até a gente já não... né, evita [...]” (JH) (ALARCON, 2007).*

*“[...] Hoje em dia canela e peroba não consegue mais vendê, não pode, o IBAMA não deixa. Eu queria que meu filho tirasse um pauzinho, mas o Ibama tava aí e aí não tiro [...]” (QS) (ALARCON, 2007).*

*“[...] Nós dexemo o mato virge porque o Ibama não qué que a gente derrube [...] (QK)” (ALARCON, 2007).*

*“[...] Hoje em dia tem que andá igual ladrão pá derrubá um pedaço escondido. A IBAMA vem em cima [...] (EK)” (ALARCON, 2007)*

*“[...] A gente também derruba, mas é tudo aos pouquinhos, não é aquela coisa de derrubá 3, 4 hectar, sempre se faz aos poucos né, pra podê sobreviver [...] (JH)” (ALARCON, 2007).*

É possível observar que a população conhece parte da legislação ambiental que é aplicada na área da unidade de conservação:

*“[...] Agora, pra baixo de São Martinho veio uma lei, a IBAMA disse que 15 metro do lado do rio alí e 15 metro do lado de cá, tem de plantá mata nativa [...]” (EK) (ALARCON, 2007)*

*“[...] O pessoal diz que se o filho precisá construí ele tinha direito de tirá essas madeira de árvore do mato, só pá construí, não pá vendê, pá consumo mesmo ele pode tirá, não precisa ter licença [...]” (HM) (ALARCON, 2007).*

Apesar de a fiscalização impedir a realização de atividades que dependem da utilização dos recursos naturais, alguns depoimentos demonstram a preocupação de moradores em relação a atividades desenvolvidas atualmente, como a plantação de eucalipto, que exploram o território do parque e geram renda para a população local, mas que ao mesmo tempo, são responsáveis pela destruição do meio ambiente.

*“[...] No calipto, a senhora pode ir lá, você não acha nem uma cobra, no calipto e nem no pinus, morre tudo, não tem um sapo, porque faz mal pros bicho, morre tudo [...]” (EK).*

Inclusive, a degradação do meio ambiente pelas atividades de reflorestamento passa a ser alvo da preocupação de alguns moradores:

*“[...] Hoje eles planta muito calipto. Mas eu acho que o calipto seca a água. Eu tinha plantado ali, aí 3 ano atrás a água tinha diminuído, aí nós vendemo, hoje em dia a água tá mió, derrubar os grande e a água aumentô de novo. Eu acho que o calipto seca muito a água, plantando perto do rio eu acho que não é uma idéia muito boa não [...]” (ALARCON, 2007).*

### **Referências bibliográficas**

FORTKAMP, Cristiane. Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST): História e Conflito Sócio-Ambiental (1975-2007). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PHST0328-D.pdf>> Acesso em 19 de agosto de 2010.

BERTHO, Ângela Maria de Moraes. Os Índios Guarani da Serra do Tabuleiro e a Conservação da Natureza” (Uma perspectiva etnoambiental). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PICH0044.pdf>> Acesso em 19 de agosto de 2010.

OLIVEIRA, Ivone Adelina. Gestão de conflitos em Parque: estudo de caso do entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – Praia da Pinheira – SC. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

ALARCON, Gisele Garcia. Transformação da paisagem em São Bonifácio – SC: a interface entre a percepção de agricultores familiares, as práticas de uso do solo familiares, as práticas de uso do solo e aspectos da legislação ambiental. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PGCN0344-D.pdf>> Acesso em 19 de agosto de 2010.

REIS, Alfredo dos. Mediação Transdisciplinar de Conflitos Ambientais em Unidades de Conservação: Estudo de caso na Praia de Naufragados/Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. Disponível em: < <http://www.tede.ufsc.br/teses/PGEA0148.pdf>> Acesso em 19 de agosto de 2010.

## **11. Parque Nacional São Joaquim**

### **Criação:**

O Parque Nacional de São Joaquim possui 49.300 hectares e está localizado na região serrana de Santa Catarina, abrangendo os municípios de Urubici, Orleans, Bom Jardim da Serra e Grão-Pará. É uma das unidades de conservação (UC) federais mais antigas de Santa Catarina, criada em 06 de julho de 1961 pelo Decreto Federal nº 50.922 (ALARCON, 2007).

Na região nordeste do Parque encontra-se as maiores altitudes, sendo o ponto máximo o Morro da Igreja, com 1.822 metros. No centro do Parque também há áreas bastante elevadas, com altitudes acima de 1.650 metros. Essa região do parque é denominada Campos de Santa Bárbara (ICMBio, 2011). Esse cenário faz com que a região seja uma das poucas regiões brasileiras em que tem ocorrência de neve anualmente.

Ao estar inserido no bioma Mata Atlântica, a criação do parque está diretamente ligada à necessidade de proteção dos remanescentes de Matas de Araucárias existentes nas encostas e nos vales. Além desse, também predominam como vegetação nativa o “Pinheiro-do-Paraná” e a savana gramínea, ou campos, que se desenvolve em altitudes superiores a 800 metros (ALARCON, 2007).

### **População tradicional:**

A população tradicional do Parque Nacional São Joaquim é composta por agricultores de subsistência, num total de 110 famílias e 450 pessoas (NUPAUB, 1995).

Como ocorreu no restante do país, antes da chegada dos colonizadores, esta região já era habitada por populações indígenas como os Kaingangs, que cultivavam o milho, e os Xóklengs que praticavam a coleta e a caça no interior das florestas de araucárias, que lhes serviam de refúgio e abrigo (QUEIROZ, 1981 apud CAZELLA, 2010). Mas com a chegada do homem branco, essas tribos, aos poucos, foram sendo dizimadas ou empurradas para fora de seus territórios de domínio e, mais tarde, mantidas em reservas indígenas (CAZELLA, 2010).

### **Conflitos:**

As terras demarcadas para o Parque nacional São Joaquim não estão regularizadas e não há plano de manejo (NUPAUB, 1995).

### **Referencias bibliográficas:**

ALARCON, Gisele Garcia. Mapeamento e caracterização da cobertura vegetal e uso do solo do Parque Nacional de São Joaquim – SC. Revista Discente Expressões Geográficas. Florianópolis–SC, n. 03, p. 121-141, Maio de 2007.

NUPAUB. Conflitos entre populações humanas e áreas protegidas. Documentos e relatório de pesquisa n 21. 1995.

CAZELLA, Ademir Antonio. TRAJETORIA DO DESENVOLVIMENTO: REVISITANDO O PASSADO PARA REPENSAR O FUTURO. UFSC FLORIANÓPOLIS – SC. 2010.

Disponível: <http://www.sober.org.br/palestra/9/473.pdf>

## **REGIÃO SUL – RIO GRANDE DO SUL**

### **12. Parque Nacional da Lagoa do Peixe<sup>6</sup>**

#### **Criação**

---

<sup>6</sup> Texto produzido por Bárbara Elisa Pereira

O Parque Nacional da Lagoa do Peixe está localizado na restinga leste que separa a Lagoa dos Patos do Oceano Atlântico, no litoral sul do estado do Rio Grande do Sul, abrangendo os municípios de Tavares e São José do Norte ao sul e o município de Mostardas ao leste. A abrangência territorial do PARNA no município de Mostardas é de mais ou menos 1/6 da área do mesmo e no município de Tavares é de aproximadamente 1/3, sendo o impacto gerencial muito grande neste caso. O oeste do parque é limitado pela Restinga, enquanto que ao norte o parque se limita com um condomínio.

Esta unidade de conservação foi criada pelo Decreto nº 93.546 de 06 de novembro de 1986, totalizando uma área que abrange 34.400 hectares visando à proteção de espécies animais, particularmente das aves migratórias, que encontram na região condições propícias para sua alimentação e repouso, durante seus vôos anuais.

Inserido em uma região de Floresta Atlântica, associada a outros ecossistemas, o PARNA da Lagoa do Peixe localiza-se na estreita faixa de terra entre a laguna dos Patos e o Oceano Atlântico, aspecto que proporciona características particulares que conferem ampla importância à unidade de conservação. Entre esses aspectos, destaca-se a presença de marismas, banhados, ilhas, lagoas interiores de água doce, laguna, dunas, praia interiores e oceânicas, campos, mata de restinga, entre outros.

### **População tradicional**

A população tradicional presente nos limites dessa unidade de conservação é caracterizada como açoriana. Entretanto, anterior a colonização da região pelos açorianos, o parque era habitado pelas tribos de índios Tupi-Guarani.

A subsistência das famílias que habitam a área do PARNA Lagoa do Peixe, assim como seu entorno, está amplamente associada com os recursos naturais locais, principalmente aqueles relacionados com as atividades pesqueiras, pois desenvolvem a pesca da tainha e captura de camarão.

Com exceção dos turistas, que geralmente freqüentam os balneários, os moradores do parque vivem da pesca do camarão, papa-terra e tainha, usando redes do tipo aviãozinho para a pesca do camarão na Lagoa do Peixe e redes de emalhar para a captura no mar.

Na zona de direta influência do parque, está o município de Mostardas com 11.903 habitantes e o município de Tavares com 5.160 habitantes, além dos moradores



das pequenas comunidades existentes na área inserida nos limites da unidade de conservação (TEIXEIRA, 2009).

### **Conflitos**

Entre os conflitos existentes entre as populações que habitam a área e o entorno do Parque Nacional Lagoa do Peixe, as questões fundiárias se destacam como uma das problemáticas da região.

Observa-se que 1/3 das propriedades particulares estão situadas no município de Mostardas, sendo 80% das propriedades totais existentes na unidade de conservação caracterizadas como propriedades de pequeno porte.

Uma grande parcela dos moradores da área não aceita a proposta de vender suas propriedades e declaram o sentimento de medo perante a possibilidade de desapropriação, visto que as terras pertencem às famílias há várias gerações.

Ainda, em relação a conflitos referentes às propriedades particulares localizadas dentro dos limites da unidade de conservação, existe também os conflitos decorrentes da especulação imobiliária, associada ao desenvolvimento de atividades do segmento turístico, responsável também pelo aumento do acúmulo de resíduos e tráfego de veículos automotivos.

As atividades turísticas também são responsáveis pelas modificações ocasionadas no modo de vida dessas populações, visto que são implantadas na região sem um planejamento que considere os habitantes locais e suas características.

*No entanto, a comunidade deverá reconhecer que o ecoturismo somente melhorará sua qualidade de vida se renunciar a certas práticas usuais, fazer alguns sacrifícios e adaptações, pois deverá ver o meio ambiente como algo digno de ser conservado e deverão aprender a dividir seu espaço natural com os visitantes (TEIXEIRA, 2009).*

Entre as atividades de subsistência atingidas pelas restrições legais, é possível citar a pesca comercial de camarão e de tainha, a caça clandestina e o cultivo de arroz. As restrições impostas pelo Parque impedem o desenvolvimento de atividades extrativistas, essenciais para a sobrevivência no local que constituem as práticas

culturais seculares, difundidas pelas populações que habitam o Parque Nacional da lagoa do Peixe.

### **Relatos de moradores**

As questões fundiárias existentes na área do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, assim como em seu entorno, são relatadas pelos moradores locais, que destacam as restrições de acesso aos territórios de pesca, utilizados anteriormente à criação da unidade de conservação.

*Antes de vir o IBAMA, antes de ter esse problema do Parque nós pescava camarão sempre em dezembro. No começo de dezembro nós já tava pescando. Porque o camarão da lagoa, ele só é graúdo na saída. Todos os anos que abria a pesca na lagoa, ele só é graúdo na saída, depois vai ficando miúdo e não melhora mais. Então o camarão só é na arrancada, depois ele fica miúdo (Vita) (ADOMILLI, 2002).*

As restrições de acesso aos territórios estão associadas com as restrições de acesso aos recursos naturais, necessários para a sobrevivência no local.

*Após a criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, essas pessoas que utilizavam os recursos naturais como meios de subsistência tiveram que iniciar suas vidas em outros locais e a população que vive na área do entorno teve que se adaptar às normas legais (TEIXEIRA, 2009).*

As restrições impostas pelos segmentos do Estado, responsáveis pela regulamentação e administração da unidade de conservação, não consideraram os conhecimentos tradicionais da população que mora nos limites do parque, transmitidos entre gerações e repletos de aspectos que muitas vezes não são percebidos pelas pessoas que não convivem diariamente com as peculiaridades do meio ambiente local.

*Quando nós pudemo trabalhar o IBAMA não deixa nó trabalhá. Que nem a lagoa ali, o negócio é... claro que eles não tem culpa de secá né, mas é a natureza que manda, ai o que acontece, quando tem um peixe que dá pra tu aproveitá, eles ficam em*

*cima de ti até secá a água e tu não podê pegá, né. Que nem aconteceu desse ano, a gente foi anda na lagoa, eu e o outro cara ali e chegamo a vê um palmo de camarão rosa morto ali, na lagoa, assim; ai é brabo, e eles não deixa tu aproveitá aquilo ali, né cara. É um dinheiro que podia tá passando mais folgado, não tá tão apertado, oferecê uma coisa melhor pros filho, né (Jorge) (ADOMILLI, 2002).*

Os moradores das comunidades envolvidas pelo Parque também descrevem os conflitos existentes com outros pescadores, que visam a captura de maiores quantidade de pescados, a fim de comercializá-los.

*A gente depreda a natureza, mas aqui a gente depreda pouco. E esses barco aí depreda muito mais que nós, eles tão acabando com o peixe e o IBAMA não faz nada (Jorge) (ADOMILLI, 2002).*

A pesca comercial, no entanto, apesar de ocasionar danos maiores e mais profundos ao meio ambiente local, não é alvo dos órgãos fiscalizadores. Inclusive, pontua-se abaixo o relato de um morador que chega a reclamar da falta de fiscalização:

*A pesca na lagoa, até que num ponto ela ta indo bem. A coisa que tá faltando mais ali é fiscalização. O problema todo é o coqueiro, o camarão roubado e a pesca liberada muito tarde, que a pesca tinha que sé liberada em dezembro (ADOMILLI, 2002).*

Percebe-se que, apesar das restrições aos moradores locais, geradas pela implantação da unidade de conservação, algumas restrições também atingem sujeitos que desencadeariam a destruição mais intensa do Parque, e conseqüentemente, do ambiente do qual as comunidades locais dependem:

*Segundo o relato de algumas pessoas, com as leis mais rígidas, a pesca ilegal está sendo combatida, o que prejudicava muito os*

*pescadores locais, que não se utilizavam de modernas técnicas para a captura do camarão (TEIXEIRA, 2009).*

Em relação aos conflitos decorrentes do desenvolvimento de atividades do segmento turístico, pontua-se o retorno quase não existente, ou não percebido pelas comunidades situadas na região abrangida pelo Parque Nacional Lagoa do Peixe, como demonstra a análise de dados efetuada por Teixeira (2009):

*Isso reforça a idéia de que a população percebe algumas melhorias resultantes do turismo, no entanto, não se vê inserida no processo, afirmando que os beneficiados são os hoteleiros ou restaurantes ou até pessoas com mais condições financeiras de investir em algo para o turismo. Novamente, o que se observa, é uma falsa idéia, por parte da população, que o turismo é algo distante da sua realidade (TEIXEIRA, 2009).*

As ações relacionadas ao turismo focam apenas as benfeitorias para o turista, pois consideram que o retorno econômico para a população local é suficiente e justifica os fatores que permeiam esta atividade.

### **Referências bibliográficas**

ADOMILLI, Gianpaolo Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe/RS Dissertação de Mestrado. Antropologia social, UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. “Interações e Representações e, relação à apropriação social dos recursos naturais: o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe - RS”. Artigo baseado na dissertação de mestrado do autor.

ALMUNDI, Tiago. Adequação do Modelo de Unidade de Conservação: Populações Humanas, Convivências e Conflitos nos Arredores de Lagoa do Peixe (RS). Monografia de Oceanologia da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2005.

TEIXEIRA, Paulo Roberto. A visão população de Mostardas e Tavares – RS sobre a contribuição do turismo no Parque Nacional da Lagoa do Peixe ao

desenvolvimento local. Dissertação de mestrado. Turismo e Meio Ambiente. Universidade de Caxias do Sul, 2009.

### **13. Parque Estadual de Itapuã<sup>7</sup>**

#### **Criação**

O Parque Estadual de Itapuã está localizado no município de Viamão, no distrito de Itapuã, região metropolitana de Porto Alegre, distante 57 quilômetros da capital do estado do Rio Grande do Sul. O lago Guaíba e a laguna dos Patos correspondem a mais da metade dos limites da unidade de conservação

---

<sup>7</sup> Texto produzido por Bárbara Elisa Pereira

A proteção dos 5.566,50 hectares foi garantida pelos decretos nº 22.575, de 14 de julho de 1973 e nº 33.886, de 11 de março de 1991, sendo que o Parque Estadual de Itapuã foi constituído pelas terras desapropriadas pelo Decreto nº 22.535, de 14 de julho de 1973, pelo Decreto nº 25.162, de 23 de dezembro de 1976, e pelo Decreto nº 33.886, de 11 de março de 1991 e pelo Decreto nº 35.016, de 21 de dezembro de 1993.

A criação dessa unidade de conservação visou proteger a ampla diversidade de paisagens e ecossistemas compostos de morros, praias, dunas, lagoas e banhados, assim como o número significativo de espécies raras da flora e da fauna e aquelas que utilizam a área durante o processo migratório, sendo algumas ameaçadas pelo risco de extinção. Cabe ressaltar ainda que a região do Parque Estadual de Itapuã possui a vegetação que anteriormente cobria a orla do lago Guaíba, mas que em consequência da forte expansão urbana, tornou-se rara e sua proteção foi garantida por meio da criação do parque.

### **População tradicional**

A ocupação inicial da área abrangida pelo pelo Parque Estadual de Itapuã remete ao século XVII e a distribuição de sesmarias aos portugueses, nos então chamados *Campos de Viamão*. Parte dos Campos de Itapuã foi ocupada por aproximadamente sessenta casais açorianos, que formaram a Vila Real de Senhora Santana do Morro Grande.

Como o solo no local é impróprio para a agricultura, os açorianos se dispersaram para outras localidades, sendo que a poucas famílias que se mantiveram na área desenvolveram a produção agropecuária somente para a subsistência, estagnando a produção na área rural. A atividade agrícola voltou-se para a produção de arroz, mandioca, cana-de-açúcar, milho, laranja, limão, tangerina e pêsego, enquanto a produção animal constituiu-se de bovinos, ovinos, suínos, eqüinos, muares e aves.

A partir de 1923, atividade pesqueira passou a ser desenvolvida de maneira organizada, por meio da fundação da Colônia de Pescadores, com cerca de 150 associados, que se distribuíam às margens do Guaíba

Atualmente, os moradores da área rural desenvolvem atividades agrícolas, juntamente com a pecuária leiteira e de corte; havendo algumas pessoas que trabalham nas indústrias próximas e comércios locais ou ainda como caseiros das casas dos vernistas. Segundo o resumo Estatístico Municipal, FEE (1991), a população do município em 1991 era de 9.044 habitantes na área rural, na qual está incluído o Distrito de Itapuã (SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, 1996).

## **Conflitos**

Entre os conflitos existentes na área abrangida pelo Parque Estadual de Itapuã, pode-se citar os fatos relacionados às propriedades particulares inseridas nos limites da unidade de conservação e os processos de desapropriação das mesmas pelo Estado, que pagou as indenizações referentes. Esta ação do estado ocasionou êxodos não-voluntários da população, que foi obrigada a se retirar da área devido a implementação do parque.

Da superfície total do Parque, cerca de 2.000 hectares são propriedades particulares, cujos processos de desapropriação tiveram início em 1973. Entretanto, como nem todos os processos foram concluídos, ainda existem muitos moradores que permanecem na área aguardando o pagamento de suas indenizações e que são atingidos pelas proibições sobre o modo de vida e o uso dos recursos naturais, principalmente aqueles relacionados à pesca.

Estas restrições são, em muitos casos, responsáveis pelo êxodo voluntário da população local, pois os moradores que residem na área do parque aguardando pelas indenizações, mantêm atividades de subsistência, como pequenas lavouras de milho, ai-pim, batata e feijão. Alguns criam gado e comercializam leite, existindo também um pequeno armazém. O desenvolvimento das atividades de subsistência é conflitante com as finalidades da unidade de conservação de proteção integral implantada na área, de modo que não é permitido aos expropriados a realização de queimadas, a retirada de vegetação, ampliação de lavouras, criação de gado fora dos limites da propriedade e a realização de novas construções ou benfeitorias.

Devido às suas características naturais, como suas praias, a área de Itapuã é considerada como dotada de grande potencial para visitação e turismo, o que favorece a especulação imobiliária. Inclusive, como o parque esteve fechado até 1991, ocorreram diversas invasões de veranistas, que construíram cerca de 800 casas, principalmente nas áreas de praias.

## **Relatos de moradores**

Apesar de escassos, os relatos de moradores do Parque Estadual de Itapuã demonstram a percepção dos moradores entrevistados, relacionada aos períodos anteriores à criação do parque e a modificação da realidade local gerada pela proximidade com centros urbanos.

*“Nós vivia tipo índio. Só que civilizado. Semente nós trocávamos. Feijão. Ramas amontoava... abóbora” (P., morador, 58 anos, filho de A., moradora com 90 anos) (FAGUNDES & HARTZ, s/d).*

A economia de subsistência, o sistema de trocas e mesmo as dificuldades existentes devido ao isolamento relativo da região naquela época são lembrados, acompanhados de um sentimento de saudade, como demonstra o depoimento abaixo:

*“Nós tinha de tudo, graças a Deus. Agora não tem mais nada. Pagava os impostos todos os fim de ano... Pagava todos os impostos da terra, sempre (...) Naquele tempo não tinha médico, nem nada. Se ficasse doente tinha que sair. Mas era bom...” (L., moradora no caminho da Praia da Pedreira, com 89 anos) (FAGUNDES & HARTZ, s/d).*

As lembranças de tempos anteriores trazem também o relato de conflitos atuais relacionados às questões fundiárias existentes na área da unidade de conservação e que ainda não foram solucionadas.

*“... Fica velho, aí não tem a casa da gente... será que eles vão pagar ainda esta gente que tá devendo? Eles não vão pagar é nada! É o que eu acho” (L., moradora no caminho da Praia da Pedreira, com 89 anos) (FAGUNDES & HARTZ, s/d).*

Percebe-se que o relato acima traz questionamentos da moradora acerca da resolução dos problemas fundiários na região, os quais são agravados pela legislação ambiental que passou a regulamentar a área após a implementação do parque.

Antes da criação do Parque Estadual de Itapuã, os moradores da área desenvolviam atividades voltadas para a subsistência, como o desenvolvimento de “roças itinerantes”, denominadas também como “roças coivaras”:

*“Fazia a coivara. Roçava, pegava lenha pro fogo e outras queimava. Aí plantava. Um dois até cinco anos. Sempre dava*



*bem. Terra de mato. Adubo eram as folhas, não era como os químicos agora. Abandonava um dois anos e voltava” (P., morador, 58 anos, filho de A., moradora com 90 anos) (FAGUNDES & HARTZ, s/d).*

O desenvolvimento dessa atividade agrícola passou a ser comprometido a partir da imposição do parque sobre os territórios dessas populações, pois a legislação ambiental referente às unidades de conservação de proteção integral a caracteriza como uma atividade ilegal, não compatível com os objetivos da unidade. Entretanto, não considera que o Estado não consegue regular a situação fundiária e que os moradores necessitam do desenvolvimento dessa atividade para garantir a própria sobrevivência no local.

### **Referências bibliográficas**

FAGUNDES, A. P.; HARTZ, S. M. “Quem morou no Parque Estadual do Itapuã, um estudo etnoecológico com antigas famílias de moradores.” s/d.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. Plano de manejo – Parque Estadual de Itapuã. Porto Alegre, 1996.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER (FEE). Estimativa da população por município e situação de domicílio Rio Grande do Sul – 2009.

## **14. Parque Florestal Nonoai**

### **Criação:**

O Parque Florestal Nonoai foi criado em março de 1949, sendo considerada uma das mais antigas áreas protegida do estado do Rio Grande do Sul. Possui cerca de 17.498 ha, abrangendo os municípios de Gramado dos Loureiros, Liberato Salzano, Nonoai, Planalto, Rodeio Bonito, Trindade do Sul.

Inserido no bioma de Mata Atlântica, o Parque Florestal Nonoai é considerado área prioritária de conservação da biodiversidade do Rio Grande do Sul, responsável

pela preservação de importantes áreas de Mata de Araucária e Campos Sulinos, além de conter diversas espécies de animais em extinção (NUPAUB, 1995; MMA, 2000).

### **População tradicional**

A ocupação da área do Parque Florestal Nonoai por parte dos índios Kaingangues é mais do que secular. Eles ocupavam a área compreendida entre os rios da Várzea e Passo Fundo no sentido oeste/leste até o rio Uruguay, porém por décadas esses indígenas sofreram diversas expropriações de seus territórios ficando limitados apenas aos pequenos aldeamentos demarcados chamados de Toldos. Aos índios Kaingangues, restaram às áreas demarcadas referentes aos “Toldos” de Nonoai, ao norte, e de Serrinha, ao sul (SIMONIAN, 1993).

Em 1941, em razão da criação do Parque Florestal Nonoai, as áreas destinadas aos Toldos de Nonoai foram reduzidas em 19.998 ha e os de Serrinha em 6.623 ha. E em 1949, o governador Valter de Sá Jobim (decr. nº 658) ratificou este ato expropriatório (SIMONIAN, 1993). De acordo com o (NUPAUB, 1995), restaram aos índios Kaingangues, pertencentes ao Toldo Nonoai, somente 14.910 ha onde habitavam cerca de 1.600 índios IBGE (1992).

### **Conflito:**

Os índios Kaingangues habitavam as terras destinadas ao Parque Florestal Nonoai desde antes da colonização dos Portugueses. No entanto, em razão da criação do Parque estes indígenas foram desapropriados de seus territórios tradicionais sob forte repressão.

*“Tanto os Kaingang como os Guarani foram retirados à força das áreas destinadas às “Florestas Estaduais”, tendo então sofrido toda sorte de violência. Apenas os Kaingang da Aldeia Péi-Kâr, localizada no extremo oeste do dito “parque florestal de Nonoai”, conseguiram resistir,... Mas eles pagaram um preço alto demais por isto: foram sistematicamente removidos com o uso da força, torturados e violentados por guardas florestais do Estado, com a anuência do SPI e depois da FUNAI...” (SIMONIAN, 1993).*

Em fevereiro de 1992, em ato de reivindicação, os índios Kaigangues reocuparam as áreas pertencentes a Parque Florestal Nonoai. De acordo com o Simonian (1993),

*“Eles não invadiram o mesmo conforme tem sido noticiado, pois a área em questão e os recursos ali localizados lhes pertenciam não só por direito e preceitos constitucionais, mas também, por direitos históricos”.*

### **Referências bibliográficas:**

Ministério do Meio Ambiente/SBF. Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos. Brasília, 2000.

SIMONIAN, Lígia T. L. A terra indígena de Nonoai: invasão ou reocupação? Boletim Ambientalista. AgirAzul nº 4, 1993.

NUPAUB. Conflitos entre populações humanas e áreas protegidas. Documentos e relatório de pesquisa n 21. 1995.

## **REGIÃO SUDESTE- SÃO PAULO**

### **15. Parque Estadual de Ilhabela<sup>8</sup>**

#### **Criação**

Criado pelo Decreto Estadual 9.414 de 20 de janeiro de 1977 o Parque Estadual de Ilhabela preserva uma das maiores áreas de floresta inclusas nos 3% do que ainda resta da Mata Atlântica do estado de São Paulo.

---

<sup>8</sup> Texto produzido por Alissandra Pinheiro Lopes

O Arquipélago de Ilhabela é formado por um conjunto de 12 ilhas, dois ilhotes e duas lajes, sendo que 83% de seu território constituem o Parque Estadual de Ilhabela (PEIb). Este possui 27.025 hectares os quais englobam 85% do município de Ilhabela, a Ilha de São Sebastião, sede do município, as ilhas de Búzios, da Vitória entre outras que compõem o arquipélago que integram a rede de Unidades de Conservação administrada pela Secretaria do Meio Ambiente através do Instituto Florestal (LIMA, 2008).

A Ilha de São Sebastião, onde se localiza a cidade de Ilhabela, localiza-se no litoral sudeste do Brasil, situado a 220 quilômetros da capital paulista, no domínio morfoclimático da Mata Atlântica. É uma cidade formada por um arquipélago de doze ilhas, sendo a Ilha de São Sebastião a maior delas (FURLAN, 2004).

Além do patrimônio natural, Ilhabela preserva a riqueza da cultura caiçara. Resultado do contato entre diferentes povos-europeus, indígena e negro- a cultura caiçara se manifesta na arquitetura das casas, no artesanato, nas embarcações de pesca e nas festas populares como a Congada de São Sebastião e outras manifestações folclóricas animadas pela "cirandinha" e "quebra-chiquinha".

### **População tradicional**

De acordo com a distribuição total da população das comunidades caiçaras é possível identificar um total de 722 pessoas, sendo destes 399 homens e 323 mulheres, distribuídos principalmente em 3 grandes núcleos, como Ilha de Buzios, Praia dos Castelhanos e Praia de Bonete (MATTOS, 2002).

Em trabalho realizado por Mattos (2002) estimou a população tradicional da Ilhabela nas seguintes praias: Praia da Fome, duas famílias com total de 25 pessoas; Praia da Serraria com 55 pessoas; Praia da Guanxuma com 36 pessoas; Praia do Eustáquio habitada por apenas uma família formada por 2 pessoas; Praia dos Castelhanos com 84 pessoas; Praia Mansa habitada por apenas duas famílias, sendo um total de 13 pessoas; Praia vermelha com 24 habitantes viventes; Praia da Figueira por uma família com 18 pessoas; Saco do Sombrio com total de 25 pessoas distribuídos em 3 famílias; Praia de Indaiatuba com 13 pessoas no local representantes de uma única família; Praia das Enchovas com 6 pessoas ao todo; Praia do Bonete com 218 habitantes

com 57 propriedades caiçara distribuídos em 13 famílias; Praia Vermelha com 24 pessoas; Ilha de Buzios com 201 habitantes distribuídos em 13 famílias.

A principal atividade econômica dos moradores ainda é a pesca artesanal, e o pescado obtido tem como primeira finalidade o consumo, constituindo a principal fonte de alimento das famílias. Apenas o excedente é comercializado nas cidades de Ilhabela e São Sebastião. Existe Uma colônia de pesca responsável pelo registro e assistência dos moradores, porém grande parte dessas dos moradores não é registrada em tal instituição, dificultando o recebimento futuro de aposentadoria (MATTOS, 2002).

A roça ainda esta presente no modo de vida dos caiçaras, porém este se restringe ao cultivo de poucos alimentos como batata, banana, feijão, milho, mandioca e frutas. No entanto é uma atividade em decadência devido á proibição das leis ambientais e falta de interesse dos jovens (MATTOS, 2002).

### **Conflitos**

Os caiçaras de Ilhabela têm sua história vinculada intrinsecamente à construção e ao uso de canoas. Contudo a decadência dessa atividade em decorrência da proibição de retirada de madeira da mata leva o mestre-canoeiro a recusar o serviço temendo o flagrante da fiscalização (MALDONADO, 2004).

*“Uma boa parte dos pescadores fazem canoa, e outra não. Quando não é o mestre, faz a canoa e pode sair para qualquer lugar, só que não sai uma canoa bem perfeita... as vezes sai uma canoa que não ta certa, sai torta” Paulo de Oliveira, mestre-canoeiro (MALDONADO, 2004\_316).*

A decadência da prática da roça deve-se principalmente pela facilidade de obtenção de produtos na cidade, a proliferação da formiga saúva, que impede o desenvolvimento das plantas, e ás leis ambientais que proíbem o desmatamento para construção de roças (MATTOS, 2002).

*“... não plantam mais... os antigos plantavam. O pessoa hoje desestiu de plantá”.*(Rosilda , Praia Mansa) (FURLAN, 2004).

A maioria dos casos do Parque Estadual de Ilhabela não há entendimento entre os moradores e os proprietários. Muitos caiçaras estão sendo submetidos a humilhações e até mesmo desapropriações pelo fato de não sabem ler nem escrever e por não conhecem a legislação (MATTOS, 2002).

Hoje a pesca artesanal está bastante dificultada, pelo fechamento das praias por residências de veraneio muradas, e uma boa parte dos pescadores não mora mais nas pequenas planícies, ocupando as encostas. Exemplo disso é a praia de Inadaiatuba, onde as casas caiçaras foram construídas no morro, enquanto que o dono se manteve na praia. (MATTOS, 2002).

Os pescadores que passam a morar nas encostas sofrem dificuldades para transportar o equipamento de pesca até à beiramar, pois as residências de veraneio são construídas muradas, diferentemente das residências tradicionais (CALVENTE, 1999).

*“Ilhabela acabou. O caiçara não tem mais saída. Em terra acabou por causa da polícia florestal e no mar acabou por causa do Ibama”* (MERLO, 2004\_ 341).

Outra dificuldade bastante citada pelos pescadores é a época do defeso, que não está adaptada à realidade regional e a diminuição do pescado, causada por impactos ambientais: pela pesca predatória e por derramamentos de petróleo no mar (CALVENTE, 1999).

*“Aqui havia muito peixe também. Nessa época de inverno matavam muita tainha, ohhh! Muita mesmo. Hoje... não tem mais nada. Acabou tudo”* (MERLO, 2004\_ 341).

Além disso, o controle da produção de pescado pelos atravessadores e nos próprios municípios produtores faz com que o pescado tenha um preço alto para a população local. Podendo ocorrer, inclusive, a aquisição do pescado congelado vindo das centrais de abastecimento dos grandes centros urbanos (CALVENTE, 1999).

Com o turismo, ocorreu um processo acelerado de valorização das terras e de especulação imobiliária. Além disso, outras atividades econômicas, como a pesca, passaram a ser abandonadas (CALVENTE, 1999).

Para as famílias caiçaras que passaram por um processo de proletarização, o assalariamento e a sazonalidade da atividade turística ocasionou uma piora na qualidade de vida, principalmente na alimentação (CALVENTE, 1999).

## **Bibliografia**

CALVENTE, Maria del Carmen M. H. Ilhabela – Turismo e Território. In: Geografia  
Revista do Departamento de Geociências. Volume 8 – Número 1- P. 29-36– Jan./Jun.  
1999. Disponível em: <http://www2.uel.br/revistas/geografia/v8n1.pdf#page=29>

FURLAN, Sueli A. Lugar e Cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental, in Enciclopédia Caiçara, vol 1 O olhar do Pesquisador, Hucitec/Nupaub, 2004.

LIMA, Miguel Vieira. Mapeamento da Sensibilidade Ambiental a Derrames de Óleo em Ilhabela, São Paulo. *Revista Brasileira de Cartografia* no 60/02, agosto 2008.  
DISPONÍVEL EM: [http://www.rbc.ufrj.br/\\_pdf\\_60\\_2008/60\\_02\\_5.pdf](http://www.rbc.ufrj.br/_pdf_60_2008/60_02_5.pdf)

MALDONADO, Wanda A construção material e simbólica da canoa caiçara em Ilhabela, in Enciclopédia Caiçara, vol 1 O olhar do Pesquisador, Hucitec/Nupaub, 2004.

MERLO, Márcia. Faces e vozes de Ilhabela. Enciclopédia Caiçara, vol 1. O olhar do Pesquisador, Hucitec/Nupaub-USP 2004.

NUPAUB. Conflitos entre Populações humanas e unidades de conservação em Mata Atlântica. São Paulo, 1994.

PERES, Silvia Miguel de Paula. Ilhabela, SP: Transformações Sócio-Ambientais e Processos Saúde-Doença. *IV Encontro Nacional da ANPPAS*. Brasília – DF – Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT14-813-500-20080510151131.pdf>

## 16. Estação Ecológica Juréia-Itatins<sup>9</sup>

### Criação

A Estação Ecológica da Juréia-Itatins situa-se no litoral sul do estado de São Paulo a aproximadamente 150 km da cidade de São Paulo e possui área de 79.230 ha, abrangendo terras pertencentes aos municípios de Peruíbe (10,55% - Baixada Santista), Iguape (79,15%), Itariri (4,10%) e Miracatu (6,20%). Foi criada pelo decreto de Estadual de nº 24.646 na data de 20 de janeiro de 1986, que foi regulamentado pela Lei nº 5.649, de 28 de abril de 1987, englobando a Serra dos Itatins e aumentando sua extensão para os atuais 79.245 hectares.

---

<sup>9</sup> Texto produzido por Alissandra Pinheiro Lopes



A Estação Ecológica de Juréia-Itatins (EEJI) é uma unidade de conservação de Proteção Integral. Tal categoria objetiva a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas, sendo a visitação pública consentida apenas quando destinada a atividades educacionais (FERREIRA, 2005).

Está inserida no domínio da Floresta Tropical Úmida (Mata Atlântica - com vários ecossistemas associados: dunas, restingas, manguezais, campos de altitude), representando elevada importância ambiental para os estudos ecossistêmicos e suas inter-relações. A área abriga também inúmeras espécies da fauna e flora e possui uma grande importância ambiental pelo fato desta porção da mata Atlântica associar a uma série de ecossistemas (dunas, restinga, manguezais, e campos de altitudes), abrigando espécies de animais em extinção além de evidências arqueológicas (NUNES, 2003).

A Juréia faz parte do Lagamar, formado por centenas de cursos d'água que descem a Serra do Mar e por rios de maré, lagunas, mangues e um mar interior protegido por ilhas como a do Cardoso, a Comprida e a das Peças. Esta região se estende por uma faixa de 200 km em linha reta, entre os municípios de Iguape e Cananéia, no litoral sul de São Paulo, e Antonina e Paranaguá, no norte do Paraná.

O clima predominante é o tropical úmido, com temperatura do mês mais quente superior a 22°C e total de chuvas do mês mais seco acima de 30 mm. A estrutura geomorfológica é constituída pelas Escarpas, Serra do Mar, Morros Litorâneos e Planície Litorânea. Os principais rios da região são o Una ou Comprido (50 km de extensão), o Verde (3 km), o Grajaúna, o Branco, o Aguapeú e o Cabuçu (NUNES, 2003).

### **População Tradicional:**

A região foi ocupada desde a pré-história pelos homens dos sambaquis há mais de 8.000 anos, fato este comprovado pela existência de sítios arqueológicos encontrados por toda a Estação Ecológica, e em outros municípios da região. Como também a região da Juréia foi habitada por populações indígenas, sendo inclusive contemporâneas do colonizador europeu (NUNES, 2003).

Até 1986 já havia ocupação dentro do perímetro da Estação Ecológica de Juréia-Itatins por 201 famílias, dispersos em núcleos caiçaras, ao longo das praias. Porém, em 1991 esse número cresceu para 318 famílias, totalizando 1275 pessoas (ENGEA-PRÓ-JURÉIA, 1991). Segundo relatório da Equipe Litoral Sul- SMA (1991), das 336 famílias, cerca de 99 chegaram na área após a criação da EEJI (OLIVEIRA, 1993).

De acordo com a relação da ocupação humana nos bairros/localidades da EEJI, desenvolvido pela secretaria do Meio Ambiente em 1990, intitulado Termo de Autorização para pesca na EEJI, foi calculado um total de 366 famílias em 22 comunidades, sendo desses 117 famílias consideradas tradicionais.

Estas famílias se distribuem ao longo dos rios e na zona costeira formando pequenos aglomerados vinculados por laços de parentesco denominados de “bairros” ou “comunidades” (SANCHES, 2004). A maior concentração de moradores tradicionais está nas comunidades de Praia do Rio Verde, Grajaúna, Cachoeira do Guilherme, Agua-peú, Praia do Una, Despraiado e Barra do Una, sendo que estas duas últimas convivem já há bastante tempo com turistas ou com produtores rurais grandes e pequenos (OLIVEIRA, 1993).

Com base na análise da dinâmica populacional dos municípios de Iguape, Peruíbe e Miracatu, através dos Censos Demográficos de 1960, 70 e 80, percebe-se que há uma tendência de diminuição da população rural, em contrapartida, verifica-se um aumento da população urbana. Em todos os municípios a maioria da população se concentrava na zona rural, já na década de 70 este quadro é totalmente invertido e Iguape e Peruíbe passam a ter mais de 70% de sua população em área urbana (OLIVEIRA, 1993).

### **Conflitos:**

Os conflitos referentes às medidas restritivas impostas pelo sistema de conservação, segundo declarações dos moradores, se ampliaram após a decretação da Estação Ecológica pela atual SMA, quando então as restrições para uso do solo passaram a ser mais sentidas pelos moradores, pois a fiscalização tomou-se mais efetiva (OLIVEIRA, 1993).

A maioria das famílias tradicionais vive do plantio das roças de mandioca, arroz, milho (ração para a criação), feijão e da pesca. Nem sempre as famílias conseguem autorização para fazer as roças em tempo hábil, outras já estão roçando a mesma área há muito tempo e a produção está em declínio. (NUNES, 2003).

Com a implantação da EEJI e a proibição do extrativismo e caça (entre outras restrições) os moradores tomaram-se impossibilitados de desenvolver suas atividades econômicas tradicionais, mesmo porque durante vários anos após a implantação, não foi oferecida nenhuma outra alternativa econômica que viabilizasse a sobrevivência das famílias. Todos estes fatores levaram muitos moradores a deixarem a área (OLIVEIRA, 1993).

*“Nos vivemos porque nos queríamos se manter no mato, quando a lei chegou, nós já estávamos no mato. Agora eles não podem dizer que tudo é proibido sem dar condições de nós se manter. Eu não sou ladrão e não quero ser preso, vou caçar e cortar dentro do meu sítio”. (OLIVEIRA, 1993\_33).*

*“... Nós somos obrigados a caçar porque tem uma coisa, nós não temos açougue, nós não temos acesso a cidade todo dia, eles tem açougue na esquina eles ganham salário, já falei isso naquelas reuniões... eles andam aí por dentro desmanchando a armadilha, mas eu vou dizer uma coisa, o dia que eles colocarem um açougue aqui, a gente para de caçar... mas também, como está a situação a gente não tem dinheiro.” (OLIVEIRA, 1993\_32).*

Outro conflito em relação à administração do Parque é em relação à violenta fiscalização relatada por moradores das comunidades de Cachoeira do Guilherme, Carvalho e Aguapeú “receberam a visita” de guarda-parques e da polícia florestal (NUNES, 2003).

*“E ainda até hoje... ainda a semana passada foram lá os guarda da SMA levou a espingarda da turma que mora lá, ainda tem*

*um restinho que mora lá no Aguapeú, amarraram um rapazi-  
nho, agora - agosto de 2003. Amarraram, aí a mãe começou a  
gritar que nunca tinha visto aquilo e aí eles soltaram. Eles vão  
com a cara cheia de pinga” (NUNES, 2003\_86).*

A falta de alternativas dos moradores locais gera uma exploração dos recursos muito distinta ao modo de vida das populações tradicionais. Em uma das entrevistas realizadas, uma ex-moradora fala sobre essa situação apontada pelos autores, em relação à extração do palmito:

*“Porque o pessoal cortava o tanto que dava prá comprar as  
coisas, aí comprava aquilo ali e ia trabalhar na roça. Não pre-  
cisava ficar... hoje em dia não, hoje em dia se você corta palmi-  
to prá compra na cidade, num roça, não tem roça não tem  
nada, aí corta palmito direto, prá comprar tudo, se não você  
não consegue”. (NUNES, 2003\_91).*

A categoria Estação Ecológica não prevê, a possibilidade de ocupação humana em seu interior nem tampouco a ocorrência de áreas particulares incluídas em seus limites. Contudo, a Estação Ecológica de Juréia-Itatins, já no ato de sua criação comportava residentes.

Foi aprovada em 2006 uma proposta, substitutiva ao Projeto de Lei 613, que previa a criação de RDSs - Reservas de Desenvolvimento Sustentável dentro da EEJI. Dessa forma, as comunidades de pescadores na Barra do Una e Despraiado, assim como área da Una da Aldeia, no Banhado Grande, em Iguape, foram transformadas em RDS beneficiando a população tradicional. (CETESB, 2006).

Em 2010, o Ministério Público do estado de São Paulo ingressou com uma ação direta de inconstitucionalidade- ADIN junto ao tribunal de justiça de São Paulo anulando a legislação anterior que criava as RDSs. Além disso, por meio do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente – GAEMA, entrou com a ação civil pública nº441.01.2010.001767-0, na 1ª vara Judicial Civil de Peruíbe, contra a Fazenda Pública

do Estado de São Paulo e o Instituto Florestal. Nesta liminar foi determinado, o prazo máximo de 120 dias para total retirada dos ocupantes do interior da Estação Ecológica Juréia-Itatins (DIARIODEIGUAPE, 2010).

O impasse criado por essas ações continua até hoje aumentando a insegurança dos moradores. Em protesto a associação dos moradores da Juréia encaminhou ao Governador de São Paulo, um abaixo assinado em junho de 2010, reivindicando a reclassificação da Estação Ecológica para inserir as comunidades do Despraiado, Rio das Pedras, Grajaúna, Aguapéu, Barro Branco, Utinga Grande, Rio Comprido e Guarauzinho como Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Desta forma estaria assegurada a inclusão de todas as comunidades em RDS conforme resultado das discussões realizadas nas comunidades e consignadas nas audiências públicas realizadas pelo CONSEMA em 01 e 02 de fevereiro de 2010 (<http://www.abaixoassinado.org/abaixoassinados/6272>).

Além disso, a construção de um hotel de luxo localizado no entorno da EEJI foi motivo de grande revolta por parte dos moradores. Apesar do alto impacto ambiental desse empreendimento turístico, foi concedida a licença pelos órgãos ambientais.

*“... Aí você viu aí na Quatinga, o que o cara fez no morro, aí pode, ele pode fazê, ele tem dinheiro ele pode, fosse um pobre que fizesse uma rocinha lá no morro prá vê. E aí o cara vem ali no Quatinga, faz um grande desmatamento daquele, tirou um caminhão de orquídea que a gente soube que ele tirou e vendeu e tá lá ninguém....isso é que eu fico louca, muito louca da vida”.*  
*Ex-moradora (NUNES, 2003).*

## **Bibliografia**

ABAIXO ASSINADO. ORG. Abaixo assinado para a RECLASSIFICAÇÃO DA ESTACÃO ECOLÓGICA DA JURÉIA-ITATINS em RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL e garantir do direito de permanência das comunidades da Juréia em seus territórios. Criado em 05/06/2010.

Disponível em: <http://www.abaixoassinado.org/abaixoassinados/6272>

ENGEA/ PRÓ JURÉIA- Referência para Zoneamento e Plano Diretor- Estação Ecológica da Juréia- Itatins, 1991.

FERREIRA, Carolina Peixoto. Percepção Ambiental na Estação Ecológica de Juréia-Itatins. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo. 2005

DIÁRIO DE IGUAPE. Ministério Público determina expulsão de moradores da Juréia. Disponível em:

<http://diariodeiguape.com/2010/05/25/ministerio-publico-determina-expulsao-de-moradores-da-jureia/> Acessado em: 15/09/2010.

NUNES, Márcia. Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da estação ecológica Juréia-Itatins/SP. 151p. 2003. Dissertação (Mestrado Geografia Física) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Rita: Populações Humanas na Estação Ecológica de Jureia-Itatins, Nupaub/USP, 1993.

SANCHES, Rosely A. Caiçaras e a estação ecológica de Juréia e Itatins: litoral sul de São Paulo. São Paulo, Annablume FAPESP, 2004.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Termo de Autorização para pesca na Estação Ecológica de Juréia-Itatins. Coordenadoria de Proteção de Recursos Naturais. 1990/ 1991.

CETESB. Mosaico de áreas protegidas aumentará território da Juréia-Itatins para 117 mil há. Criado em 05/06/2006. Disponívem em :  
[http://www.cetesb.sp.gov.br/noticentro/2006/06/05\\_jureia.htm](http://www.cetesb.sp.gov.br/noticentro/2006/06/05_jureia.htm)

## **17. Parque Estadual da Serra do Mar<sup>10</sup>**

### **Criação**

Com o objetivo específico de preservar os remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas associados, no Estado de São Paulo e com objetivos suplementares de fornecer à população do Estado uma grande área de lazer, educação ambiental e pesquisa científica, foi criado pelo Decreto nº. 10.251, em 1977, o Parque Estadual da Serra do Mar, cujos limites foram alterados pelo Decreto nº. 13.313, em 1979, devido à incorporação da área de 8.000 hectares, denominado Núcleo Picinguaba.

A criação desta grande unidade de conservação (agora com 310.000 ha), não contou com estudos adequados dos aspectos físicos, biológicos, e muito menos sociais e culturais, para determinação de seus limites e funções.

### **Populações Tradicionais**

---

<sup>10</sup> Texto produzido por Sílvia Yagui

Na região da Serra Do mar, vivem, aproximadamente 3250 pessoas parte das quais são comunidades tradicionais de caipiras e caiçaras, distribuídos em vários bairros rurais e vilas costeiras. Entre elas estão o núcleo de Picinguaba e bairros como e de Camburi.

Camburi é um bairro rural situado no extremo norte do município de Ubatuba-SP, na divisa com o Estado do Rio de Janeiro. Esse pequeno agrupamento caiçara, com cerca de 467 hectares, é formado por sítios compostos de área de moradia e de trabalho distribuídos entre uma pequena planície e terrenos íngremes. Foi a partir destes sítios que há quase 200 anos foi formado um território, no qual vem se desenvolvendo um modo de vida ímpar que persiste e que se re-inventa, diante das intervenções externas e da própria dinâmica da vida comum.

### **Conflitos**

No caso de Camburi, seus moradores sofreram um tipo mais sutil de expropriação de seu território que não a simples expulsão de suas terras. Em sua maioria os caiçaras permanecem no bairro, ainda que ocupando áreas menos privilegiadas como as encostas íngremes. Porém, sofreram uma desterritorialização simbólica, pois foram proibidas várias atividades que ocorriam em seu território.

No Sertão da Fazenda, os moradores tiveram vetada a abertura de novas áreas para a construção de casas; pois a partir de então, novas áreas de mata não poderiam mais ser derrubadas. A construção de alguma obra passa a ser permitida somente dentro de um mesmo terreno já utilizado. Intervenção esta que restringiu a prática comum no local, de agregar os filhos em novas casas, na medida em que vão se casando.

A proibição da abertura de novas áreas na mata impossibilitou também a rotatividade das roças e a utilização da terra no tradicional sistema de pousio florestal. Só foi possível, a partir daí, o cultivo apenas nas roças abertas, isto é, das áreas que, na época, estavam sendo plantadas, exceto as localizadas na região das matas. Assim, os moradores ficaram somente com as pequenas roças próximas de suas casas, das quais se queixam por terem seus solos cansados, inviabilizando o cultivo de certos produtos importantes na sua dieta outrora cultivados como, o café, a cana-de-açúcar e o milho. Hoje, o



cultivo se restringe à mandioca, ao feijão, às ervas medicinais (cultivadas) em seus terreiros e a algumas árvores frutíferas.

Da mesma forma, ficou proibida a prática do extrativismo, como a retirada da lenha, do palmito e das “ervas do mato”, incluindo as atividades de caça animal, que por sua vez, tratava-se de uma importante fonte de alimentação.

A propósito da preservação do meio natural, por meio da implantação de áreas de proteção integral, tornou ainda mais complicada a permanência destas populações em seus territórios. Estas têm perdido o seu meio de sustento, face ao restrito acesso aos recursos naturais, ou até mesmo, sido expulsas de seus territórios ocupados por gerações.

### **Relatos de moradores**

Muitos da região de Picinguaba, migraram para o centro da cidade e periferia, abandonando suas casas ou vendendo suas terras a preços irrisórios não tendo meios, depois, de se sustentarem na cidade, onde passaram a pagar impostos que não possuíam quando moravam na comunidade. Isso pode ser claramente visto no depoimento de V., nascido e criado na região:

*“Muita gente apareceu aqui que queria compra nossas terra. Muita gente vendeu. Acharo que era um saco de dinheiro e foro prá cidade. Depois rependero! Aiií...”*

Prejudicadas pela implantação do Parque, tais populações expressam um descontentamento frente aos administradores, à Polícia Florestal e, a todos que apresentem algum vínculo com o Parque.

*“... antes do florestal chegá aqui, todo mundo prantava, todo mundo pescava, todo mundo caçava. Não tinha esse negócio de fica embargando aqui, embargando ali...”*

**(D.O., antiga moradora).**

### **Referências Bibliográficas**

JONAS, Marli Quinzan. *Saberes e práticas na relação entre homens e animais no Sertão da Fazenda (Picinguaba – Ubatuba – SP)*. Dissertação de mestrado, Faculdade

de de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SILVA, Simone Rezende da. *Camburi, território de brancos, negros e índios no limite do consenso caiçara. Transformações de uma população tradicional camponesa*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

## 18. Parque Estadual da Ilha do Cardoso<sup>11</sup>

### **Criação**

O Parque Estadual da Ilha do Cardoso foi criado em 03 de julho de 1962, pelo Decreto Estadual nº

. 40.319, objetivando a manutenção dos “exuberantes atributos naturais ali existentes; das condições favoráveis ao desenvolvimento de atividade turística; de sua vocação de berço genético e notável repertório reprodutor de espécimes raros; e à presença de jazidas pré-históricas (sambaquis) que testemunham a ocupação pelo primitivo homem americano há dez ou quinze mil anos” (SÃO PAULO, 2001).

Logo após a criação do Parque, criou-se também uma situação de conflito com as comunidades que lá se encontravam há muitas gerações, com restrição do uso do espaço e seus recursos, portanto do próprio modo de vida caiçara.

---

<sup>11</sup> Texto produzido por Sílvia Yagui

Quando a área foi decretada parque estadual, em 1962, viviam 395 caiçaras que ocupavam as terras de restingas, ao sul, e as margens litorâneas, ao norte. Um pequeno número de antigos moradores não caiçaras teria vindo da capital paulista na década de 1950, quando se instalou um projeto de loteamento de alto padrão na comunidade do Marujá, sendo desativado após a institucionalização do parque (RODRIGUES, 2001).

Conforme Rodrigues (2001), poucos são os que se mudaram para o parque nos últimos dez anos. Os mais recentes moradores são os índios da etnia guarani M'Bya que alojam sua aldeia há mais de dez anos em uma área de mata fechada à beira do canal que separa a Ilha do continente. Teriam vindo em busca da “terra sem males” e que, segundo a cosmologia desta etnia encontra-se em algum lugar na região de domínio da Mata Atlântica. Os guaranis que moram atualmente na Ilha contam com o apoio e assessoria do CTI (Centro de Trabalho Indigenista) e também da FUNAI.

A criação do Parque permitiu uma autorização para que os órgãos do governo localizassem as terras de domínio particular, para oportunamente declará-las de utilidade pública para fins de desapropriação. A Ilha do Cardoso foi transformada em Parque Estadual, integrando a rede de Unidades de Conservação administradas pela SEMA de São Paulo, através do IF (Instituto Florestal), e desde 2007, administrado pela FF (Fundação Florestal). Com a Lei 9.985, conhecida como “lei do SNUC”, sancionada em 18 de julho de 2000, instituiu-se o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. A partir daí, a Lei passou a dispor sobre os casos de licenciamento ambiental de empreendimentos que causem significativo impacto ao meio ambiente, orientando o montante e a aplicação de recursos para a criação, implementação e a manutenção de unidades de conservação de proteção integral, como é o caso dos parques estaduais.

Destaca Parada (2001), que apesar da criação do PEIC em 1962, a sua efetiva implantação se iniciou somente dez anos depois, quando o lema governamental era o “milagre econômico” tratando a natureza como instrumento político. Neste período, sob pressão da imprensa, o governo do Estado de São Paulo contraiu empréstimo destinado a implantar um centro de pesquisas na Ilha. Em 1978, através do decreto nº. 1.138 criou-se o CEPARNIC (Centro de Pesquisas Aplicadas aos Recursos Naturais da Ilha do Cardoso). Durante este período, muitas famílias de pescadores caiçaras que não conseguiram manter suas roças e outras atividades de subsistência foram morar em Cananéia e Iguape, ou em São Paulo, “abandonando” temporariamente seus lugares de origem (SÃO PAULO, 2001).

*“Segundo relatos, muito dinheiro foi gasto na implantação do CEPARNIC, além do impacto na mata. Além disso, para gerar energia para todo o núcleo, foi feita uma barragem no Rio Perequê e uma hidrelétrica que funcionou apenas durante quinze minutos de sua inauguração” (PARADA, 2001).*

O PEIC, desde seu surgimento, sempre teve muitos órgãos responsáveis por sua administração havendo, muitas vezes com sobreposição de funções, o que gerou conflitos institucionais, paralização e abandono de atividades operacionais. Nos últimos anos, com a efetivação do plano de manejo do parque e formação de uma nova rede de parceiros institucionais, esta situação de ingerência se reverteu, transformando-o em uma das Unidades de Conservação brasileiras mais adiantadas tecnicamente, possuindo Plano de Manejo e comitê de apoio à gestão do Parque (PARADA, 2001).

### **Populações Tradicionais**

A população da Ilha do Cardoso é basicamente constituída pela população tradicional caiçara. O direito dos moradores tradicionais caiçaras que permaneceram na área foram assegurados no Plano de Manejo do PEIC, concluído em 2001, tendo sido legitimado em várias esfera do poder público e junto à sociedade civil organizada. O direito de uso parcial dos recursos naturais pelos caiçaras também foi regulamentado pela Promotoria Pública do Vale do Ribeira após reivindicações das comunidades locais (RODRIGUES, 2001). É importante ressaltar que o primeiro plano de manejo do PEIC, elaborado em 1976, sequer mencionava a presença de centenas de famílias de moradores tradicionais e proibia as atividades de subsistência no Parque (DIEGUES, 2004). Nesse período era intensa e contínua a ação fiscalizadora da policia florestal o que levou a uma migração forçada para a periferia da cidade de Cananéia onde viviam em situação pior que em seus sítios na Ilha.

As comunidades tradicionais presentes no PEIC representam 5% de sua área total, divididas em nove comunidades: Marujá, Pereirinha, Itacuruçá, Cambriú, Enseada da Baleia, Pontal do Leste, Foles, Andradas, Lage, e alguns sítios isolados, totalizando cerca de 395 moradores.

O Marujá é a maior delas, com 164 moradores, sendo seu acesso feito por barcos, o que garante o seu relativo ‘isolamento’ dos centros urbanos (PARADA, 2001).

A comunidade localiza-se ao sul da Ilha, na restinga, o que permite aos moradores a prática de pesca, tanto no estuário, como no mar aberto. Os moradores trabalham com turismo desde a década de 1970, administrando pousadas, campings e restaurantes, atuando como monitores ambientais, ou trabalhando como caseiros de turistas que possuem casa na Ilha (PARADA, 2001). Na Enseada da Baleia e nas outras comunidades da Ilha, o turismo possui menor fluxo quando comparada à vila do Marujá. Apesar do turismo em época de verão, a pesca é a principal fonte de renda dos moradores.

Muitos dos caiçaras que hoje vivem na Ilha são descendentes dos primeiros habitantes indígenas que se casaram com migrantes vindos do Paraná e de Santa Catarina (RODRIGUES, 2001).

Apesar do turismo complementar a renda da pesca durante o verão na comunidade do Marujá, há ainda práticas de saberes tradicionais ligados ao modo de vida caiçara. Para Rodrigues (2001), as atividades tradicionais são sobretudo a pesca, o artesanato e em menor proporção a pesca e a roça. A autora ressalta que a principal causa do abandono das atividades tradicionais, por parte dos antigos moradores de áreas protegidas no Estado de São Paulo, está ligada à atual legislação ambiental que lhes impões inúmeras restrições quanto ao uso dos recursos naturais.

### **Conflitos**

A criação do Parque e a conseqüente legislação ambiental trouxe diversas restrições aos moradores tradicionais caiçaras, tais como: proibição da prática da agricultura, da caça e extrativismo vegetal. Segundo Parada (2001), isso acarretou muitas mudanças comportamentais, mas nem sempre essas atividades deixaram de ser exercidas. Muitos moradores caçam e cortam plantas nativas, mesmo sabendo os riscos que correm.

### **Relatos de Moradores**

*“Não dá pra plantar por causa do florestal, que fica em cima do florestamento, essas coisas... Lá em Ipanema eu podia plantá, pode fazê o que quis é, a gente do sítio tem direito de fazer o que quis é... Agora, se quis é plantá, tem que plantá escondido no meio do mato”.* (Seu Paulo Mendonça)

*“No tempo de dantes se fazia farinha, beiju, tirava aipim, o peixe era mais farto. Mas, agora não pode mais plantar”.* (Dona Julieta)

Os depoimentos acima demonstram que os moradores sempre reclamam da ação do Estado, que impede seu modo de vida tradicional.

### **Referências Bibliográficas**

DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 4ª. Ed., Editora Hucitec, USP, 2004.

OLIVEIRA, Ezequiel de & RODRIGUES, Lúcia Carmen. *A cultura caiçara e turismo no Bairro do Marujá, Ilha do Cardoso*. In: DIEGUES, Antonio Carlos & VIANA, Virgílio M. (orgs.): *Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica*, NUPAUB/USP, São Paulo, 2000.

PARADA, Isadora Le Senechal. *Mudanças sócio-ambientais de duas comunidades caiçaras do Parque Estadual da Ilha do Cardoso- SP*. Trabalho de conclusão, Departamento de Ecologia, Instituto de Biociências, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2001.

RODRIGUES, Carmen Lúcia. *Os Limites do Consenso: territórios polissêmicos na Mata Atlântica e a gestão ambiental participativa*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

SÃO PAULO. *Secretaria do Meio Ambiente*. Instituto Florestal, Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, 2001.

SÃO PAULO. *Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado de São Paulo*. Secretaria do Meio Ambiente, 2000.

SILVA, Viviane Capezzuto F. *Pesca e Uso Comunitário do Espaço Costeiro na Ilha do Cardoso – litoral sul de São Paulo – Brasil*. In: DIEGUES, Antonio Carlos & VIANA, Virgílio M. (orgs.): *Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica*, NUPAUB/USP, São Paulo, 2000.

## 19. Parque Estadual Alto do Ribeira (PETAR)<sup>12</sup>

### **Criação**

O Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) foi criado através do Decreto nº 32.283, de 19 de maio de 1958. Localizado no sul do Estado de São Paulo, possui uma das maiores extensões preservadas de [Mata Atlântica](#) que abrange uma das maiores concentrações de [cavernas](#) do [planeta](#) (mais de 350) e uma imensa quantidade de cachoeiras. O acesso ao PETAR pode ser realizado pelas Rodovias SP-280 (passando por Apiaí) ou BR-116 (Régis Bittencourt), passando pelos municípios de Jacupiranga e Iporanga.

---

<sup>12</sup> Texto produzido por Ana Francisca de Jesus

Os mais de 35.000 hectares dessa unidade de conservação abrangem parte dos municípios de Iporanga e Apiaí, e se limitam com os municípios de Guapiara (norte e noroeste) e Itaóca (sudoeste). A administração da área envolve quatro núcleos, responsáveis principalmente pelos aspectos referentes a visitação turística: Núcleo Santana, Núcleo Ouro Grosso, Núcleo Casa de Pedra, Núcleo Caboclos (FUNDAÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2010).

A região inserida nos limites do PETAR possui um grande potencial turístico, pois suas características naturais permitem que os visitantes pratiquem diversas atividades de esportes radicais, como espeleologia, rapel e caminhadas

### **População tradicional**

A área protegida pelo PETAR abrange o território de comunidades tradicionais quilombolas, caboclasas e indígenas.

Entre os municípios localizados no interior do parque, Iporanga possui aproximadamente cinco mil habitantes e Apiaí 27.136 habitantes. Há 700 famílias de caboclos distribuídas em dois núcleos isolados (NUPAUB, 1995).

De acordo com o Plano de Manejo do PETAR (FUNDAÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2010), na região sul da unidade de conservação existem comunidades tradicionais remanescentes de quilombo, situadas em local de difícil acesso denominado como Bairro Bombas, em processo de reconhecimento como quilombola. O mesmo processo ocorre na área denominada como Ribeirão, próxima do Núcleo Casa de Pedra. Já o Bairro da Serra é uma comunidade tradicional localizada no município de Iporanga, distante 13 km do centro da cidade.

### **Conflitos**

Os conflitos entre a administração PETAR e a população humana residente em seu interior envolvem as comunidade de quilombolas, alvo de fiscalizações intensas e frequentes, que impedem a prática agrícola, resultando no aumento da extração do palmito pelas comunidades, atividade que também é considerada ilegal na área.

Além das restrições às atividades de subsistência, existem conflitos fundiários na área abrangida pela unidade de conservação. O trabalho de Silveira (2001) analisa os impactos causados pela criação e implantação do PETAR para as populações humanas



residentes nessa área. Segundo Silveira (2001), no Bairro de Bombas (localizado na região sul do parque) “*as relações entre moradores, inclusive entre parentes próximos, têm estado abaladas principalmente pelas questões fundiárias*”. As relações de trabalho também estão abaladas pelos mesmos motivos, fazendo com que as *reunidas* (formas de trabalho coletivo para um fim coletivo) fiquem mais raras, em decorrência do esvaziamento do bairro por conta das migrações cada vez mais freqüentes, visto que existe a impossibilidade de sobrevivência diante das restrições impostas pela legislação ambiental.

A relação entre as populações tradicionais e o PETAR também envolve questões referentes à atividade turística na região. O Bairro Serra é um local que cresceu junto com a crescente estruturação do turismo, abrigando muitas pousadas, restaurantes e serviços ligados ao turismo, o que envolveu tanto moradores originais das comunidades, como pessoas de fora. Se anteriormente a agricultura era a principal promotora de relações sociais, a forte inserção da atividade turística na região a transformou na principal fonte de renda e norteadora das relações entre a população local, hierarquizando as relações entre os moradores, criando uma relação patrão-empregado, “*uma desigualdade social nova no bairro que reproduz a estratificação de classes que é comum na sociedade capitalista*” (SILVEIRA, 2001).

Segundo o autor, existe uma sociabilidade do trabalho agrícola e uma sociabilidade do turismo. Se antes, tendo a agricultura e o extrativismo como fontes de subsistência as relações sociais eram igualitárias, agora com o advento das estruturas do turismo, podemos dizer que as relações entre moradores do Bairro da Serra atualmente se caracterizam por ser uma relação hierárquica entre os próprios moradores, visto que alguns moradores trabalham para outros que são os proprietários de pousadas e ou de serviços relacionados ao turismo. Nas palavras do autor, a situação atual dos bairros de Bombas e da Serra pode ser resumida da seguinte maneira:

*Se em Bombas a possibilidade de permanência está condicionada à redução da atividade agro-extrativista dos moradores a um mínimo necessário para sua subsistência, no Bairro da Serra ela depende de um crescente abandono das atividades antigas e do envolvimento com o turismo. O turismo é festejado por muitos moradores porque foi capaz de gerar uma fonte de emprego, ou pelo menos de trabalho esporádico,*

*que estancou parcialmente um fluxo migratório já existente e manteve muitos jovens na região (SILVEIRA, 2001).*

## **Relatos de moradores**

Como os moradores são proibidos de reproduzirem seu modo de vida que é baseado na agricultura de subsistência, caça e extrativismo, a migração e a prestação de serviços relacionados à atividade turística tornaram-se as opções mais comuns para a população residente na área da unidade de conservação. Aqueles que desenvolvem suas atividades tradicionais passam a ser vistos como praticantes de atividades clandestinas e criminosas:

*“É muito difícil você conversar com um caboclo daqui que nasceu, com seis anos de idade já sabia plantar seu feijão, sei arroz e aquilo ele carregou a vida inteira, ensinando para o filho dele. Agora o filho dele está com 17, 18 anos, ele não pode plantar mais, ele não planta mais, e o que ele fazia é crime. Como eel passa para o filho dele que todo o conhecimento da vida dele, hoje é crime!”(SILVEIRA, 2001).*

Enquanto no Bairro de Bombas os conflitos se referem principalmente ao desenvolvimento das atividades de subsistência, no Bairro da Serra os conflitos se desenvolvem de maneira um pouco diferente. A extração de madeira, palmito e a mineração eram atividades secundárias nesse Bairro, e ao lado da agricultura, complementavam a renda das famílias. Com o advento das restrições ambientais, tanto para as atividades extrativistas como para a agricultura, o ecoturismo aparece como uma atividade econômica de grande importância para o moradores do bairro. Pode-se dizer que com o fechamento das mineradoras e as crescentes migrações decorrentes desse fato, a formação e o trabalho de monitores ambientais foram a solução encontrada para conter esta onda de migrações no bairro:

*“Pessoal hoje não está fazendo quase nada de roça. Antigamente você chegava aqui no bairro e para o lado que você virasse a cabeça você via roça. Roça de arroz, de feijão,*

*canavial, enormes canavial, tinha engenho... agora nem engenho você encontra mais. [...] Você chegava na casa de qualquer um você comia uma rapadura, tomava um melado, melado com farinha. Nossa, era uma delícia!” (SILVEIRA, 2001).*

Outro fator de conflito diz respeito ao conhecimento tradicional que os moradores possuem sobre a floresta e de que forma este conhecimento vem se enfraquecendo com as atenções voltadas unicamente às atividades de monitoria ambiental, onde os monitores aprendem sobre a floresta em apostilas de estudo, enquanto antes este conhecimento adivinha de sua prática e contato diário com os conhecimentos necessários às atividades agro-extrativistas, tornando-se profundos conhecedores do meio.

Silveira (2001) ainda faz uma crítica com relação ao ecoturismo como moeda de troca diante das restrições ambientais sofridas pelas populações locais e como uma solução única e excludente de outras inseridas em um universo mais amplo:

*“Para todo mundo eu acho que não tem [turismo]. [...] Pousada? Aqui tem muita pousada. Se eu não tiver enganada são doze, e são a maioria de proprietário local. [...] Agora, eu acho que não é só abrir, abrir, falta muita coisa para estruturar no bairro ainda. De pousada não dá para todo mundo sobreviver, tem que ter outros caminhos, comercialização de artesanato, outros curso [...] Se não tiver outras alternativas com resultados, não vai dar não, para todo mundo sobreviver. Tem um numero “x” de monitores, e os outros que estão vindo, o que vão fazer, ser monitores? Não vai dar mais certo. [...] Só pousada e só monitoria não é sobrevivência para toda a comunidade” (SILVEIRA, 2001).*

*“Vai ter que ter outros meio, não só o turista. Só se vier todo dia. [...] mas do jeito que está, não tem como, o pessoal vai ter que se virar do outro meio, fazer outras coisas. [...] Eu mesmo*

*guei foi no mês passado, e agora nesse fim de semana é que estou guiando de novo” (SILVEIRA, 2001).*

### **Referências bibliográficas**

SILVEIRA, Pedro castelo Branco. Povo da terra, terra do parque: presença humana e conservação de floresta no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, SP. São Paulo, 2001.

FUNDAÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Plano de Manejo do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira. São Paulo, 2010.

## **20. Parque Estadual Jacupiranga<sup>13</sup>**

### **Criação**

O Parque Estadual de Jacupiranga -PEJ foi criado em 08 de agosto de através do decreto lei nº 145 com o objetivo de proteger os recursos naturais presentes na região do Vale do Ribeira. O PEJ está localizado na região do Vale do Ribeira abrangendo terras dos municípios de Cananéia, Jacupiranga, Eldorado, Barra do Turvo e Iporanga. Encontra-se entre os paralelos 24° 35' e 25° 15' de latitude sul e meridianos 48° 35' a oeste de Greenwich, totalizando uma área de 150.000ha.

---

<sup>13</sup> Texto produzido por Ana Francisca de Jesus

## **População tradicional**

A população residente dentro dos limites do Parque Estadual de Jacupiranga é totalmente rural. (IBGE, 1991). Sua população em 1991, representava cerca de 7,5% do total populacional do conjunto dos municípios abrangidos pelo Parque. Ainda no mesmo ano, o censo apontava 5.560 habitantes distribuídos de forma dispersa em pequenos povoados rurais, sendo que grande parte da área do Parque encontra-se desocupada.

O trabalho agrícola caracteriza-se em áreas tidas pelo grupo como pertencentes a todos, de livre acesso e utilização, permitindo o sistema de rodízio e descanso das terras. No território do Parque Estadual do Jacupiranga existem algumas comunidades que ainda apresentam tal tipo de cultura nos bairros conhecidos por Rio das Minas, Rio da Serra, Ipiranguinha, Sapatu, André Lopes e Nhunguara, sendo esses últimos quilombolas.

Segundo Santos, 2005 hoje existem pequenas áreas destinadas às roças de subsistência, a exploração do palmito Jussara também entrou em declínio devido à escassez do recurso natural.

*“(... ) as roças acabaram, o mato começou a crescer e o palmito acabando,acabando...aí o pessoal começou a fazer alternativas, uns faziam doces para vender... com a enchente também acabou o serviço, os fazendeiros que davam serviços( limpar bananal limpar pasto) pararam de dá”. (Depoimento do senhor Ditão Rodrigues)*

## **Conflitos**

Dentre os principais conflitos decorrentes da criação do parque podem-se destacar conflitos fundiários, com atividade de caça, de pesca e extrativismo vegetal em áreas proibidas, principalmente do palmito jussara, construções e reformas em áreas proibidas.

Em meados de 1987, em face das mais diversas denúncias sobre conflitos posseiros,o programa de Regularização Fundiária (SJ – PGE/SEAF/SEP) realizou uma

levantamento expedido do PEJ, indicando o estágio de preservação e chamando a atenção para as comunidades inseridas na área, chegando a identificar, na época, uma imobiliária que promovia venda clandestina e ilegal de glebas no seu interior, no bairro chamado “Descampado”.

Entretanto, ainda encontram-se problemas relacionados a conflitos que envolvem a legislação própria do Parque, a legislação relativa à mineração, a desapropriação direta e indireta a ocupação humana de algumas áreas, infra-estrutura e fiscalização.

### **Relato dos moradores**

O depoimento do Senhor Ditão da Comunidade Remanescente de Quilombo Ivaporunduva retrata como as alterações/ proibições em decorrência da implantação do Parque apresentam conseqüências sócio- culturais para o modo de vida dessas pessoas:

*“(...) as roças acabaram, o mato começou a crescer e o palmito acabando, acabando... aí o pessoal começou a fazer alternativas, uns faziam doces para vender... com a enchente também acabou o serviço, os fazendeiros que davam serviços( limpar bananal limpar pasto) pararam de dá”. (Depoimento do senhor Ditão Rodrigues)*

### **Referências Bibliográficas**

FUNDAÇÃO S. O. S MATA ATLANTICA – Diagnóstico Preliminar de PEJ Parque Estadual de Jacupiranga, março de 1993.

SANTOS, Kátia Maria Pacheco. A Atividade Artesanal com Fibra de Bananeira em Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira (SP). Dissertação de mestrado em Ecologia de Agrossistemas. Escola Superior de agricultura Luiz de Queiroz – USP, Piracicaba, 2005.

## **21. Parque Estadual Carlos Botelho<sup>14</sup>**

### **Criação**

O Parque Estadual Carlos Botelho está localizado na região sudeste do Brasil, no Estado de São Paulo, abrangendo os municípios de São Miguel Arcanjo, Capão Bonito e Sete Barras.

Criado pelo Decreto Estadual 19.499 de 1992, essa unidade de conservação abrange a região que anteriormente era denominada como Serra de Paranapiacaba, a qual foi dividida, em 1941, em quatro reservas florestais: Carlos Botelho, Capão Bonito,

---

<sup>14</sup> Texto produzido por Bárbara Elisa Pereira

Travessão e Sete Barras. Em 1982, um decreto re-unificou as quatro reservas, constituindo o Parque Estadual Carlos Botelho.

Os 37.644 hectares que compõem o parque integram a zona núcleo da reserva da biosfera da Mata Atlântica, sendo reconhecido em 1991 como uma Zona Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Em seguida, em 30 de novembro de 1999, a área foi reconhecida pela UNESCO como Sítio do Patrimônio Mundial Natural.

O entorno dessa unidade de conservação abriga diversas propriedades particulares de preservação da natureza, como o Parque do Zizo, Parque Taquaral, Parda da Onça Parda, Ecovila Murucututu,

### **População tradicional**

No município de São Miguel Arcanjo está localizada a sede do Parque e não existe população tradicional vivente em seu interior, salvo funcionários do parque. (Nogueira, 2003).

Entretanto, os conflitos que ocorrem na área inserida nos limites do parque se referem às atividades de caça e extração de palmito, realizadas por populações fixadas em regiões próximas à unidade de conservação.

Não foram encontrados registros nem para a população moradora antes da criação da unidade de conservação, nem para a população atual.

### **Conflitos**

O estado de conservação das florestas do Parque Estadual Carlos Botelho o caracteriza como uma das principais áreas de remanescentes de Floresta Atlântica. Entre outras espécies importantes encontradas na região, o palmito juçara (*Euterpe edulis*), adquire destaque no cenário local, que envolve a unidade de conservação e a população em áreas próximas à mesma.

A presença de uma quantidade relativamente alta desta espécie da flora brasileira coloca a região do parque em um cenário de conflitos constantes, que envolve a fiscalização realizada por parte dos órgãos ambientais responsáveis pela unidade de conservação e a parte da população que, mesmo não habitando a área do parque, depende da mesma para a realização de uma de suas atividades econômicas ou de subsistência, no caso, a extração do palmito juçara para consumo e comercialização.



## Relatos de moradores

Os conflitos existentes entre os indivíduos que desenvolvem a extração irregular do palmito juçara e os órgãos ambientais responsáveis pela fiscalização da área abrangida pelo Parque Estadual Carlos Botelho resultam em situações de repressão e humilhação dos extratores, que são capturados durante a realização da atividade

*“[...] nós não sabia que o local onde ocorreu a apreensão era parque. Depois que a polícia levaram a gente, que vimos que era parque, porque dentro da viatura deu pra ver que tinha até alojamento para os guarda. Se nós soubesse que era parque, nem teria saído de casa, para cair numa cilada. Eu estava muito bem na minha casa, preferia ter ficado passando fome e vivendo de bico” (NOGUEIRA, 2003).*

Ainda que se caracterize como uma atividade essencial para a subsistência das famílias locais, a extração de palmito juçara é reconhecida como prejudicial à natureza, pelos próprios extratores, assim como para aqueles que compram o produto retirado.

*“A prática da extração é proibida, por isso são poucos os que se aventuram a entrar no mato. Se fosse liberado, não teria um pé de palmito” (NOGUEIRA, 2003).*

*“[...] se essa prática for proibida, fica ruim para nós (vendedores clandestinos) porque a população que vive da extração, acaba com as espécies em questão de meses. Cortarão todo o palmito que virem pela frente, matarão os bichos e acabarão com a natureza” (NOGUEIRA, 2003).*

Na pesquisa de Nogueira (2003), a advogada responsável pela maior parte das defesas dos palmiteiros presos, relata a deficiente fiscalização dos órgãos ambientais na

região, que focam suas ações fiscalizadoras apenas no extrator, sem considerar aqueles que contratam o serviço e detêm a maior parte do lucro resultante da atividade:

*“[...] os extratores ignoram a lei de crimes ambientais, são pessoas sem estudo, sem instrução e nunca vão saber o que é lei e o que é proteção ambiental. Não entendem porque precisam proteger uma coisa, nesse caso, o meio ambiente se precisam comer. Porque quem entende são as pessoas que realmente estão ganhando, os que vendem o palmito, que são os contratantes. Esses que ganham e que deveriam ser os mais combatidos pela polícia” (NOGUEIRA, 2003).*

A advogada relata que a ilegalidade da atividade vai além do crime ambiental, pois envolve também o porte ilegal de armas, considerado necessário pelos palmiteiros, a fim de garantir a sua segurança nas incursões na mata.

*“[...] a justiça deveria visar mais estes, os contratantes, só que é difícil chegar neles, porque quando a polícia chega no mato, quem está ali? O extrator e ele está armado! Está ali para extrair o palmito e ainda em duas situações irregulares: uma por estar cometendo um crime ambiental e outra por estar armado. Esse tipo de apreensão ocorre com frequência e infelizmente sempre estão prendendo palmiteiros na delegacia de São Miguel. Só que essa é uma medida necessária porque essa prática é uma agressão a natureza!” (NOGUEIRA, 2003).*

Ainda que seja a defesa nos processos contra os extratores de palmito presos no Parque Estadual Carlos Botelho, a advogada entrevista por Nogueira (2003) reconhece a que a atividade exercida por esses sujeito é prejudicial para o meio ambiente local. Porém, percebe-se a ausência de alternativas econômicas para a população fixada nas regiões próximas à unidade de conservação resulta no constante desenvolvimento dessa atividade, ainda que as proibições legais sejam conhecidas.

## **Referências bibliográficas**

NOGUEIRA, Claudia M. Educação Ambiental e extração clandestina de Palmito Juçara (*Euterpe Edulis*); O caso do Parque estadual “Carlos Botelho”. São Paulo, 2003.

## 22. Parque Estadual Intervales<sup>15</sup>

### **Criação**

O Parque Estadual Intervales abrange uma área de 41.705 hectares, nos municípios de Ribeirão Bonito, Guapiara, Iporanga, Sete Barras e Capão Bonito, no estado de São Paulo, região sudeste do Brasil.

Distante 270 quilômetros da capital do estado de São Paulo, o parque está inserido em duas regiões geográficas distintas, o Vale do Ribeira e o Vale do Alto Paranapanema, essa unidade de conservação de proteção integral foi criada pelo Decreto Estadual nº 40.135 em 08 de junho de 1995. O Parque Estadual Intervales foi a última grande área com remanescente de Floresta Atlântica declarada de proteção integral no Estado

---

<sup>15</sup> Texto produzido por Bárbara Elisa Pereira

de São Paulo, embora, a rigor, sua conservação estivesse assegurada desde a aquisição da Fazenda Intervales em 1987, pela Fundação Florestal.

Localizado na área núcleo do Contínuo Ecológico de Paranapiacaba, a sudoeste do Estado de São Paulo, protege, junto com o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR, o Parque Estadual Carlos Botelho - PECB, a Estação Ecológica de Xitué – EECX, a APA dos Quilombos e parte da APA da Serra do Mar, uma região de Floresta Atlântica reconhecida por sua exuberância natural e altos índices de biodiversidade.

A cobertura vegetal predominante no Parque Estadual Intervales (PEI) é a Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica), com árvores que atingem até 35 metros de altura, sua flora é rica e diversificada, com grande ocorrência de endemismo e os maiores índices de biodiversidade de todo o planeta.

### **População tradicional**

Do ponto de vista sócio-cultural, no território do Contínuo Ecológico de Paranapiacaba vivem várias comunidades remanescentes de quilombos e populações de pequenos agricultores, cuja característica essencial é o cultivo itinerante de roças e a extração de recursos florestais (com destaque para o palmito Juçara – *Euterpe edulis*), o cultivo de banana e hortifrutigranjeiros. Existem também assentamentos rurais, como o Assentamento Agroambiental Alves Teixeira & Pereira, com 3.000 hectares, no bairro do Guapiruvu, em Sete Barras. Cerca de noventa indígenas da etnia Guarani estão no interior do Parque Estadual Intervales, no município de Sete Barras e cento e cinquenta no Bairro Guapiruvu, na década de 90 (MARINHO, 2006, 66).

Atualmente a agricultura é a principal atividade econômica do Vale do Ribeira, principalmente o cultivo da banana, a horticultura, a produção de palmito pupunha e de mandioca. As atividades de manejo de recursos florestais, como a agrofloresta, o cultivo de ervas medicinais e aromáticas, de espécies ornamentais e principalmente o manejo de palmito, são importantes alternativas econômicas, principalmente para as comunidades quilombolas e demais pequenos agricultores e posseiros da região. Já a pecuária extensiva é uma atividade dos grandes e médios agricultores.

No turismo, destacam-se os atrativos do patrimônio espeleológico, as trilhas na Mata Atlântica, as praias e o lagamar, onde se pratica a pesca artesanal, comercial e esportiva.

No entorno do Parque Estadual Intervales existem várias pequenas comunidade quilombolas e de pequenos agricultores, como o bairro do Guapiruvu, onde vivem 150 famílias.

### **Conflitos**

A área do Parque Estadual Intervales é cenário de freqüentes conflitos que envolvem as populações humanas presentes no interior e no entorno da unidade de conservação e o órgão ambiental responsável pela administração e fiscalização da região.

O desenvolvimento de atividades clandestinas de extração de produtos florestais é considerado uma das grandes problemáticas do parque. A implementação do parque trouxe diversas restrições de acesso aos recursos naturais para as populações locais, de modo que atividades como a caça de subsistência e a extração de palmito juçara passaram a serem consideradas atividades ilegais.

Ainda que a extração ilegal de palmito represente um forte impacto negativo para o ecossistema, especialmente sobre a fauna, por eliminar uma importante fonte de frutos, é uma atividade representativa para a economia das famílias que residem na região. Desse modo, ocorrem intensos embates entre os fiscais da Fundação Florestal e os “palmiteiros” das comunidades.

As situações conflituosas entre população local e fiscais também se estendem para as atividades de caça e para a realização de roças itinerantes, as quais, de acordo com a legislação referente às unidades de conservação de proteção integral, são proibidas. Mas, apesar da proibição, essas atividades detêm ampla importância para a sobrevivência local, uma vez que são fontes de alimentos que fazem parte da composição da dieta da população.

O Parque Estadual Intervales também é cenário para conflitos entre mineradores e o Estado, uma vez que atualmente existe uma ampla demanda por calcário. Existe grande concentração de títulos minerários no setor norte do parque, juntamente com minerações ativas e desativadas. Todos os empreendimentos existentes apresentam falta de licenciamento ambiental, ou ausência de acompanhamento das licenças já emitidas, juntamente com a não identificação e não quitação dos passivos ambientais.

### **Relatos de moradores**

Os conflitos que resultam em situações mais tensas e violentas na região abrangida por essa unidade de conservação se referem à extração ilegal do palmito juçara (*Euterpe edulis*).

Como essa atividade é umas das principais fontes de renda da população que vive inserida nos limites do parque, assim como em seu entorno, a fiscalização exercida pelo órgão ambiental responsável pela administração da área direciona seu foco principal para os extratores. Inclusive, uma dessas situações culminou no assassinato de um palmiteiro.

*Após fevereiro de 2001, quando ocorreu o confronto que culminou em morte de um “palmiteiro”, intensificaram-se as ameaças, por parte de diferentes grupos de “palmiteiros” atuando na região, fato que resultou na saída das equipes de vigias e prestadores de serviço na base do PEI, no setor do Vale do Ribeira (MARINHO, 2006).*

Um dos vigias da unidade de conservação relata que esse acontecimento foi resultado de uma série de fatos relacionados ao constante enfrentamento entre fiscais e extratores:

*Começaram a cortar palmito, à noite, de 1990 para cá. Naquela época tinha o pessoal da Fundação Florestal e da Fundepag e depois veio a Coopervales que ajudava e depois ficou só nós de vigia. Em 99 mudamos a nossa forma de trabalho e começamos a registrar as atividades e trabalhar junto com a Polícia Ambiental (...) Quando forçou o corte de palmito foi de 2000 para cá e começou a invadir a ‘palmiteirada’ no Saibadela e Guapiruvu (...) Naquele tempo a gente não tinha diálogo com eles, não podia ter segundo a orientação nossa (...) foi indo e indo e tinha ameaça até que aconteceu essa morte em fevereiro de 2001, aí para cá desandou tudo (MARINHO, 2006).*

Conforme o depoimento de um “ex-palmiteiro”:

*A gente cortava de noite porque a vigilância do parque era mais perigosa e a gente não invadia. Depois foi abrindo espaço, os vigia foram saindo, ai a turmarada foi entrando, em, 2001, 2002, 2003.*

*Além do pessoal daqui tinha pessoal de Jacupiranga, da Cajati e veio só pra cortar palmito. Eles vinham de madrugada e já entravam pro mato e quando se via eles já saiam com um carro de palmito. Depois nós fomos se encontrando no mato e fazendo contato. Como a distância foi ficando grande, os palmiteiro tendo que ir cada vez mais longe e então foi diminuindo (MARINHO, 2006).*

Além dos conflitos existentes entre a população tradicional inserida no Parque Estadual Intervales e a Fundação Florestal e seus funcionários, a implantação do parque na região ocasionou conflitos entre a própria população.

Estes conflitos decorrem da postura a favor dos ideais ambientalistas, adotada por parte dos moradores, contrária aos moradores que defendem a continuidade do modo de vida tradicional difundido anteriormente à unidade de conservação, no qual atividades extrativistas, como a caça e a retirada de palmito, ao lado de outras atividades de subsistência, como a roça, são aspectos que integram a cultura e garantem a sobrevivência no local.

*(...) foi um bairro que eu cheguei e hoje é o bairro como se eu nascesse aqui... Onde estou construindo a minha vida, realizando meu sonho, fazendo um trabalho comunitário e social. A gente também trabalha na comunidade católica (...) eu tenho muito carinho pelo Guapiruvu, até porque é um manancial de água... É onde resta alguma coisa ainda. Temos o parque agora e precisamos cuidar disso. Hoje me sinto um membro do Guapiruvu, sou do Guapiruvu e assumi a responsabilidade de carregar o Guapiruvu (Geraldo Xavier de Oliveira, junho de 2006) (MARINHO, 2006).*

A adoção dessa postura por alguns moradores gera situações de desconfiança e desacordos entre os próprios moradores:

*(...) eu tinha um melhor relacionamento antes da Associação. O que eu percebo hoje é assim: aqueles que eram mais colegas, mais amigos, olham a gente com outro olhar, a gente percebe isso. Há uma certa desconfiança. Como a gente luta com a questão ambiental, de preservar a juçara, os animais. Como o povo tradicional daqui ainda tem esse costume de caça, da pesca, da extração, eles vivem disso, dependem disso, então a gente sempre tá falando. Apesar de que a gente diz que nós não queremos prejudicar eles, nós queremos ajudá-los, mas mesmo assim eles têm desconfiança (...) (Geraldo, junho de 2006) (MARINHO, 2006).*

### **Referências bibliográficas**

FUNDAÇÃO FLORESTAL. Resumo do plano de manejo do Parque Estadual Intervales anexo ao parecer da comissão de biodiversidade do CONSEMA. Disponível em:<[http://www.fflorestal.sp.gov.br/media/uploads/planosmanejo/PEIntervales/1.%20Volume%20Principal/cad%20ANEXOS/pag%20345\\_358%20ANEXO%20Resumo%20do%20Plano%20Relat%20Comissao.pdf](http://www.fflorestal.sp.gov.br/media/uploads/planosmanejo/PEIntervales/1.%20Volume%20Principal/cad%20ANEXOS/pag%20345_358%20ANEXO%20Resumo%20do%20Plano%20Relat%20Comissao.pdf)> Acesso em 30 de maio de 2010.

MARINHO, Maurício A. Conflitos e possíveis diálogos entre Unidades de Conservação e populações camponesas: Uma análise do Parque Estadual Intervales e o Bairro do Guapiruvu (Vale do Ribeira/SP). Dissertação de Mestrado apresentado na Geografia - USP. (2006).

NOGUEIRA, Claudia M. Educação Ambiental e extração clandestina de Palmito Juçara (*Euterpe Edulis*); O caso do Parque estadual “Carlos Botelho”. São Paulo, 2003.

PISCIOTTA, Kátia & MARETTI, Cláudio C. Parque Estadual Intervales Plano de Gestão Ambiental-Fase 1: Principais Conflitos. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Curitiba, 1997.



## **23. Parque Estadual do Jurupará<sup>16</sup>**

### **Criação**

A Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque representava dentro do Instituto Florestal, após treze anos de criação, um grande problema. Ouvia-se dizer que a Instituição aguardava a regularização fundiária da área para assumir a administração. Embora esta não fosse a regra para as demais unidades de conservação, a referida Reserva tinha como peculiaridade ser, entre todas, a que apresentava maior complexidade fundiária. Era a única cuja propriedade era do Estado, mas também era a

---

<sup>16</sup> Texto produzido por Silvia Yagui

única totalmente ocupada, apresentando uma enorme diversidade quanto aos interesses de uso dos seus ocupantes e, portanto, uma enorme diversidade de problemas (SANTIAGO, 2010).

A categoria reserva florestal era insuficiente para conter o processo de degradação que agora se caracterizava por um número crescente de edificações de todos os padrões, em muitos casos associado a loteamentos clandestinos. Deste modo, foi sugerido que se transformasse a Reserva em parque estadual, a única categoria regulamentada legalmente, nos âmbitos federal e estadual e que, portanto, dava o respaldo necessário para a atuação energética que a Instituição deveria adotar na área (SANTIAGO, 1992).

Assim, em setembro de 1992 a Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque foi transformada em Parque Estadual do Juruão Roque foi transformada em Parque Estadual do Jurupará (SÃO PAULO, 1992).

*“As regras, agora, eram claras, no Parque, mais cedo ou mais tarde, todos teriam que sair. E até que a questão fundiária fosse resolvida, só se podia usufruir dos bens existentes. Nada além disto, poderia ser realizado”* (SANTIAGO, 2010).

Apesar do Instituto Florestal se fazer presente rotineiramente e acompanhado frequentemente da polícia florestal, havia um descrédito completo sobre o desenrolar da questão fundiária, sobre a efetiva implantação do Parque. Não se tratava mais de um território predominantemente ocupado por caipiras, eram vários os interesses ali em jogo e as grandes resistências agiam disseminando a desinformação, o que não era difícil devido ao histórico da área. Já se adentrava a década de 1990 e a situação com o Estado e todos os rumores, se arrastavam desde a década de 1950 (SANTIAGO, 2010).

Assim, o que de tão diferente poderia representar a instituição do Parque em relação à Reserva no cotidiano dos *nativos*? Paralisadas as atividades já estavam. Há muito não se fazia o carvão, a lavoura já era só de subsistência, ocupando poucas áreas. Como foi dito os interesses eram muitos e tinham aqueles que apostavam na implantação do Parque, mas, principalmente na falta de capacidade de fiscalização do Estado, ou seja, a terra era de ninguém (SANTIAGO, 2010).

## **Populações Tradicionais**

Há cerca de 600 pessoas, distribuídas em 60 famílias de agricultores caipiras nos limites do parque (NUPAUB, 1995).

O bairro dos Paulo, situado na Serra de Paranapiacaba, no município de Ibiúna, é composto por um grupo de vizinhança familiar, todos descendentes de Paulino Paulo Domingues. O núcleo do bairro localiza-se na gleba nº 100 da discriminatória do 2º Perímetro de São Roque, com 136,94 ha, porém as terras da família abrangem ainda a gleba nº 131, com 157,30 ha, totalizando 294,34 ha (SANTIAGO, 2010).

Estas glebas estão na família há, pelo menos, 120 anos. E quanto à legitimidade das posses, os moradores fazem questão de salientar o rigor com que os impostos eram pagos, à custa de grande sacrifício para a família:

*“meu pai nos anos que conviveu nunca atrasô um imposto, tirava da boca pra pagá os imposto”* (M. Dona, jun./2007).

A ocupação da família Domingues no Sertão é bem anterior; o que faz necessário avançar um pouco mais na história para compreender a constituição do Bairro. Estes, assim como outros portugueses, considerados os fundadores de Ibiúna, chegaram ao povoado de Una entre o final do século XVI e início do século XVII, os primeiros Domingues a chegar foram João Cafezal Domingues e Benedito Domingues (GOMES, 1997). Em 1857, os vários nomes do abaixo-assinado (na condição de tropeiros, lavradores, negociantes, fazendeiros, inspetores de quarteirão etc.) encaminhado aos Deputados da Assembleia Provincial, que solicitava a elevação da antiga “Freguesia de Una do Município de São Roque” em “Villa de Una” (IBIÚNA, 2007). Estes dados comprovam a vinculação histórica e o “enraizamento” ao solo de Una dos Domingues e demais famílias antigas, que acabaram ao longo do tempo unindo-se por laços de parentesco e, seguramente, mestiçando-se com os índios que aí habitavam (fato confirmado por vários nativos) dando origem aos caipiras (SANTIAGO, 2010).

### **Conflitos**

Em terra sem dono não existe fronteiras. E, deste modo, a área foi invadida pela ação dos palmiteiros, segundo os moradores do bairro dos Paulo, o principal impacto do

Parque. Uma verdadeira surpresa, pois, nunca o IF havia feito a associação da problemática do palmito à criação do Parque (SANTIAGO, 2010).

Claro que não é o roubo de palmitos em si a questão, mas o que ele significa: a perda da autoridade dos moradores nativos sobre os seus territórios (SANTIAGO, 2010).

*“Aqui só se via palmito agora pra acha um pé dá trabalho. Quando não era o Parque todos respeitava a divisa, depois muita gente fala, o Parque é do Estado então não tem dono” (M.P.M., jun/2007).*

O palmito era tirado, em larga escala, dentro do Parque, por grupos organizados que atuavam também em outras unidades de conservação e, portanto, não era o que se pode chamar de uma opção econômica. Embora muitos nativos tenham se envolvido com ela, quase ninguém teve um retorno financeiro compensador. Era uma atividade clandestina, ilegal e os colocava numa condição de marginalidade. Mas, ao mesmo tempo, e, contraditoriamente, de dignidade, pois, o que estava em jogo era uma questão de honra: a defesa das fronteiras do território familiar, uma forma de provar a si próprios que, ainda, mantinham a autonomia territorial, apesa do Estado e dos palmiteiros atuando sobre suas áreas. Além disso, representava a possibilidade de poder ultrapassar a miséria em que muitos se encontravam (SANTIAGO, 2010).

### **Relatos de moradores**

*“Entrô o Parque, prá formá um Parque entro a fiscalização do Estado, daí implico o sitinte governá o divisor dele, então é o memo que dizê que o dono não é dono mais, o dono é o Estado, então esse povo que num era dono de propriedade, ele acho que é do Estado, que então todo mundo é dono, então invadiu todo mundo e se o dono reagisse: não aqui é o do Estado e o Estado que tem que toma conta num é ocêis num é dono mais. E o povo robava e tá robando e como é que fica? Aí chego ocêis, lá de longe e ocêis também num conseguiram olhá. Só falo pra eles, só num roube a minha vida, deixem a minha vida vivendo e o resto pode robá tudo” (M.D., jun/2007).*

O depoimento acima retrata parte da realidade. A submissão relatada na última frase, não foi um fato. A criação do Parque representou um novo momento de crise, mas, com ela novas opções de enfrentamento das dificuldades surgiram.

Também o Instituto Florestal, em 1994, abriu concurso para guarda-parque admitindo três pais de famílias. Este fato acirrou o conflito interno, não só porque se tinha literalmente transformado três integrantes do Bairro em funcionários do Parque, portanto, legitimando-os, enquanto tal, como uma autoridade que se sobrepunha àquela estabelecida naquele território; mas, também, porque se tratavam de três famílias que deveriam ser expulsas. O emprego efetivo no Estado dava-lhes a estabilidade material necessária para continuar vivendo e convivendo na morada ancestral e, se quisessem, de boicotar o poder instituído – o que não aconteceu (SANTIAGO, 2010).

*“[...] Depois com o Parque fico mais complicado ainda, não tinha um emprego e não se podia plantá nada, não tinha como vivê. E aí a pessoa fica sem jeito. Né? Como um nativo, como é que vai abandona a própria área, pra entra no alheio e depende do alheio só? A pessoa fica sem jeito. Né? Aí depois que entro a ordem que quem quize plantá um pouquinho, não destruí tanto, então melhorou bem mais. Se a pessoa quize fazê faiz, quem trabalha de emprego e não tivé tempo dá pra ter a convivência. Que nem eles aqui tem o meu esposo, meu subrinho Décio e meu filho Leonil também que trabalha aí. Graças a Deus pra nós não precisa melhó. Dependemo esperá o resto da nossa vida e como funcionário e não mudá porque é o que nos interessa” (J.D., jun/2007).*

## **Referências Bibliográficas**

**SANTIAGO, Cristina de Marco.** *“Os Lavradores da Floresta: um estudo sobre as contradições das políticas públicas de conservação na proteção do modo de vida tradicional.* Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 2010.

## **REGIÃO SUDESTE – RIO DE JANEIRO**

### **24. Reserva Ecológica da Juatinga<sup>17</sup>**

#### **Criação**

Foi criada pelo Decreto Estadual n.º 17.981, de 30 de outubro de 1992, sendo a primeira reserva ecológica do Estado do Rio de Janeiro, com uma área de 8.000 hectares (80km<sup>2</sup>).

---

<sup>17</sup> Texto produzido por Alissandra Pinheiro Lopes

A Reserva Ecológica da Juatinga localiza-se no extremo sul do Estado no Município de Parati, e está inserida na Área de Proteção Ambiental de Cairuçu. A Reserva é limitada de um lado pelo Saco de Mamanguá, e de outro pela frente, pelo mar aberto e pelos fundos, por uma linha imaginária partindo da cachoeira do Cocal (no alto do Canto Bravo da praia do Sono), até o Porto do Sono (NUPAUB, 1995a).

Como a Reserva é coberta por remanescentes de Mata Atlântica a unidade ainda recebe a proteção concedida pela Constituição Federal de 1988, artigo 225, §4º, que considera tal vegetação como patrimônio nacional, sendo declarada como Reserva da Biosfera – RBMA em 1991 pela UNESCO e tombada pela Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, através do edital de 04 de março de 1991.

A REJ é administrada pela Fundação Instituto Estadual de Florestas – IEF/RJ, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano. E em seu decreto de criação permite a permanência das populações caiçaras locais, com restrições quanto à construção de novas moradias. Este aspecto do decreto não está previsto na legislação pertinente a nível federal. Neste sentido, constitui-se em uma exceção em relação às demais Esações Ecológicas, não só as do Rio de Janeiro, como também as dos demais Estados, tanto a nível federal quanto estadual (NUPAUB, 1995b. 257).

A flora representada por aproximadamente 10.000 espécies de plantas é exuberante, apresentando grande biodiversidade. Registros das comunidades tradicionais e de alguns pesquisadores identificaram a riqueza da fauna marinha.

### **População tradicional**

Os moradores tradicionais são basicamente caiçaras, que vivem na região há mais de 200 anos (NUPAUB, 1995a. 90). No seu interior moram cerca de 340 famílias com 1321 moradores, que se distribuem ao longo do litoral em seis principais núcleos: Praia do Sono (86 famílias e 240 habitantes); Ponta Negra (23 famílias e 110 habitantes); Pouso da Cajaíba (164 famílias e 475 habitantes); Ponta da Juatinga (27 famílias e 150 habitantes) Mamanguá (68 famílias e 277 habitantes) e Fundo do Saco do Mamanguá (28 famílias e 69 habitantes) (SOS MATA ATLÂNTICA, 2001. 91). Além desses núcleos familiares existem registros datados de dezembro de 1994 por Vianna

(1996) relatando ocupação de núcleos familiares na Praia de Escaléu (27 famílias e 130 habitantes) e Praia de Ipanema (4 famílias e 11 habitantes).

A maioria dos moradores desses núcleos familiares descende dos primeiros habitantes. A população local conta, que a área da REJ foi ocupada principalmente por portugueses que erravam o porto de Paraty ou não podiam desembarcar por diversos motivos e iam parar nas praias da atual reserva. Na ponta da Juatinga seus ocupantes se dizem descendentes de Franceses (SILVEIRA & BRANDÃO, 2005).

As atividades econômicas permanentes mais desenvolvidas na região são a pesca embarcada (30%) e artesanal (29%), seguida de caseiro (14%). Em relação à atividade econômica complementar mais desenvolvida na região é a agricultura (51%), seguido da construção civil, artesanato e turismo (SOS MATA ATLÂNTICA, 2001. 102).

### **Conflitos**

Apesar de ser a primeira Reserva ecológica do Estado do Rio de Janeiro e em seu decreto permitir a permanência das populações caiçaras locais, ainda não teve seus problemas fundiários solucionados. Além disso, a construção da estrada BR 101 acelerou o processo de especulação imobiliária da região de Paraty e Angra dos Reis (VIANNA, 1996).

Além disso, os caiçaras da Reserva Ecológica da Juatinga, estão tendo que aceitar as leis ambientais, dificultando a reforma de suas casas de pau a pique, a construção de alguns aparelhos de pesca, modificando seus modos de vida e causando muita insatisfação para a população local.

Além disso, recentemente ocorreram sérios conflitos com moradores da Praia Grande da Cajaíba e especuladores imobiliários que resultaram em migração forçada de quase todas as famílias para uma área periférica de favelas na Ilha das Cobras em Paraty.

O turismo também influenciando alterações no modo de vida dos moradores da Reserva Ecológica da Juatinga, principalmente na complementação da renda dos habitantes locais. Segundo Sinay (2002), essa ‘nova fonte de renda’ de alguns indivíduos, dessas comunidades, através da venda de terras para turistas, não condiz com a noção de conservação da natureza e nem de respeito à culturas locais, principalmente quando consideradas as futuras gerações.



## Relato dos moradores

A insatisfação dos moradores locais em relação às questões fundiárias pode ser observada segundo o relato de Seu Maneco, morador de Martin de Sá (SINAY, 2002).

*“... querem me tirar daqui sem direito a nada!*

*É facinho de fazer uma escritura qualquer, tem gente preparado pra isso.*

*... o que é que a justiça tinha de fazer?*

*É só vim, conferi e vê. Pronto! É só vim conferir e vê. Vem aqui!*

*Porque o pobre coitadinho as vez nem certidão tem e é brasileiro, mas nem certidão tem, eu ainda tenho, mas tem muito ai que num tem. Então, quer dizer, mas mora na terra, vive da terra, tem seus filhos na terra, num sabe vive na cidade, porque vive na roça.*

*Mas os homens do dinheiro tão lá. Já destruíram tudo por lá e querem pegar o restinho que sobra e também por causa do dinheiro querem destruir!”* (SINAY, 2002\_65).

A posse de terras é um fator de grande importância sobre a atividade econômica dessas comunidades, na praia do Pouso, há exemplos de moradores que constroem casas para vender a posse para os turistas e mudam-se para áreas de mesmo local (VIANNA, 1996).

*“De primeiro não tinha esta história de posse. Só depois quando começaram a vender. Mas isso já faz tempo”* (Cecílio)(VIANNA, 1996\_196).

*“(...) morei um bocado de tempo na Ipanema, depois que a Etelvina tava grandinha é que fui por Escaléu. Por causa que meu pai queria a casa para vender (...)”* (Marcinha) (VIANNA, 1996\_196).

A intensa fiscalização dos policiais do IEF, que rondavam a praia armados e ameaçavam os moradores locais chegando a destruir violentamente barracas de

moradores que vendiam comida e artigos de artesanato para visitantes, o que motivou a família de Dona Maria, uma das últimas famílias, a mudar-se de Praia Grande da Cajaíba para a periferia de Paraty.(MENDONÇA, 2010).

*“Eu já estava velha cansada, não podia fazer muita coisa que o pessoal não deixava também, minha irmã queira que eu ajudasse na barraca. Também eles (IEF) queimaram a primeira barraca, ai quem podia fazer foram fazendo, eu tive que parar com a farinha que tinha lá, eu pedia ajuda, mas ninguém podia me ajudar”* (MENDONÇA, 2010\_93).

Um dos principais fatores de resistência contra a desterritorialização é a o fato das famílias locais serem donas de seus terrenos, no entanto, muitas famílias acabam vendendo suas terras para veranistas (SOARES, 2006).

*“Eu acho ruim por um lado vender os terrenos, mas por (...) outro não. Acontece que nós não temos dinheiro e tem gente que vai embora e precisa vender o terreno.”* (SOARES, 2006\_69).

Uma das principais formas de conseguir renda é com a hospedagem dos turistas. Caiçaras constroem pequenas casas para alugar ou até mesmo saem de suas casas e alugam para os turistas durante o verão com o objetivo de levantar o máximo de renda possível (SOARES, 2006). Em Pouso da Cajaíba, diversos moradores locais estão sendo “recrutados” pela construção civil e grande parte dos jovens já tem alguma experiência como pedreiro e auxiliar de pedreiro (ROSA, 2005).

*“Agora tá melhor; tem emprego para gente,( ...), cada saco de areia que eu subo, eu ganho dois reais”.* (ROSA, 2005\_68).

Em Martim de Sá, os moradores passaram a gastar mais tempo em atividades para servir aos turistas e, conseqüentemente, tiveram menos tempo para desenvolver suas atividades tradicionais, como a pesca, a caça, a roça, fazer rede e canoa e contar histórias (SINAY, 2002).

Em pouso da Cajaíba, o incremento da atividade turística tem provocado um aumento no consumo de drogas trazendo uma intranquilidade para a população local, já que surgiram novos hábitos entre os moradores locais, principalmente os jovens (SOARES, 2006).

Os moradores de Pouso da Cajaíba apontam que a quantidade de peixes na enseada diminuiu muito nos últimos anos e acusam os grandes barcos de estarem acabando com o pescado na região. Porém, a pesca é uma importante atividade econômica para a população local e em decorrência da concorrência desleal e as dificuldades cada vez maiores, sem opções, os pescadores acabam servindo como fonte de mão-de-obra para essas grandes empresas pesqueiras, ficando mais de três meses sem visitar Pouso da Cajaíba, trabalhando em alto mar ou em outras localidades (ROSA, 2005).

*“A pesca está caindo, não dá para matar mais nada.”  
(Seu Lorival, 67 anos) (ROSA, 2005\_47)*

*“O peixe está sumindo porque tem muita gente pescando.” (Seu Miguel, 70 anos) (ROSA, 2005\_47)*

## **Referências Bibliográficas**

BRITO, Maria Cecília Wey de. Unidades de Conservação: intenções e resultados. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

CAVALIERI, Lúcia. A comunidade caiçara no processo da reclassificação da reserva ecológica da Juatinga. 2003, 193p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

----- “Os caiçaras da Juatinga: Cultura, conflitos e sonhos.”  
TGI- Geografia-USP, 1999.

Entrevista com Seu Maneco, in Enciclopédia Caiçara, vol IV, História e Memória, Hucitec-Nupaub/USP, 2004. pp.459-465.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. Caracterização Sócio Econômica das Comunidades. Plano de Gestão Ambiental da APA de Cairuça e Reserva Ecológica da Juatinga. 2002.

NUPAUB/ USP. "Conflitos entre populações humanas e Áreas naturais Protegidas na Mata Atlântica" In: Série: Documentos e relatórios de pesquisa – Nº 21. São Paulo, 1995 a.

NUPAUB/ USP. "Conflitos entre populações humanas e Unidades de conservação e Mata Atlântica" 1995 b. Disponível em:  
<http://www.usp.br/nupaub/conflitook.pdf>

MENDONÇA, Mariana de Oliveira. Territórios, deslocamentos, pensamentos e transformações: o caso dos caiçaras da Praia Grande da Cajaíba: Paraty, RJ. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação de Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo- USP. 2010.

ROSA, Henrique C.M. Atores e interesses que articulam as transformações sócio-espaciais de uma localidade caiçara: o caso de Pouso da Cajaíba no litoral sul-fluminense. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 2005.

SINAY, Laura. Ecoturismo e culturas tradicionais: estudo de caso- Martins de Sá. Rio de Janeiro: UFRJ, CFCH. Dissertação de mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2002.

SILVEIRA, Gilda Nogueira & BRANDÃO, Heloísa Bortolo. “Aspectos da gestão da Reserva Ecológica da Juatinga sob a luz da legislação ambiental considerando a ocupação por comunidades caiçaras”. *Revista de Direitos Difusos* v. 30, p. 67-84, 2005. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/pesquisa/publicacoes/REJ/docs/10C.pdf>

SOARES, Tainá Miê Seto. É da roça! História ambiental dos caiçaras da Península da Juatinga/RJ e sua relação com a conservação da natureza. Monografia de Graduação em História. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2006. Disponível em: [http://espace.library.uq.edu.au/eserv/UQ:9629/Ecoturismo\\_e\\_Cul.pdf](http://espace.library.uq.edu.au/eserv/UQ:9629/Ecoturismo_e_Cul.pdf)

VIANNA, Priscila Pinsard. Considerações críticas sobre a construção da idéia de população tradicional no contexto das Unidades de Conservação. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo- USP. 1996.

## **25. Parque Nacional da Serra da Bocaina<sup>18</sup>**

### **Criação**

O Parque Nacional da Serra da Bocaina - PNSB - foi criado pelo Decreto Federal n. 68.172, de 4 de março de 1971, com área de 134.000 ha, sendo posteriormente modificado pelo Decreto Federal n. 70.694 de 1972, totalizando uma área definitiva de 104.000 há, dos quais cerca de 60% se localiza no Rio de Janeiro e 40% em São Paulo.

A criação do Parque tem como objetivo deter o processo especulativo proporcionado pela construção da rodovia-Rio Santos e servir como um cordão de segurança aos perigos oferecidos pela Usina Termonuclear de Angra I

---

<sup>18</sup> Texto produzido por Alissandra Pinheiro Lopes

O Parque começa na Ponta da Trindade em Paraty, na divisa SP/RJ, seguindo para oeste, é sobreposto pelo Parque Estadual da Serra do Mar em Ubatuba, segue rumo norte pela divisa estadual e municípios de Cunha, Areias e São José do Barreiro em SP, descendo pelas encostas de Angra dos Reis e Paraty (RJ).

Esta região é ambientalmente estratégica por ser o único ponto onde estes dois parques atingem a orla marítima, além de integrar ainda a Área de Proteção Ambiental -APA do Cairuçu e Reserva Ecológica da Joatinga. (RJ). Para estimular a gestão integrada entre as diversas Unidades de Conservação, contribuindo para a preservação e conservação dos recursos naturais e pesqueiros, bem como para o desenvolvimento sustentável deste território situado na divisa Rio de Janeiro/São Paulo.

O Mosaico abrange uma área de aproximadamente 221.754 ha, em 10 municípios nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Inclui desde áreas costeiras até vertentes íngremes no alto do planalto dissecado da Bocaina, do nível do mar a 2.088 metros de altitude. É considerado um dos principais redutos de Floresta Atlântica.

A região foi primeiramente explorada pela caça, depois, pelo ouro e diamantes (nas Entradas e Bandeiras), servindo com suas trilhas, a princípio, para envio destas riquezas à Portugal e mais tarde foram usadas para a entrada de cana-de-açúcar e café no Vale do Paraíba. Ao longo do século XX, a região sofreu uma série de ações governamentais de âmbito nacional, estadual e municipal como, por exemplo, a transformação de alguns municípios em estância turística, tombamento de áreas rurais e urbana, criação de inúmeras unidades de conservação, a construção de estradas como a via Dutra na década de 1950 e a Rio-Santos na década de 1970.

### **População tradicional**

Um levantamento cadastral de todo o PNSB foi realizado pela CODEPLAN (Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central em 1.976/77 que enumera 422 famílias no interior do Parque, ocupando um total de 86.583,56 há. Porém, há muito tempo este levantamento deixou de espelhar a realidade do Parque (IBAMA).

NUPAUB, 1995, relata a existência de aproximadamente 500 famílias, distribuídas em cerca de 15 núcleos, formada tanto por moradores tradicionais, caiçaras e roceiros, quanto por moradores não tradicionais, tais como fazendeiros, visitantes, empresários, empregados e palmiteiros. Parte dos ocupantes, como sítiantes tradicionais, empresários e empregados, entrou no parque após sua criação em 1971, mas seu número é desconhecido.

A população tradicional é a mais numerosa no Parque. Eles habitam as áreas mais elevadas (acima de 700m) e as habitações dessas regiões são feitas principalmente de pau-a-pique, com telhados feitos de cavaco de cedros ou recobertos de sapé. No entanto, estes vêm sendo rapidamente substituídos por telhas de amianto ou cerâmica (RIBEIRO-JORGE, 2005).

A grande parte das roças dessa região é tocada por mão-de-obra familiar ou por contratos de meação, onde o produto da exploração é dividido entre o “dono” da posse e a família produtora (RIBEIRO-JORGE, 2005).

O Parque Nacional da Serra da Bocaina também é habitado por grupos indígenas Guarani-Araponga, de etnia Guarani-Mbaya que possui suas terras homologadas em 1995, porém esse grupo indígena habita esta região desde antes da criação do Parque (PIAZZAROLI, 2007).

### **Conflitos**

Algumas atividades de subsistência tais como a caça, a pesca e o extrativismo vegetal, tanto para subsistência como para venda, e o fogo como instrumento de manejo para atividades agropastoris destes moradores são proibidas pelas leis do Parque, criando dificuldades para quem vive em seu interior (NUPAUB, 1995). Os caipiras do Parque nacional Serra da Bocaina usam a caça como complemento alimentar, praticam a agricultura de subsistência . (RIBEIRO-JORGE, 2005).

Muitas famílias acabam entrando em conflito com a fiscalização e muitos moradores já abandonaram suas terras, indo morar, sobretudo em São José do Barreiro e em Jacareí. As famílias que restam plantam feijão e milho para a subsistência e criam gado para a produção de leite e queijo (NUPAUB, 1995).

Para o Estado, qualquer morador instalado no meio do Parque é considerado um invasor e potencial destruidor do patrimônio natural, não existindo distinção entre os modos de vida e atividades de diferentes grupos que ocupam a Bocaina. Mesmo assim, a população caipira residente nas regiões elevadas da Bocaina gosta de viver no local e afirma que seus avós foram os primeiros a chegarem à região e que as terras hoje pertencentes ao Parque não tinham “donos” (RIBEIRO-JORGE, 2005).

Além disso, a especulação imobiliária gera sérios problemas ligados à disputa de terras na região. Grandes empresas que almejam instalar hotéis, pousadas e restaurantes disputam as terras com a população local, que acaba sendo “empurrada” para dentro da floresta, (GOMES, 2004). Muitas vezes estes moradores vendem suas terras para veranistas, que procuram construir rapidamente no local para ocupar a posse (NUPAUB, 1995).

### **Referências Bibliográficas**

GOMES, L.J; CARMO, M.S; SANTOS, R.F. Conflitos de interesses em unidades de conservação do Município de Parati, Estado do Rio de Janeiro. *Informações Econômicas*, SP, v.34, n.6, jun. 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE- IBAMA. Informações Gerais Do Parque Nacional Da Serra Da Bocaina. Encarte 1. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis- Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre.

RIBEIRO-JORGE, R. Quem decide por nós é o IBAMA: As contradições na convivência com as populações locais no parque nacional da Serra da Bocaina. In: RIBEIRO, H. Olhares Geográficos: Meio Ambiente e saúde. São Paulo. Ed. Senac. 2005.

NUPAUB – USP. 1995. “Conflitos entre Populações Humanas e Áreas Naturais Protegidas na Mata Atlântica.” – Série: Documentos e Relatórios de Pesquisa-Nº 21.



PIAZZAROLI, Patrícia. O conflito da sobreposição de terras indígenas e unidades de conservação. Dissertação de mestrado Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de pós graduação em Direito Econômico e social. 2007

## 26. Reserva Biológica Estadual Praia do Sul<sup>19</sup>

### **Criação**

A Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul foi criada em 1981 através de Decreto Estadual 4.972, é de domínio público, está compreendida na categoria de áreas naturais protegidas e é criada com a finalidade de preservar, sob controle do Governo Estadual (FEEMA, 1985).

Possui uma área de 3.600 ha, e encontra-se na face sudoeste da Ilha Grande. A RBPS abriga cinco ecossistemas naturais: mata de encosta, manguezal, restinga, lagunas (com campos inundáveis em seu entorno) e costões rochosos. É considerada a única reserva do estado que conta com todos os ecossistemas litorâneos. Aproximadamente metade da área do parque está coberta com a densa Mata Atlântica preservando muitas espécies da flora e fauna local.

A sede da Reserva Biológica da Praia do Sul, administrada pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA –, encontra-se na Vila do Aventureiro. A RBPS não está aberta à

---

<sup>19</sup> Texto produzido por Alissandra Pinheiro Lopes

visitação. Em sua área somente é permitida a pesquisa científica e atividades de cunho educacional, quando autorizadas pelo INEA. Hoje, a Reserva da Praia do Sul é objeto de várias pesquisas científicas ao mesmo tempo em que vem sendo cada vez mais assediada por turistas.

### **População tradicional**

Os primeiros vestígios da presença humana na Reserva Biológica da Praia do Sul datam de 3.000 anos, onde são encontrados os sítios arqueológicos, as chamadas oficinas de pedra polida e sambaquis. Em Aventureiro, vive uma comunidade tradicional caiçara, com cerca de 100 pessoas, que estão distribuídas em pouco mais de trinta casas, desde antes da criação da RBPS (COSTA, 2008). Além desses existem funcionários da Reserva e fazendeiros que formam a população não tradicional vivente no interior da Reserva (NUPAUB, 1994).

De acordo com Vilaça e Maia (2006, *apud*, COSTA, 2008), que realizaram sua pesquisa no Aventureiro, no início dos anos oitenta, a população do Aventureiro vivia ali como há muitas gerações, e parte substantiva de sua subsistência sempre estivera relacionada à exploração dos recursos naturais: a pesca nas praias, a caça eventual na floresta e a agricultura doméstica. De acordo com as autoras existiam, então, dezessete roças no Aventureiro, cujas áreas variavam de 600 a 4.500 m<sup>2</sup> em que eram cultivados a mandioca, o feijão, o guando, o milho, a cana e a banana. A tecnologia aplicada era a queimada para abertura dos terrenos, e a técnica restrita ao uso do enxadão, enxada e foice, não sendo utilizadas mecanizações de qualquer espécie. A posse de uma roça, para as autoras, é que caracterizava uma família nuclear no Aventureiro.

### **Conflitos**

A Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul foi criada na Ilha Grande, no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1981 e englobou em seus limites o povoado do Aventureiro, que já existia no local há várias gerações. A administração desta Unidade de Conservação ficou sob a responsabilidade da FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente). Nesta praia, a Reserva Biológica, tornou-se, do ponto de vista legal, inviabilizou o modo de vida dos moradores da praia do Aventureiro do

Aventureiro dentro dos limites de uma Unidade de Conservação integral que não permite a presença de populações humanas em seu interior. Entretanto, como não houve a remoção da população, como estava previsto no plano original, os moradores continuaram a viver no interior da Reserva Biológica de maneira ilegal do ponto de vista da legislação ambiental. Motivos estes que geraram muitos conflitos entre a população do Aventureiro e a FEEMA (COSTA, 2008).

Ao longo do tempo o modo de vida tradicional se tornou inviável pela proibição das roças, da caça tradicional e da pesca no interior das lagoas, por exemplo.

*“A uns 15 anos atrás, o Aventureiro não era assim não, na floresta era tudo roça, lavoura, colhiam de tudo, criavam galinha...agora com o turismo deu para eles ganhar um dinheiro a mais e quase não tem lavoura... ainda tem em algumas casas, mas ficou difícil, agora com o dinheiro na mão, mas fácil, essa mocidade não quer saber de pegar na enxada”* (COSTA, 2004\_5).

*“A FEEMA só f... o povo daqui. Eles sabem a roça não faz mal, mas querem só atrapalhar, que a gente morra de fome”.* (COSTA, 2004\_6).

*“Nós (eu e meu marido) saímos lá do Aventureiro também ficamos chateados, porque lá no Aventureiro era à beça para pra caçar, pescar na lagoa, matar um passarinho pra comer, de repente entrou a FEEMA... antes não tinha problema. Não posso pegar um peixinho na lagoa pros filhos, não posso ter uma caça, não posso fazer lavoura, como que eu vou viver aqui?”.* (COSTA, 2004\_6).

*“A pior coisa que aconteceu aqui foi essa FEEMA”* (COSTA, 2004\_6).

A partir dos depoimentos acima, é significativa a insatisfação da população local a partir da instalação de uma nova ordem jurídica responsável pela tutela ambiental da Reserva Biológica.

O desaparecimento da lavoura e das demais atividades econômicas praticadas no passado, que permitiam certo grau de autosuficiência, associado às condições atuais da atividade pesqueira, que não permitem ao pescador assegurar um nível socialmente adequado de reprodução social, resulta na pauperização da população local. Neste contexto, a vinda dos turistas, a partir da abertura da Ilha Grande após a desativação da penitenciária, foi vista pelos moradores como uma alternativa mais lucrativa de ganhar a vida (COSTA, 2008).

*“Luís não sai para pescar. Melhorou para o Luiz. Agora conseguiu comprar as coisinhas dele, vendendo um pratinho de comida. Melhorou 100% acho que lá (Aventureiro) melhorou para todo mundo”; acho que foi só depois do presídio que vi o turista e não foi só pro Aventureiro não. Era um terror antes. O turista tinha medo também”. (COSTA, 2004\_5).*

Após a criação da Reserva Biológica da Praia do Sul, tanto o território quanto a população de Aventureiro passaram a viver sob administração da FEEMA, estando sujeito à tutela do órgão ambiental. Esta situação acaba por gerar conflitos inclusive no que diz respeito à questão fundiária.

*“...Uma pessoa que nasceu, criou, casou, enviuvou aqui. Como é que eu posso não tomar conta desse lugar. Quem é a dona desse lugar? A FEEMA chegou aí, querendo ser a dona do lugar. Eu disse “o quê? Aqui não! Pode gritar pra lá, ser dona de lá e tudo mais, mas não aqui no meu lugar...”(COSTA, 2008\_114).*

*“O que que acontece? A gente tá tudo ilegal. Por que tá ilegal? Porque a gente tá dentro de uma Reserva, que a FEEMA*

*não permite que a gente tire o documento, que a gente tire a licença pra funcionar, não tira nada. Não permite, mas a gente quer tirar. Mas quando eles vieram com essa onda de Reserva, a gente já tava há muito tempo. Há muito tempo, entendeu?(COSTA, 2008\_ 114).*

Na área da Reserva Biológica é proibido construir novas moradias. Por este motivo vem ocorrendo uma aglomeração de pessoas de uma mesma família nas casas, na medida que vão acontecendo novos casamentos, chegando a viver em uma casa mais de dez pessoas (COSTA, 2004).

### **Bibliografia**

COSTA, Gustavo Villela Lima. “A População do Aventureiro e a Reserva Biológica Estadual da Praia do sul: Conflitos e Disputas sob tutela Ambiental. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ. 2004.

\_\_\_\_\_ “O aventureiro, Ilha Grande-RJ: uma análise de mudança Social”. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ. 2008. Disponível em : [http://teses2.ufrj.br/Teses/PPGAS\\_D/GustavoVillelaLimaDaCosta.pdf](http://teses2.ufrj.br/Teses/PPGAS_D/GustavoVillelaLimaDaCosta.pdf)

NUPAUB. “Conflitos entre Populações Humanas e Unidades de Conservação em Mata Atlântica” 1994.

FEEMA. Plano diretor da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul. 1985.

## **27. Parque Estadual da Ilha Grande<sup>20</sup>**

### **Criação**

O Parque Estadual da Ilha Grande é o segundo maior parque insular do Brasil e abrange mais da metade da Ilha Grande, na Costa Verde, litoral sul fluminense. A importância do seu ecossistema fez com que fosse reconhecida pela UNESCO como parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, em 1992.

O Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG) foi criado em 28 de Julho de 1971 com 15 mil hectares. No entanto teve sua implantação e utilização regulamentada em 25 de Agosto de 1978, quando foi reduzido para 5.600 hectares e assim permaneceu até janeiro de 2007. Em fevereiro de 2007, através do Decreto Estadual 40.602/2007, a área do parque foi ampliada para 12.052 hectares (120,52 km<sup>2</sup>), quando então passou a abranger 62,5% da superfície da Ilha. Ficando agora inseridas definitivamente dentro dos domínios do PEIG as praias de Lopes Mendes, Sto Antônio e Parnaioca, extensas áreas de costeira e todas as terras acima da cota de 100 metros de altitude.

Em 2007, além da ampliação dos limites, foi planejada uma série de iniciativas para fortalecer a implantação e operação do PEIG. O Projeto de Proteção à Mata Atlântica – PPMA/RJ, com recursos do banco alemão KFW, vêm apoiando a gestão do parque em diversas iniciativas, a empresa TERMORIO/PETROBRAS vem aportando recursos de compensação ambiental e o Instituto Ambiental Vale implantou o Projeto de

---

<sup>20</sup> Texto produzido por Alissandra Pinheiro Lopes

Restauração Ecológica. Neste mesmo ano, a Ilha Grande foi eleita uma das Sete Maravilhas do Estado do Rio de Janeiro.

Atualmente, o parque conta com um Conselho Consultivo formado por 42 entidades atuantes e seu Plano de Manejo está em elaboração, com perspectiva de publicação até o final de 2009. Diversas pesquisas científicas autorizadas são apoiadas pelo PEIG e investigam desde a ecologia de espécies da flora e fauna até as relações sociais nas diversas comunidades de seu entorno.

A paisagem do Parque é um conjunto de montanhas e pequenas planícies, drenadas por centenas de riachos de águas límpidas. As florestas ocupam mais de 90% de sua área, com cerca de 250 espécies de árvores e arbustos. Possui ainda restingas, brejos e manguezais que completam o quadro natural. A fauna hospeda milhares de espécies de invertebrados, peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos. A ocorrência de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção reforça a importância da preservação deste patrimônio.

As principais praias fiscalizadas são: Aventureiro, Abraão, Dois Rios, Provetá, Caxadoço, Lopes Mendes, Santo Antônio e Leste/Sul, onde é proibida a entrada de banhistas. Elas fazem parte do Parque Estadual da Ilha Grande, da Reserva Biológica da Praia Sul/Leste e do Parque Estadual Marinho do Aventureiro. Nelas não é permitido cortar árvores, arrancar mudas, prender, alimentar ou afugentar animais, exercer quaisquer atividades agrícolas, pastoris, caça e pesca, mineração, ocupação residencial, comercial e industrial, ou seja, não se pode alterar o meio ambiente de forma predatória.

### **População tradicional**

A população tradicional no Parque Estadual da Ilha Grande é caracterizada como caiçara, e a não tradicional é formada por veranistas, comerciantes e empregados. Também há população em torno do parque estadual da Ilha Grande, formada basicamente por sítiantes e roceiros tradicionais (NUPAUB, 1995).

A população do Parque estadual da Ilha Grande está distribuída por cerca de 20 localidades, que apresentam características bastante diferenciadas, tanto no aspecto da ocupação urbanística quanto da situação sócio-econômica das famílias. A Vila do Abraão é o maior distrito da Ilha, possui uma população de 1.087 habitantes numa área de 2 Km<sup>2</sup> (BRITO, 2001).

A principal atividade econômica desenvolvida na Ilha é a pesca artesanal, seguida da agricultura familiar e o turismo. Os principais núcleos de pescadores na Ilha Grande são: Provetá, Araçatiba, Praia vermelha, Matariz e Aventureiro. Dados de 1994 apontam para 394 pescadores, distribuídos nesses 5 núcleos, sendo cerca de 74% nativos da Ilha Grande (BRITO, 2001).

### **Conflitos**

A construção da rodovia Rio-Santos gerou o aumento do interesse empreendedores imobiliários para a região de Angra dos Reis e Ilha Grande, resultando na expulsão das populações caiçaras desprovidas de títulos de propriedades de suas terras.

No caso da Ilha o reconhecimento oficial da posse de terra se deu através de expedições de Certidões de Ocupação e Aforamento, concedido pelo Departamento de Patrimônio da União- DPU, mediante ao pagamento de taxas e laudêmios. Esta medida privilegiou os grandes empresários em detrimento da população que vem habitando diversas comunidades da Ilha há várias gerações e não possuem nenhum tipo de documento que garanta as suas posses (BRITO, 2001).

Em função desse quadro de conflitos, a DPU e a PMAR realizaram a regularização de algumas comunidades. Segundo dados do NUPAUB (1995), onze famílias de posseiros já estão com o assentamento garantido, numa área de aproximadamente 5.000m<sup>2</sup> e outras 14 famílias já possuem ações de reintegração de posse ajuizada junto ao Estado. No entanto, muitas famílias que não possuíram o título de suas propriedades foram obrigadas a sair de suas terras e passaram a ocupar favelas em Angra dos Reis (WIEFELS, 2009).

Um antigo morador da Vila Dois Rios na Ilha Grande, em seu relato, mostra sua insatisfação em relação ao IBAMA.

*“Depois que entrou o ‘Imbamba’, estragou tudo.”*  
(PRADO, 2003a\_4).



A decadência da pesca, a desativação do presídio de Dois Rios e legislação restritiva à atividade agrícola de subsistência, no qual as famílias que ficaram submetidas às leis ambientais e impossibilitadas de praticar muitas de suas atividades tradicionais facilitaram o crescimento de um turismo predatório e ao mesmo tempo o empobrecimento do Ilhéu (BRITO, 2001).

A população do parque estadual da Ilha Grande atribui à eliminação do Presídio, como responsável pela "explosão" do turismo, como também o que se diz ser a exposição da Ilha a uma verdadeira "invasão". Como pode ser observado nos relatos (PRADO, 2003).

*"No tempo do Presídio era melhor"* (PRADO, 2003\_4).

*"A Ilha não é mais a mesma"* (PRADO, 2003\_5).

Atualmente a atividade econômica principal da Ilha é o turismo, apresentando características diferenciadas em cada localidade. O Abraão por ser o único local de chegada por transporte regular constitui-se a ponte de maior afluxo de turistas (BRITO, 2001). O relato dos moradores de Abraão publicado em Prado (2003) apresenta a insatisfação da população local a cerca da invasão de turistas.

*"O Abraão fica parecendo um grande comércio desvairado tudo virou dinheiro"* (PRADO, 2003\_5).

Um antigo morador do Abraão sintetiza em sua fala:

*"A Ilha toda cresceu muito ... não está preparada para tanta gente ... Se alguém não der uma trava..."* (PRADO, 2003\_5).

O turismo é encarado de maneira ambígua, na medida em que, de um lado, a ele se atribui toda a mudança da vida social local da qual os antigos moradores e freqüentadores sentem falta, de outro lado é valorizado porque *"trouxe emprego"* sendo a perspectiva que resta depois que a pesca e o Presídio acabaram (PRADO, 2003).

## Referências Bibliográficas

WIEFELS, Alexandre Cigagna. Mapeamento Através de Sensoriamento Remoto dos Conflitos Territoriais Rurais Na Ilha Grande-Rj Envolvendo Estado E Comunidades Tradicionais. Xix Encontro Nacional De Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-18.

BRITO, Flavio Assunção. Estudo das transformações sócio-ambientais na Ilha Grande-RJ: Uma abordagem sobre o turismo. Dissertação apresentação ao Programa de pós Graduação em Ciências Ambientais- PGCA da Universidade Federal Fluminense-UFF, Niterói, 2001. Disponível em: <http://www.uff.br/cienciaambiental/dissertacoes/FDBrito.pdf>

PRADO, Rosane M. As espécies exóticas somos nós: reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. *Horizonte antropológico*. vol.9 no.20 Porto Alegre Oct. 2003a.

PRADO, Rosane M.. Tensão no Paraíso: Aspectos da Intensificação do Turismo na Ilha Grande. *Caderno Virtual de Turismo*, Vol. 3, N° 1, 2003. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/pesquisa/publicacoes/PEIG/docs/3AB.pdf>

NUPAUB – USP. 1995. “Conflitos entre Populações Humanas e Áreas Naturais Protegidas na Mata Atlântica.” – Série: Documentos e Relatórios de Pesquisa-N° 21.

## 28. Parque Nacional da Restinga da Jurubatiba<sup>21</sup>

### **Criação**

O Parque Nacional da Restinga da Jurubatiba (ou PARNA de Jurubatiba) é o primeiro Parque Nacional no Brasil a compreender exclusivamente o ecossistema de restinga. Criado no dia 28 de abril de 1998, a reserva tem o objetivo de proteger um verdadeiro tesouro que é a área de restinga mais bem preservada do litoral brasileiro (SILVA, 2007).

O Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba está inserido na Zona Núcleo I da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, considerando-se como a Unidade de Conservação Federal no Estado do Rio de Janeiro, que abrange o trecho mais preservado do ecossistema restinga (MELLO, 2008)

Localiza-se na região norte do estado do Rio de Janeiro, no Brasil, abrangendo as planícies fluviais e marinha do litoral dos municípios de Quissamã, Carapebus e Macaé. Compreende uma faixa de orla marítima com 14.860 hectares de área e 44 quilômetros de extensão ao longo da praia, com cerca de 2 km de largura na extremidade oeste, ao lado da lagoa Cabiúnas e 4,8 km de largura na extremidade leste (canal de Ubatuba), com um perímetro de 123 km. Da área total, 62,38% está no município de Quissamã. É administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

---

<sup>21</sup> Texto produzido por Alissandra Pinheiro Lopes

## **População tradicional**

A ocupação humana no litoral fluminense data desde aproximadamente 8000 (BP) representadas por grupos sambaquianos de coletores, pescadores e caçadores, e por horticultores-ceramistas (MELLO, 2008). O naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire em 1818 descreveu que as terras do Parque Nacional da Restinga da Jurubatiba eram habitadas por índios Goitacás, no qual seus territórios consistiam numa "imensa planície que se estende do mar às montanhas entre o Rio Paraíba e o Rio Macaé ou mesmo o Rio São João" (SOFFIATI, 2009).

O Município de Macaé originou-se de um povoado de mamelucos, pescadores “aldeados sobre o Rio Miquié, em terras fronteiriças à Ilha de Santana” que tinham como as principais fontes de renda a exploração de madeira e a pesca, além do trabalho com a cana e o gado (MELLO, 2008).

A comunidade tradicional de Carapebus está organizada numa associação e envolve cerca de sessenta famílias, com aproximadamente 240 pessoas (MELLO, 2008)

### **Conflitos**

Na época de criação do parque não foram realizadas audiências públicas nos municípios abrangidos, muito embora tenham sido divulgadas e realizadas reuniões públicas, mas as comunidades locais, propriamente ditas ficaram a reboque desta mobilização, o que gerou certa resistência inicial ao Parque.

Tradicionalmente, as lagoas e canais incluídos no território do PARNA são utilizados por comunidades de pescadores, principalmente dos Municípios de Carapebus e Quissamã, (MELLO, 2008), os quais obtinham da pesca o complemento da renda para o sustento de suas famílias.

Segundo, (FARJALLA, 2009) a criação do PARNA da Restinga de Jurubatiba para os pescadores artesanais, foi imposta por pessoas não pertencentes à comunidade local, que impediram o uso dessas áreas pelos mesmos. No entanto, a proibição do exercício da pesca na Lagoa de Carapebus, por parte dos pescadores artesanais, não contribuiu para a preservação desse ecossistema, ao mesmo tempo em que colocou dezenas de pescadores na ilegalidade (SANTOS, 2009).

*“[...] implantaram a lei do não pode, substituíram a antiga lei da lagoa pela lei do não pode. Chegaram e disseram aqui é a ciência, aqui é a lei, aqui nós sabemos tudo e aqui manda quem pode e vocês não pode e não manda nada.” (FARJALLA, 2009 \_61)*

Devido à proibição da pesca, após a implantação do PARNA, foi observada uma piora da qualidade de vida dos pescadores de Carapebus. Com isso, alguns pescadores passaram a receber benefícios das prefeituras locais, porém muitas famílias não recebem com essa recompensa (SILVA, 2007).

Diante das restrições de pesca e uso do solo, o Ecoturismo desponta de um lado como uma das possibilidades de desenvolvimento econômico para a região (SILVA, 2007). A contemporaneidade leva os espaços rurais a se inclinarem para a utilização das atividades não-agrícolas como forma de diversificar sua economia (CORDEIRO, 2008).

No entanto, a proposta de tentar transformar a praia de Carapebus em uma área turística é criticada pelos moradores, pois esses dizem que a região ainda não possui infra-estrutura para receber um maior contingente de visitantes (SILVA, 2007).

Apesar da chegada da indústria petroleira modificar o que antes era a forma de subsistência das comunidades, atraindo os pescadores, especialmente os mais jovens. Os moradores nativos da região, que pertencem a segmentos sociais menos favorecidos, vêem a chegada da Petrobrás como promotora de serviços que não são oferecidos pelo Estado, como a geração de empregos e os projetos de responsabilidade social (MARISCO, 2008).

Atualmente o principal fator que vem favorecendo significativas mudanças no espaço territorial do município de Quissamã é o acesso aos royalties pagos pela Petrobrás, relativos às atividades de exploração de petróleo e gás natural, permitindo uma expansão da urbanização, do turismo e do veraneio, e até da especulação imobiliária (CORDEIRO, 2008).

Apesar da legislação do PARNA de Jurubatiba não permitir novas construções, no entanto, o Parque vem sofrendo com o alto grau de desmatamento em decorrência da intensa ocupação desorganizada em larga extensão do litoral. Apesar do litoral norte de Macaé abranger somente 1,49% do PARNA, representa o foco de maior pressão sobre o

ecossistema de restinga, devido ao acelerado processo de ocupação da área durante a década de 90, em função da elevada pressão do mercado imobiliário (SILVA, 2007).

Com crescimento da especulação imobiliária dentro da área de restinga pertencentes ao município de Carapebus, acaba por descaracterizar essa região como área de preservação da comunidade tradicional, já que, apesar de irregular, tem havido um acelerado aumento dos turistas (SILVA, 2007).

### Referências Bibliográficas

SOFFIATI, Arthur. A história do nome do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba *Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego*, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 3 n. 1, p. 41-49, jan. / jun. 2009. Disponível em: <http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/boletim/article/viewFile/270/252>

SILVA, S. L. S. ; SILVA, L. L. ; GONCALVES, T. G. B. . Conflitos Sócio-Ambientais no PARNA-Jurubatiba (RJ): Mobilização da Sociedade Civil para um Plano de Manejo Participativo. *In: II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação (EcoUC) e Congresso Nacional de Ecoturismo (CONECOTUR)*, 2007, Itatiaia.

MARSICO, Juliana. Petróleo e gás na Bacia de Campos (RJ): percepção dos impactos ambientais pela população. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ecologia, UFRJ, 2008, 75p.

CORDEIRO, Leandro Ribeiro. A (re) valorização do patrimônio (I) material de Quissamã e o desenvolvimento do Turismo. 4º Encontro Nacional De Grupos De Pesquisa – ENGRUP, São Paulo, pp. 226-251, 2008. Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais/%204%C2%BAENGRUP/trabalhos/cordeiro\\_1\\_r.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais/%204%C2%BAENGRUP/trabalhos/cordeiro_1_r.pdf)

FARJALLA, Marcela Siqueira. Participação no processo de gestão do PARNA da Restinga de Jurubatiba: possibilidades e dificuldades. Dissertação apresentada no Programa de pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS. Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ. 2009. Disponível em: [http://www.psicologia.ufrj.br/pos\\_eicos/pos\\_eicos/arqanexos/arqteses/marcelafarjalla.pdf](http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos/arqteses/marcelafarjalla.pdf)

MELLO, Dalila Silva, Marcela Siqueira Farjalla e Felipe Eliakim Silva. Projeto Observatório de Parques do Rio de Janeiro. Relatório Parcial – Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. Coord. MARTA IRVING DE AZEVEDO. Programa de Pós-graduação em PSICOSSOCIOLOGIA de Comunidades e Ecologia Social. Grupo de pesquisa de áreas protegidas e inclusão social.

SANTOS, Marcos Cezar. Contribuição à gestão das Lagoas Costeiras: conhecimento tradicional, técnico e científico associado ao manejo dos recursos naturais da Lagoa de Carapebus, Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba – RJ, Campos dos Goytacazes, RJ. *VÉRTICES*, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 11, n. 1/3, p. 135-145, jan./dez. 2009

## 29. Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba<sup>22</sup>

### Criação

A Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba foi criada em 1974, pelo Decreto nº 7.549, de 20 de novembro de 1974 e pelo Decreto RJ 32.365/02 que acresceu aos limites da reserva os manguezais e terrenos de marinha situados entre os rios Piraquê e Piracão que deságuam na Baía de Sepetiba. Possui como objeto, prioritariamente, a preservação dos manguezais, sambaquis e dos sítios arqueológicos de tradição Tupi-guarani, de grande valor histórico para o Estado. Sendo também importante para impedir assentamentos rurais e projetos de loteamento para urbanização e lazer (INEA).

Com uma área de aproximadamente 3600 hectares (36km<sup>2</sup>), a Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba está localizada na zona oeste do município do Rio de Janeiro, litoral Nordeste da baía de Sepetiba, abrangendo terrenos de marinha, que são, parcialmente, ocupados pelo Exército. Caracteriza-se por possuir a mais importante e extensa cobertura de manguezais do Estado, extremamente importante para manutenção da biodiversidade e do estoque pesqueiro de toda a Baía. Além disso, se tornou um local de abrigo de inúmeras espécies raras da fauna e flora, ameaçadas de extinção. A região foi o último local de ocorrência no Rio de Janeiro do guará, ave que originou o topônimo Guaratiba, que significa “abundância de guarás”.

Há planos para adequar o nome da unidade ao SNUC, bem como ajustar o território da unidade: com a ampliação dos limites, incorporando o manguezal do Campo do Saco e do Clube dos Marambaias; e reduzir os limites para excluir algumas áreas ocupa-

<sup>22</sup> Texto produzido por Alissandra Pinheiro Lopes

das e reassentar um grupo de famílias, bem como excluir da reserva a área ocupada pelo CTEX (Centro Tecnológico do Exército) ([ambiental.adv.br/ucsrj.pdf](http://ambiental.adv.br/ucsrj.pdf)).

### **População tradicional**

Nos limites da área foram encontrados 34 sambaquis, vestígios de grupos humanos pré-históricos de tradição tupi-guarani, que habitavam a área em regime de semi-nomadismo. Segundo a administração há na área 33 sambaquis, sendo 13 intactos, 4 parcialmente destruídos e 16 destruídos.

Os moradores tradicionais são caiçaras /pescadores tradicionais e a população não tradicional foi definida pela administração como sendo formada por veranistas, comerciantes, funcionários da UC e da CTE<sub>x</sub> (NUPAUB, 1994).

No interior da Reserva Ecológica da Guaratiba, há aproximadamente 500 famílias moradoras (1982 posseiros), tanto tradicionais quanto não tradicionais, distribuídos em 3 núcleos principais: Araçatiba, ao longo da Estrada da Barra de Guaratiba e ao longo da Av. das Américas (Rio-Santos) (NUPAUB, 1994).

Após a criação da UC, houve a entrada de 250-300 novos moradores. Estes novos ocupantes são veranistas, empregados e parentes de pescadores locais. A população do entorno da reserva é formada por sítiantes/roceiros tradicionais, caiçaras e pescadores tradicionais, turistas, comerciantes, servidores públicos da UC, empresários e moradores do conjunto habitacional do Exército, FIPERJ, EMBRAPA e EMBRATEL (NUPAUB, 1994). A ocupação humana desordenada dentro dos limites da Zona de Uso Restrito da Reserva tem levado a um princípio de favelização nos bairros de Itapuca, Araçatiba e Caminho de Abreu (COSTA, 1992).

### **Conflitos**

Um dos grandes problemas enfrentados pelos pescadores artesanais é em relação às grandes traineiras, equipadas até com sonar para a detecção de cardumes que entram até quase nos limites da Reserva. Vários pescadores responsabilizam as traineiras pela redução drástica de captura, não só de sardinha boca-torta, mas também de outros peixes de maior valor comercial, como pescada, corvina e robalo, que se alimentam das primeiras. Além disso, muitos pescadores já perderam suas redes, motivo de grande revolta entre os pequenos pescadores da região (COSTA, 1992).



*“Os pequenos não podem trabalhar no meio dos grandes e tem q ir para dentro dos rios.”* (COSTA, 1992\_115).

*“Essas traineiras estão preparadas para pescar tudo. Se bobear, até a gente eles pesca.”* (COSTA, 1992\_116).

O Exército mantém um rígido e rigoroso controle proibindo a entrada de estranhos e a reserva ainda conta com um pequeno grupo de fiscais do Instituto Estadual de Florestas, que tem realizado a fiscalização terrestre e nos canais, proibindo o corte de madeira de mangue, aterros clandestinos, novas invasões de terrenos aluviais e coíbe a prática de pescaria não permitidas, sobretudo o arrasto. Houve caso de morte de pescador que tentou desafiar a voz de comando de um oficial (COSTA, 1992).

*“Mataram um e Liberaram outros. Era uma pouca vergonha! Comparavam a gente a bandido e coureiro do Pantanal.”* (COSTA, 1992\_84).

Conflitos entre pescadores artesanais e baloeiros acontecem com frequência, visto que os barcos de arrasto de camarão em áreas proibidas passaram a ser cada vez mais comuns, sobretudo nas áreas propícias a servirem de criadouros, como a Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba. (COSTA, 1992).

Existe uma grande consciência dos pescadores de arrasto que tem acarretado sérios prejuízos à baía, e alguns deles afirmam até vontade de parar o arrasto se todos parassem conjuntamente. Com o objetivo de diminuir os arrastos de camarão nas áreas de criadouro, a FIPERJ decidiu colocar recifes artificiais em frente à Pedra de Guaratiba, no entanto tiveram consequências desastrosas, pois os atingidos foram os pescadores de redes artesanais de caceia e de malhar (COSTA, 1992).

Foi delineado um plano operacional e administrativo que dividia a Reserva numa Zona de Proteção Integral (ZPI) e numa Zona de Uso Restrito (ZUR), respeitando de certa forma as áreas já exploradas por pescadores e urbanizadas. Contudo esse plano foi delineado sem o real conhecimento das condições da reserva, sobretudo do processo de assoreamento dos rios e canais da ZUR, que não mais permitia a captura de siris, a

pesca de linha e até mesmo a circulação em alguns locais de canoas e caícos durante as marés baixas (COSTA, 1992).

A administração da reserva tem liberado a pesca de caranguejos, visto ser uma fonte de renda importante para as famílias carentes que moram em Pedra de Guaratiba e nas favelas já instaladas dentro dos limites do parque, porém tem evitado que a venda seja realizada na forma de pencas de caranguejo presos às dúzias e expostas ao sol. Os pescadores tem sido aconselhados a colocar placas à beira da estradas, indicando os locais de venda dentro das casas, podendo assim dispor os caranguejos de forma menos danosa.

A pesca de siri também é realizada dentro da Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba por pescadores de Barra e Pedra de Guratiba, e é feita através de puçás com iscas para atração. A administração da reserva tem mantido um número máximo de puçás para cada pescador, tentando evitar a sobrepesca (COSTA, 1992\_47).

### **Referências bibliográficas**

COSTA, Rui Nuno Teixeira Rodrigues. “Pensar o mar para poder pescar: O espaço da pesca de litoral na Baía de Sepetiba, RJ. Dissertação de mestrado. Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1992.

NUPAUB. “Conflitos entre Populações Humanas e Unidades de Conservação em Mata Atlântica” 1994.

<http://www.inea.rj.gov.br/unidades/pqrbag.asp>

<http://ambiental.adv.br/ucsrj.pdf>

### **30. Reserva Biológica do Tinguá**

#### **Criação**

A Reserva Biológica do Tinguá foi criada pelo Decreto Federal 97.780, de 23 de maio de 1989, abrangendo uma área de 26.000 hectares, localizados nos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Petrópolis e M. Pereira, no estado do Rio de Janeiro.

Originada pela mobilização social dos moradores do bairro Tinguá, do município de Nova Iguaçu, a reserva está situada em uma região de Serra do Mar, é coberta por uma exuberante Floresta Ombrófila Densa.

Não possui Plano de Manejo e a regularização fundiária é apenas parcial (NUAPUB, 1995).

#### **População tradicional**

A área abrangida pela unidade de conservação possui população humana em seu interior. Aproximadamente trezentas pessoas, distribuídas em cinco núcleos, caracterizadas como integrantes de populações tradicionais caipiras, e também como populações não tradicionais, as quais incluem veranistas, servidores públicos estaduais e alguns funcionários da unidade também moram em seu interior.

#### **Conflitos**

De acordo com a administração da reserva, os moradores caracterizados como tradicionais praticam atividades como a caça e o extrativismo vegetal de subsistência, as quais são responsáveis pela geração de conflitos com a administração problemas de relacionamento para a fiscalização (NUPAUB: 1995).

## **Relatos de moradores**

Não foram encontrados relatos de moradores.

## **Referências bibliográficas**

NUPAUB. Conflitos entre populações humanas e áreas naturais protegidas na Mata Atlântica. São Paulo, 1995 (versão preliminar/ circulação restrita).

## **31. Parque Estadual da Pedra Branca**

### **Criação**

O Parque Estadual da Pedra Branca foi criado pela Lei Estadual 2.377, de 28 de junho de 1974. Seus limites inserem 12.500 hectares de Floresta Atlântica, localizados no município do Rio de Janeiro.

Além, de não possuir plano de manejo, a unidade de conservação também não possui regulamentação fundiária. A administração da área luta contra a falta de recursos para administrar e implantar o parque, o que inclui a falta de recursos humanos.

### **População tradicional**

Segundo NUPAUB (1995), dados levantados de forma precária em 1975 indicam a presença de novecentos e oitenta e dois moradores no interior da unidade de conservação.

Além dos sitiantes que compõem a população tradicional residente no interior da unidade de conservação, existe também a população não tradicional, constituída por veranistas e empresários.

Houve ainda a entrada de novos moradores após a criação do parque, mas a administração não sabe quantificá-los.

### **Conflitos**

A população tradicional é formada por sitiantes, em constantes conflitos com a administração do parque em decorrência dos conflitos fundiários existentes. Além disso,

a realização das atividades de subsistência, como a caça e o extrativismo, também compõe o cenário conflituoso do Parque Estadual da Pedra Branca.

### **Relatos de moradores**

Não foram encontrados relatos de moradores.

### **Referências bibliográficas**

NUPAUB. Conflitos entre populações humanas e áreas naturais protegidas na Mata Atlântica. São Paulo, 1995 (versão preliminar/ circulação restrita).

## **32. Reserva Ecológica Estadual de Jacarepiá**

### **Criação**

Incluindo restingas, lagoas e trechos de Floresta Atlântica em seus limites, a Reserva Ecológica Estadual de Jacarepiá foi criada em 15 de dezembro de 1986, pelo Decreto Estadual 9529-A.

Constituída por uma área de 1.250 hectares, localizada no município de Saquarema, no estado do Rio de Janeiro, a unidade de conservação não possui plano de manejo ou regulamentação fundiária. Além disso, há falta de recursos financeiros para sua administração e implantação, problemas com a fiscalização e falta de pessoal administrativo, assim como falta de vontade política para terminar de implantar a unidade (NUPAUB, 1995).

### **População tradicional**

A população tradicional residente nos limites da unidade de conservação é caracterizada como sitiante, porém não existem estimativas sobre o número de moradores.

### **Conflitos**

Além dos conflitos fundiários gerados por sua presença, a população residente na área da Reserva Ecológica Estadual de Jacarepiá enfrenta problemas com a fiscalização relacionados com o desenvolvimento de suas atividades de subsistência, entre as quais estão a caça e o extrativismo vegetal.

### **Relatos de moradores**

Não foram encontrados relatos de moradores.

### **Referências bibliográficas**

NUPAUB. Conflitos entre populações humanas e áreas naturais protegidas na Mata Atlântica. São Paulo, 1995 (versão preliminar/ circulação restrita).

## **33. Parque Estadual do Desengano**

### **Criação**

O Parque Estadual do Desengano foi criado em 22 de abril de 1970, por meio do Decreto-Lei nº 250, recebendo este nome devido à Pedra do Desengano, ponto culminante da região com 1.750 metros. A área abrangida por essa unidade de conservação localiza-se nos municípios de Santa Maria Madalena, São Fidélis e Campos, todos no estado do Rio de Janeiro.

Totalizando 22.400 hectares, na região do Parque Estadual do Desengano se destacam as serras do Marimbondo, Rifa, Agulha, Grande, Malhada, Branca, Itacolomi, Imbé, Mata-Cavalo, Boi-Branco, Gaivota e Barra Alegre.

A floresta que reveste quase todo o Parque constitui a última grande reserva de Floresta Atlântica do norte fluminense, a qual abriga uma flora rica em espécies, como as maçarandubas, cedros, ipês e palmeiras, e uma fauna bastante diversificada, sendo facilmente encontrados papagaios, periquitos, jacús, inhambús, tucanos, gaviões, pássaros diversos, além de anfíbios, répteis e invertebrados. Quanto aos mamíferos, é possível destacar a ocorrência de onças, quatis, iraras e porcos do mato.

### **População tradicional**

A população presente no interior da unidade de conservação é estimada em cinquenta pessoas, divididas em grupos de população tradicional (sitiantes) e não tradicional (fazendeiros e veranistas) (NUPAUB, 1995).

### **Conflitos**

O Parque Estadual do Desengano não possui plano de manejo e sua regularização fundiária é apenas parcial. As principais dificuldades encontradas pela administração são os problemas com a fiscalização e a falta de pessoal administrativo.

Os conflitos fundiários são um problema comum aos dois grupos de moradores.

#### **Relatos de moradores**

Não foram encontrados relatos de moradores.

#### **Referências bibliográficas**

NUPAUB. Conflitos entre populações humanas e áreas naturais protegidas na Mata Atlântica. São Paulo, 1995 (versão preliminar/ circulação restrita).

## **REGIÃO SUDESTE- MINAS GERAIS**

### **34. Parque Estadual do Rio Doce<sup>23</sup>**

#### **Criação**

Localizado no leste de Minas, no Vale do Aço (municípios de Marliéria, Dionísio e Timóteo), destaca-se como uma das maiores áreas contínuas preservadas da mata atlântica do estado de Minas Gerais. Criado em 14 de julho de 1944, através do decreto lei 1.119, o Parque Estadual Rio Doce (PERD) não possuía regulamentação de uso. Apenas em 1960 que o ex-governador José Francisco Bias Fortes assinou e publicou o decreto 5.831 que regulamenta o Parque.

O PERD possui uma área de 35.973 ha, focalizado entre as coordenadas 42 graus 28' e 42 graus 38' e 19 graus 41's, acolhendo espécies raras da fauna e da flora, e algumas ameaçadas de extinção, como o jacarandá-da-baia, canela sassafrás, mono-carvoeiro, a onça pintada e outros.

Possui aproximadamente 40 lagoas naturais e infra-estrutura turística. Seus limites naturais são o Rio Doce a leste e o Rio Piracicaba do norte, com grandes plantações de eucaliptos e siderúrgicas ao redor. Cerca de 9% da área do parque é

---

<sup>23</sup> Texto produzido por Ana Francisca de Jesus

coberta de água. O parque faz parte da reserva da biosfera da Mata Atlântica (NUPAUB serie 21)

### **População tradicional**

Na área de entorno do Parque existem assentamentos rurais e algumas comunidades como a de Celeste que está situada no município de Marlieria, numa área denominada “zona de Tampão”, no entorno do PERD.

A comunidade faz fronteira a oeste com o Parque Estadual do Rio Doce, próximo a divisa dos municípios de Timóteo e Marlieria. A comunidade apresenta características tipicamente rurais e alguns moradores são proprietários rurais no município. A extensão familiar dessa comunidade está ligada aos fortes laços de parentesco e de solidariedade. (OLIVEIRA, 2000).

A agricultura é de subsistência, sobretudo no plantio de milho, feijão, hortaliças, pomar e pequenas criações de animais. Algumas famílias se dedicam a criação de gado de leite, tendo esta como a principal ou em alguns casos a única fonte de geração de renda.

A criação do Parque trouxe alterações no modo de vida da comunidade, principalmente em relação às pessoas antigas da comunidade que desde a infância habitam o Parque.

### **Conflitos**

Durante muitos anos o Parque estava subordinado e administrado pelo extinto Departamento de Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura de Minas. Segundo Oliveira, 2000, muitas irregularidades foram praticadas como derrubada de mata, caça, pesca, venda de madeiras, plantações de roças.

A área em que o PERD está localizado constitui território de disputada pelo poder público, pelo poder privado e pelas populações existentes no local. Em 1962 através do decreto lei 2606 o parque foi transferido para o Instituto Estadual de Florestas , passando a ser o Parque Florestal Estadual do Rio Doce (OLIVEIRA, 2000).

A transferência administrativa e a nova regulamentação do Parque têm um caráter conservacionista. Todos os projetos desenvolvimentistas para o município consistiam na supressão de áreas do Parque para execução de obras de expansão



industrial do Estado ou até mesmo construções de pontes sobre o Rio Doce (Ponte do Revés do Belém, e Ponte Queimada) ligando ao município de Entre Folhas dentro do território do PERD.

Uma das áreas invadidas é conhecida como a Mata de Campolina coberta de densas matas virgens, situada a margem do Rio Doce, com uma área de 4.000 ha.

Outro caso relatado por Oliveira, 2000 apud Moreira, 1986, menciona que no final da década de 1980 o então prefeito do município de Rio Novo comprou uma grande área do Parque que foi criminosamente devastada.

### ***Depoimento de moradores***

Os depoimentos são referentes à aprovação do Parque, pois segundo o engenheiro responsável pela medição da área do Parque e os moradores do município afirmam que algo deveria ser feito para preservar o parque, local onde habita seu passado e constitui um patrimônio natural para sua família.

*“Já não se escuta, atualmente, aquela sinfonia sincronizada pelo gorjeio da passarada que antigamente se ouvia,parecendo que a fauna toda se revolta com o tonitroar dos tiros dos mitos caçadores que ali vão. Avultam na região os animais selvagens como o tapir,um dos maiores animais de nossas florestas, temendo-se o desaparecimento motivado pelas caçadas e perseguição constantes. (“...”) Passando pela região, assisti, com pesar, a um incêndio devassador, posto por mãos criminosas – creio – que talvez tenha destruído um terço das florestas e feito desaparecer grandes quantidades de animais selvagens”.*

Moradora de 63 anos de idade da Comunidade de Celeste

*“(...) aqui ninguém quer vender ,porque nós quer preservar a lembrança dos pais da gente . Porque isso é uma coisa que não morre nunca. Enquanto a gente tem isso aqui, a gente tem a lembrança dos pais da gente.*

*Uma coisa muito importante que a gente tem é a lembrança dos pais”.*

### **Referências Bibliográficas**

NUPAUB-USP. 1995 “ **Conflitos entre Populações Humanas e Áreas Naturais Protegidas na Mata Atlântica**” – Série: Documentos e Relatórios de Pesquisa- N 21.

OLIVEIRA, IVONE: **Comunidade Tradicional e preservação ambiental: uma interpretação das representações sociais de agricultores familiares do entorno do Parque Estadual do Rio Doce**. Minas gerais. CPDA, UFRJ. Tese de doutoramento, 2000.

### **35. Parque Estadual Serra do Papagaio**

#### **Criação:**

O Parque Estadual Serra do Papagaio foi criado em agosto por meio do decreto estadual de nº 39.793 em 5 agosto de 1998. Este Parque possui uma área de 22.917 ha ao sul do estado de Minas Gerais, abrangendo os municípios de Aiuruoca, Alagoa, Itamonte, Pouso Alto e Baependi, estando inserido na APA da Mantiqueira (JUNQUEIRA, 2009).

O Parque Estadual da Serra do Papagaio encontra-se inserido no bioma de Mata Atlântica e abrange uma área formada por conjuntos montanhosos de grande importância socioambiental. Nele são encontradas nascentes de alguns principais afluentes do Rio Grande, que abastece e gera energia para os centros urbanos de Minas e São Paulo. Além disso, devido a sua grande biodiversidade e possuir importantes áreas remanescentes de florestas, o Parque Estadual da Serra do Papagaio faz parte do corredor sul da Mata Atlântica integrando o Parque Nacional do Itatiaia e a APA Mantiqueira (JUNQUEIRA, 2009).

#### **População tradicional:**

A população tradicional presente na área do parque são formadas por caipiras, os quais possuem suas atividades econômicas fundamentadas na agropecuária pequena escala (JUNQUEIRA, 2009).

O Parque Estadual Serra do Papagaio abrange 4 comunidades pertencentes ao município de Aiuruoca, sendo elas: Campina com 157 habitantes, além de Cangalha,

Furnas de Cima e Matutu. No município de Alagoa, inclui somente a comunidade do Engenho com 336 moradores sendo 148 mulheres e 188 homens. Em Braependi o Parque abrange as comunidades de Piracicaba que possui 409, com 185 mulheres e 224 homens e a comunidade de Vargem. O Parque ocupa áreas no município de Itamonte, incluindo a comunidade Morro Grande e em Pouso Alto, a comunidade de Ribeirão (FUNDAÇÃO MATUTU, 2008).

### **Conflitos:**

Muitas famílias caipiras ainda residem dentro do Parque, uma vez que o processo de desapropriação só ocorreu efetivamente na área da sede. Dessa forma, os moradores dessa região são submetidos às restrições impostas pela Unidade de Conservação ali existente (JUNQUEIRA, 2009).

Um dos maiores conflitos encontrados pelos moradores do Parque Estadual da Serra do Papagaio é a proibição da atividade de agricultura, uma vez que esta atividade é considerada a base da economia local. As restrições ambientais resultaram na alteração da atividade econômica realizada pelos moradores do Parque, que ao abandonar agricultura se dedicaram a confecção de cestos de bambu como uma alternativa para o sustento das famílias que possuem pouca ou nenhuma terra (JUNQUEIRA, 2009).

### **Relato dos moradores:**

As novas restrições ambientais são apontadas pelos moradores como a causa do “fim do tempo do roçado”, resultando numa forte diminuição da produção agrícola. Em decorrência deste fato, os moradores da área do parque precisam comprar seus alimentos na cidade (JUNQUEIRA, 2009).

*“O povo podia pensar mais em plantação. Aqui tem um tanto de terra e a gente não pode usar. Se por para comprar tudo é melhor mudar de vez para a cidade! Eu tenho meu pedaço de terra que eu planto, mas eu me preocupo com os outros que não tem. Tanta gente no mundo querendo plantar, a gente tem e não*

*pode usar”* (morador do Vale Matutu) (JUNQUEIRA, 2009\_48).

As áreas próximas aos cursos d’água eram tradicionalmente utilizadas para cultivo de arroz, no entanto, com a proibição estas áreas deixaram de ser viáveis para a produção agrícola. Além disso, a extração de madeira para construção de casas e uso da lenha para obtenção de fogo eram atividades comumente realizadas por esses moradores. Porém, estes tiveram que mudar seus hábitos para se adaptarem aos novos regulamentos impostos pelo Parque (JUNQUEIRA, 2009).

*“Antigamente quando não tinha o IBAMA podia derrubar a capoeira para plantar, usar os brejos para plantar arroz, Aí a gente tinha fartura, alimentava a família e mais muita gente. A lenha também ta muito difícil, a gente tem que ir longe para trazer um feixe de lenha, tem gente que agora só usa o gás, eu uso lenha”* (JUNQUEIRA, 2009\_49).

*“... O povo não pode plantar mais porque o IBAMA embarga. Pode roçar capoeira, mas na mata não pode entrar... Eu plantava milho, feijão, batata, mandioca, tinha gente para trabalhar, mas essa dificuldade o povo começa a sair, vai embora, procura outro meio de viver...”* (JUNQUEIRA, 2009\_49).

### **Referências Bibliográficas**

FUNDAÇÃO MATUTU, 2008. Projeto Para Gestão Integrada do Parque da Serra do Papagaio e Seu Entorno. Disponível em <http://www.serradopapagaio.org.br/projeto.asp>.

JUNQUEIRA, Mariana Gravina Prestes, 2009. O movimento da vida no Vale do Gamarra, Sul de Minas Gerais. Dissertação de mestrado apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 130p.

### **36. Parque Nacional do Caparaó**

#### **Criação:**

Parque Nacional do Caparaó foi criado em [24 de maio](#) de [1961](#) pelo decreto federal nº 50.646. O parque possui plano de manejo e tem um total de 26.000 há localizado na divisa entre os estados do [Espírito Santo](#) e [Minas Gerais](#), sendo que 79,4% de sua área estão dentro do território capixaba (NUPAUB, 1995).

Este Parque ocupa parte das terras dos municípios mineiros de Alto Caparaó, Caparaó, Alto Jequitibá e Espera Feliz, bem como dos municípios capixabas de Iúna (13,23%), Divino de São Lourenço (9,12%), Dolores do Rio Preto (10,79%) e Ibitirama (35,56% da área) (NUPAUB, 1995).

A região da Serra do Caparaó abrange terras dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, sendo consideradas as mais altas da porção sudeste do Brasil, apresentando altitudes que variam de 997 a 2.890 metros (no Pico da Bandeira, o terceiro mais alto do País).

#### **População tradicional:**

Os primeiros ocupantes das Serra do Caparaó eram índios oriundos da província do Espírito Santo que chegaram ao local devido à pressão dos colonizadores no litoral. Posteriormente, com a ocupação dos descendentes portugueses atraídos pela fertilidade das terras na região, propiciou o desenvolvimento das plantações de café e surgiu o primeiro núcleo de povoamento (DRUMOND, 2008)

As comunidades residentes no Parque Nacional do Caparaó constituem sociedades predominantemente rurais, organizada em pequenas propriedades com

área inferior a 10 hectares, onde desenvolvem atividades de agricultura familiar. Nestas comunidades a principal atividade agrícola é a monocultura de café, havendo também a realização do plantio de milho, feijão, cana inhame, banana e pecuária como criação de porcos e gado com finalidade de subsistência (DRUMOND, 2008)

Segundo NUPAUB (1995), o parque possui ocupação em seu interior, formada por pequenos proprietários rurais, assim distribuídos: 78 em Alegre (ES), 23 em Alto do Caparaó (MG) e 2 em Presidente Soares (MG), num total de 103 ocupantes.

### **Conflitos:**

O Parque nacional do Caparaó ainda não possui regularização fundiária total, 50% da área total do Parque ainda não foram indenizadas e ainda permanecem 30 famílias no Estado de Espírito Santo (NUPAUB, 1995).

### **Referências bibliográficas:**

DRUMOND, Ana Carolina. Percepção ambiental e relação com os moradores com as APAs Alto Taboão e Caparaó no estado de Minas Gerais. Programa de pós-graduação em ciência florestal. Viçosa. 2008.

NUPAUB. Conflitos entre populações humanas e áreas protegidas. Documentos e relatório de pesquisa n 21. 1995.

## REGIÃO SUDESTE- ESPÍRITO SANTO

### 37. Parque Estadual de Itaúnas<sup>24</sup>

#### **Criação**

A criação do Parque Estadual de Itaúnas em 08.11.91 através do decreto Estadual 4967-E implicou na desapropriação das propriedades em seu perímetro. O Parque Estadual de Itaúnas – PEI está localizado no extremo norte do estado do Espírito Santo fazendo fronteira com a Bahia a 239 km da capital Vitória. Contemplando uma área de 3.650 hectares de Floresta Tropical Atlântica, o PEI exibe ecossistemas como Mata de Tabuleiro, Restinga, Manguezal, Rios, Alagado, Dunas e Praia. Distribui-se em 25 quilômetros de praias (até a divisa com a Bahia), 19 quilômetros do Rio Itaúnas margeando a praia até a foz e 34 quilômetros do Rio Itaúnas e alagados à montante da Vila. A Bacia Hidrográfica do Itaúnas possui, ainda, outras duas Unidades de Conservação implementadas no município de Conceição da Barra, que contribuem para a manutenção do regime hídrico em seu médio e baixo curso: a Reserva Biológica do Córrego Grande, com 1.504 hectares, e a Floresta Nacional do Rio Preto, com 2.830 hectares. (FERREIRA, 2002).

O Parque é administrado pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente IEMA, que para elaboração do Plano de Manejo levou em consideração os aspectos da ecológica, da biologia, da hidrológica, da geologia, da geomorfológica e da histórico-cultural.

---

<sup>24</sup> Texto produzido por Ana Francisca de Jesus

A implantação da Unidade de Conservação de Proteção Integral, somada às áreas de Reserva Legal das empresas de celulose, traz mais uma lógica ao *uso da terra*. As formas de uso e propriedade das áreas de Reserva e do Parque, respectivamente sob responsabilidade do IBAMA e da SEAMA, constituem uma segunda *territorialidade* em confronto com as formas de apropriação e uso tradicionalmente estabelecidos pela comunidade local. As atuais áreas de Reserva transformam o *uso sustentável* feito pelas comunidades sobre a floresta em *uso privado* gerenciado pelo Estado. As áreas das empresas produtoras de celulose difundem sua imagem de “ecologicamente corretas”, num discurso de preservação ambiental utilizado na busca pelas certificações de qualidade total. Do outro lado, a defasagem de acesso às *terras de uso comum* que supriam grande parte da subsistência das comunidades locais acaba por reforçar sua dependência em relação aos produtos industrializados e, portanto, em relação ao espaço urbano, consolidando a desestruturação de sua *autonomia* (FERREIRA, 2002). Entretanto, por outro lado, a criação do Parque Estadual de Itaúnas conseguiu colocar os freios necessários à destruição local que ocorria na época, bem como nos processos de desmatamento das áreas de mata nativa que restavam e sua substituição pela monocultura do eucalipto.

### **População tradicional**

A ocupação no Parque Estadual Itaunas é caracterizada pela existência das comunidades São Paulo, Jacó, Riacho Doce e Maria Chuchu estão localizadas no interior do parque, totalizando cerca de 40 famílias. Já as comunidades Vila de Itaunas, Linharinho, Santana, Maria Chuchu, Angelim e o assentamento rural Paulo Vinhas estão localizadas no entorno da PEI.

A Vila de Itaúnas apresenta uma população estimada em 951 moradores, distribuída pelas famílias do Vasconcelos, dos Paixão, Maia, dos Bonelá, dos Falcão, dos Batista e dos Camilos, dos nativos descendentes de caboclos, indígenas, negros, além de italianos e portugueses.

A população residente na PEI é caracterizada como pescadores artesanais, ribeirinhos, fazendeiros. Estes pescadores e ribeirinhos em alguns casos posseiros, praticam agricultura de subsistência. As comunidades de Angelim e Linharinho são auto identificadas como comunidades remanescentes de quilombos.



Segundo Mendes (2008), grande parte das comunidades tem elevado grau de dependência com a área do PEI. As comunidades de Riacho Doce e Paulo Jacó residem nos limites do Parque e necessitam dos recursos ambientais deles, assim como da visitação turística para manter—se. O Assentamento Rural Paulo Vinhas utilizam o Parque para chegar ao seu território e também retiram do Parque recursos para própria sobrevivência como pesca e caça . Do mesmo modo, a comunidade Angelim encontra-se totalmente inserida e dependente dos recursos naturais do Parque.

### **Conflitos**

Dentre os principais conflitos decorrentes da existência desta população podem-se destacar conflitos fundiários, conflitos com atividade de caça, de pesca e extrativismo vegetal em áreas proibidas, construções e reformas em áreas proibidas, conflitos com guarda-parques e/ou policia florestal.

As atividades da população de entorno do parque também interferem com área, dentre elas são destacadas atividades de turismo não ordenado, caça, coleta e pesca em área ilegal , invasão de terras, derrubada de mata para plantio de roça.

Foram catalogadas 200 propriedades no núcleo mais próximo do Parque (ilha de Itaunas) que contam com aproximadamente 800 pessoas. A Vila de Itaunas é tradicionalmente uma vila de pescadores. Atualmente, além da pesca há também atividades de construção civil prestação de serviços para empreiteiras que atendem às empresas locais que trabalham com o plantio de eucaliptos. Esta população utiliza-se da área do parque. O desmatamento de poucas áreas remanescentes de restinga vem causando grande preocupação. A retirada de lenha para o uso doméstico é usual.

O Parque também tem enfrentado sérios problemas com incêndios principalmente nas épocas de verão. A caça é tradição na região e embora a impressão de que tenha diminuído com a criação do parque, a equipe de fiscalização da área freqüentemente encontra um numero considerável de armadilha nas vistorias de rotina.

A equipe de trabalho do parque, em sua maioria moradores da vila, tampouco é suficiente para minimizar de forma significativa algumas infrações. A coibição da caça, da pesca e de outras ações predatórias são sempre criticadas.

A administração do Parque considera que a preservação ambiental é uma questão “eminente cultural” o que favorece a construção de ações voltadas para a educação ambiental em caráter permanente.

O Parque praticamente contorna a vila já que se buscou incluir toda a área de interesse de preservação ainda existente. O restante do entorno do Parque constitui-se em plantio homogêneos de eucalipto.

Ainda segundo relatório do SEAMA (2004) o Parque Estadual de Itaunas mantém convênio de parceria com a empresa Aracruz Celulose. Os recursos cedidos por esta empresa estão sendo usados para adquirir materiais e equipamentos para a fiscalização (barco, motor, moto) e para reforma e compra de equipamentos para a sede administrativa.

### **Relatos de moradores**

As proibições ditadas pelo Estado são vistas pela comunidade como perdas na manutenção da sua sobrevivência:

*“Dona Dorota – Morava no Angelin... Aí eu criei meus filho assim, né, nessa luta, mas graças a deus... Aquele mundéu de caça...pegava umas paca...sabe paca? Então, cada uma assim! Tatu...capivara...E hoje em dia ta mais acabrunhado por isso: se não tiver o dinheiro pra comprar, como é que come? Eu mesmo, né, eu não tenho mais filho pra criar, mas tem meus filho, que tem os filhinho dele pra criar. Como é que cria? Caça não pode matar, se matar vai preso, aí poucos tempo aqui teve aqui um rapaz, trabalhando aqui, ó, trabalhava aqui, trabalhava nesse canto aí, catando latinha, pra cumprir os mandado daqueles home, né, do IBAMA, e subia lá*

*naquela lagoa de lá, ele foi dentro da lagoa mesmo, foi pra dentro da lagoa catando papel de dentro da lagoa...Uai, e meus filho tá aí em casa com fome, morrendo de fome...” (FERREIRA, 2002).*

### **Referências Bibliográficas**

FERREIRA, Simone Raquel Batista. *Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

MENDEZ, Jesus Manuel Delgado. **Proteção de áreas naturais e desenvolvimento social: Percepção de um conflito na gestão de Unidades de Conservação de Proteção Integral**. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Recursos Florestais, Departamento de Recursos Florestais, Universidade de São Paulo, 2008.

NUPAUB-USP. 1995 “ **Conflitos entre Populações Humanas e Áreas Naturais Protegidas na Mata Atlântica**” – Série: Documentos e Relatórios de Pesquisa- N 21.

SEAMA, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Plano De Manejo**, 2004.

### **38. Reserva Biológica de Comboios**

#### **Criação**

A Reserva Biológica de Comboios está localizada entre os municípios de Linhares e Aracruz, no Espírito Santo.

Criada em 25 de setembro de 1984, por meio do decreto 90.222 do Governo Federal, os 833 hectares inseridos nos limites das unidades têm a restinga como o principal ecossistema protegido.

A região aonde se encontra esta unidade de conservação é uma importante área utilizada pelas tartarugas marinhas no período de reprodução, sendo utilizada pelo Projeto TAMAR para os estudos e para a proteção dessa espécie.

#### **População tradicional**

Dentro da Reserva Biológica de Comboios está a Reserva Indígena de Comboios. Existe também a presença de população tradicional no interior da Reserva Biológica de Comboios, apenas em seu entorno. Estima-se que esta população contemple quarenta famílias, que totalizam duzentas pessoas (NUPAUB, 1995).

#### **Conflitos**

Como a área de 833 hectares ainda se encontra em processo de regularização fundiária e sem Plano de Manejo, a Reserva Biológica de Comboios é o cenário de sérios conflitos fundiários.

Entre as atividades realizadas pela população residente no entorno da unidade de conservação, a caça, a coleta e a derrubada de mata para plantio de roças interferem na preservação da área. A gerência da Unidade informou que é permitida a entrada de pescadores artesanais para a realização da pesca de linha (NUPAUB, 199). No entanto a situação econômica da população é responsável pelo aumento da realização da pesca predatória pela população residente no entorno da área protegida.

A administração aponta que a quantidade de pescado tem diminuído, o que dificulta ainda mais a sobrevivência de algumas famílias. A gerência da Reserva, juntamente com os técnicos do Projeto TAMAR, têm buscado desenvolver atividades alternativas para a população de entorno. O Projeto TAMAR, por exemplo, emprega atualmente cinquenta pessoas da comunidade.

### **Relatos de moradores**

Não foram encontrados relatos de moradores.

### **Referências bibliográficas**

NUPAUB. Conflitos entre populações humanas e áreas naturais protegidas na Mata Atlântica. São Paulo, 1995 (versão preliminar/ circulação restrita).

## **REGIÃO CENTRO-OESTE- MATO GROSSO**

### **39. Estação Ecológica da Serra das Araras<sup>25</sup>**

#### **Criação**

A Estação Ecológica Serra das Araras – EESA é uma unidade de conservação de proteção integral, criada pelo Decreto Federal 87.222/1982. Localizada no sudoeste do Estado do Mato Grosso, à margem esquerda do rio Paraguai, ocupa uma área de 28.700 hectares englobando os municípios de Porto Estrela e Cáceres (IBAMA, 2006).

Esta Unidade de conservação esta inserida numa área de domínio de cerrado, abrangendo regiões próximas ao Pantanal Matogrossense, assim como trechos formados por um conjunto de serras que correm paralelamente no sentido nordeste- NE a sudoeste- SO, as quais estão localizadas às bordas do Planalto Central. Nesta região são encontradas formações de calcário, de grande valor de exploração, chamadas de Formações de Araras (SONADA, 1991).

#### **População tradicional**

Descendentes dos negros e dos índios que habitavam a região da EESA, originaram uma típica população conhecida como “Marroquianos”. Esses habitantes ocupavam as regiões entre os vales, chamadas de “bocaina”, os quais eram compostos por 17 famílias, que se instalaram na área a cerca de 80 anos (SONADA, 1991). Essas famílias foram obrigadas a sair da Estação e ocuparam quatro comunidades que circundam a EESA: Sete

---

<sup>25</sup> Texto produzido por Alissandra Pinheiro Lopes.

Barreiro, Novo Oriente, Salobinha e Saloba Grande. Esta última, com aproximadamente 2.000 habitantes, apresenta maior número de marroquianos (SONADA, 1991).

Estes desenvolviam atividades de roça de subsistência, onde eram cultivado arroz, feijão, milho, cana, mandioca, café, banana, entre outros. O excedente era comercializado para a obtenção de produtos não cultiváveis, como sal e o querosene. Era comum a prática do rodízio de áreas cultivadas e das queimadas, realizada principalmente entre os meses de agosto a setembro, para a limpeza das áreas cultivadas. Além disso, as atividades de caça e extrativismo vegetal eram muito importantes, no entanto, a pesca não era realizada com frequência pelo fato de habitarem regiões de nascentes de córregos (SONADA, 1991).

Segundo Sonada (1991), os marroquianos utilizavam seus conhecimentos empíricos que os conduziam a uma prática ecológica de manejo dos recursos naturais.

*“Sempre tinha o capricho para não queimar a floresta, onde viviam os bichos. Não deixava o fogo alastrar, ficava até zangado quando via o fogo de outras regiões, porque dava trabalho” (SONADA, 1991\_33).*

## **Conflitos**

Apesar dos “Morroquianos” terem consciência da importância da preservação da área onde se encontra a EESA, as alterações impostas a esses habitantes têm causado profundas mudanças em seus modos de vida.

Esses antigos moradores da EESA estão sendo impossibilitados de praticar seus antigos modos tradicionais de produção, e para sobreviverem passaram a trabalhar para grandes proprietários de terra, ou se submetem ao plantio em terras alheias em troca de trabalho. As alterações de costumes tradicionais de cultivo implicam na substituição da policultura, caracterizada por um modo de produção mais eficiente, pela introdução da cooperativa de monocultura do algodão, por ser um produto de maior viabilidade de mercado (SONADA, 1991).

## **Relato dos moradores**

Estes antigos moradores da área da Estação Ecológica Serra das Araras sentem falta de seus locais de origem e de seus modos tradicionais de vida. O sentimento identitário desses antigos moradores pelo local onde viviam pode ser observado nos trechos a seguir:

*“Se a gente pudesse ainda tava morando lá, era bom, lugar desocupado, tranqüilo, tinha roça boa” (SONADA, 1991\_35-36).*

*“Era difícil. Só que o pessoal vivia contente, criava galinha, porco... hoje não dá para criar nada” (SONADA, 1991\_36).*

Segundo Sonada (1991), os marroquianos são conscientes da importância da conservação do ecossistema de que dependem, no entanto, a impossibilidade de praticarem a caça e roça de subsistência, causa profunda insatisfação, dada a relevância destas atividades na obtenção de alimentos para essas populações.

*“Eu acho importante lugar para tudo, corta o mato, trabalhá e fazer plantação para ter o que cumê e os bichos também para matá, para cume a carne... Eu acho importante fazê a roça, para ter o que cume. O tempo que morei ali, que eu prestava, fazia a roça...” (SONADA, 1991\_35).*

### **Referências Bibliográficas**

IBAMA, 2006. Disponível em: [http://www.ibama.gov.br/prevfogo/wp-content/files/POAfogoEESerra\\_araras\\_2006.pdf](http://www.ibama.gov.br/prevfogo/wp-content/files/POAfogoEESerra_araras_2006.pdf)

SONADA, F.A. Resgate das relações entre as comunidades circunvizinhas à Estação Ecológica da Serra das Araras-MT, como estratégia de uma proposta de Educação Ambiental. Monografia apresentada na Universidade Federal do Mato Grosso. Departamento de Educação. Cuiabá, 1991.



## REGIÃO CENTRO-OESTE- GOIÁS

### 40. Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros<sup>26</sup>

#### Criação

No contexto das políticas desenvolvimentistas, foi criado por Juscelino Kubitschek na Chapada dos Veadeiros, em 1961, o Parque Nacional do Tocantins – PNT, por meio do Decreto nº. 49.875, de 11 de janeiro de 1961, com uma área aproximada de 625.000 hectares.

A região da Chapada coberta pelo Parque era marcada essencialmente, por uma estrutura sócio-cultural rural, caracterizada pela presença de fazendas policulturais tradicionais na região e por pequenos povoados também com características rurais (práticas de mineração).

Na década de 60, a criação do Parque Nacional do Tocantins não chegou a gerar mudanças efetivas na região no que diz respeito à preservação da flora, fauna e belezas naturais da área, tal como define o seu Decreto. Em 1970, foi instituída uma Comissão para fazer um levantamento e uma avaliação das propriedades existentes dentro do novo limite proposto pelo IBDF, a fim de realizar a implantação definitiva do Parque. Os estudos deram conta do cadastramento das propriedades através de levantamentos estatísticos sobre o valor da terra nua, custos das construções, benfeitorias, culturas permanentes, mapeamento fundiário e levantamento dos títulos de propriedades situadas nos municípios de Alto Paraíso e Cavalcante.

---

<sup>26</sup> Texto produzido por Silvia Yaguíu

A recomendação final da Comissão foi a redução da área do Parque e a mudança do nome da unidade de conservação para Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – PNCV, uma vez que os novos limites não chegavam ao rio Tocantins, sugestões efetivadas pelo Decreto nº. 70.492, de 11 de maio de 1972, que reduziu a área do Parque para 171.924,54 hectares.

Em 2 de setembro de 1981, por meio do Decreto nº. 86.173, retificado (devido a erros de impressão) pelo Decreto nº. 86.596, de 17 de setembro de 1981, o PNCV foi reduzido pela segunda vez para uma área de 60.000 hectares. No que diz respeito ao processo de efetivação do Parque, após a fixação da nova área, foram compradas, pelo IBDF, algumas propriedades, totalizando 10.000 hectares. Somente em 1990, por meio do Decreto nº. 99.279, de 06 de junho de 1990, que redefiniu a área do Parque para 65.514,7259 hectares, é que as terras na área do Parque foram declaradas como de utilidade pública, para efeito de desapropriação.

Localizado no nordeste do estado de Goiás, nos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, São João da Aliança, Teresina de Goiás e Nova Roma.

### **Populações Tradicionais**

A população tradicional que habita a Chapada dos Veadeiros é composta por caipiras; estes são fazendeiros e pequenos proprietários; garimpeiros (hoje ex-garimpeiros), lavradores da terra, que se deslocaram e se fixaram na Vila São Jorge em função do garimpo de cristal; e seus filhos, que ainda hoje vivem no local.

### **Conflitos**

Os conflitos aparecem em torno das desapropriações das terras. A *natureza intocada*, princípio fundamental das áreas destinadas aos parques, encontra entre antigos fazendeiros da Chapada resistência ao terem que ver suas terras tradicionalmente ocupadas, por várias gerações, serem desapropriadas em nome do Parque. Somados a isso, atos indenizatórios que não se concretizavam efetivamente, revelava, para eles, a inconsistência e contradição dos órgãos responsáveis, na época, pela administração da área.

Nesse cenário de conflitos e fragilidades, também são atingidos lavradores que viviam na região em torno da atividade de garimpo. O fato de não terem a titularidade das terras, facilitou o caráter impositivo, autoritário e repressor do órgão responsável

pela administração do Parque, na época o IBDF. Os garimpos foram desativados e a população foi obrigada a abandonar antigas roças e ranchos.

### **Relatos de moradores**

Os moradores da Vila São Jorge (Chapada dos Veadeiros) tiveram o seu modo de vida bastante alterado com a presença do Parque Nacional e com as modernidades por ele introduzida. Alguns, na condição de fazendeiros, viram suas terras terem que ser desapropriadas para ceder ao Parque. Outros, na condição de garimpeiros e garimpeiras, lavradores de terra, tiveram que abrir mão do próprio sustento e da relação com o lugar, espaço de muitas vivências.

Para moradores nativos essas modificações que ocorrem na região do PETeR significaram mudanças no modo de vida, perda de valores e identidades. A presença do Parque Nacional significou para eles perdas de experiências associadas com o lugar, a paisagem, com o espaço.

Os conflitos são ilustrados pelos relatos que revelam o sentimento de identidade com o lugar:

*“Eu acho assim, para mim, esse comportamento que Dona Maria Chefe tem e outras pessoas mais antigas, da sensação de perda, é porque quando começou o Parque, nós éramos muito maltratados; é assim, o povo era armado, o pessoal do IBDF... muita repressão, sabe! Muita repressão, tudo proibido, não pode nada. Então fica aquela coisa assim, aquele resquício de mágoa, entendeu! Porque isso aqui era nosso, depois ele se ampliou, por exemplo, a Rodoviarinha mesmo era um lugar que a gente ia todo dia tomar banho. Nossos piquenique era feito ali dentro, onde os melhor poços, sem ser o do Preguiça, tá lá dentro do parque. Botou-se uma cerca e disse: ‘agora vocês não entram mais’, se pegar alguém lá dentro, isso até o pessoal da Vila mesmo que*

*for lá dentro, uma coisa que a gente passou a infância toda tendo esse contato...” (SARAIVA, 2006).*

O Parque significa conflito ao ter atingido diretamente as práticas coletivas e por imprimir ritmos de vida que a tornam cada vez mais distantes de seu território, como é evidenciado no seguinte relato:

*“o povo não tem mais tempo (...) Então eu acho assim, a gente pode ter esse modo, esse tipo de vida hoje, mas com esses mesmos valores que a gente tinha antes, entendeu! Com a história que se perdeu... é... a coisa da vizinhança, do vizinho que ta ali... É o povo agora não tem mais tempo não... acabou-se, acabou-se o que era doce. Só não tem trânsito.” (SARAIVA, 2006)*

### **Referências Bibliográficas**

NOVAES, Pedro da Costa. *Da participação ao desenvolvimento: modernidade, cidadania e sustentabilidade na Chapada dos Veadeiros*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, USP, 2002.

SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. *Tradição e sustentabilidade: um estudo dos saberes tradicionais do cerrado na Chapada dos Veadeiros, Vila São Jorge – GO*. Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, 2006.

SILVEIRA, Alex R.M. *“Vila São Jorge & Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: O Impacto Cultural de um Projeto Ecológico”*. Série Antropologia, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1997.

#### 41. Parque Estadual Terra Ronca<sup>27</sup>

##### **Criação**

O Parque, criado em 1989 para preservar um complexo espeleológico, é uma unidade de conservação localizada na região nordeste do Estado de Goiás, no município de São Domingos, distante aproximadamente 550 km de Goiânia e 350 km de Brasília. Com 56.912,9923 hectares, o PETeR ocupa uma área que representa 16,31% do território do município de São Domingos. A lei estadual nº 10.879 de 7 de julho de 1989, publicada no *Diário Oficial do Estado de Goiás*, em 19 de julho de 1989, cria o Parque. Sua destinação está estabelecida no artigo 2º:

O decreto de regulamentação do Parque Estadual de Terra Ronca introduz uma proposta inovadora, que sinalizava a existência do viés humanista, manifestado por meio da preocupação com o bem-estar da população residente na área do Parque. Dentro desse intuito, o artigo 3º assegura a permanência das populações tradicionais residentes dentro dos limites da unidade de conservação.

Artigo 3º - “As populações tradicionais que, até a data de publicação deste decreto, se encontrarem residindo dentro dos limites do Parque Estadual de Terra Ronca, terão assegurada a continuidade de sua permanência na área desde que harmonizada com os seus objetivos de conservação”.

Todavia, o parágrafo seguinte do decreto de regulamentação considera a possibilidade de retirada de moradores das áreas do Parque, relocando-os em áreas

---

<sup>27</sup> Texto produzido por Silvia Yagui

afastadas a 5 km do mesmo.

Artigo 3º § 2º - “Caso estudos técnicos demonstrem a incompatibilidade da permanência de alguma família de população tradicional no local em que se encontre, em função dos objetivos de conservação ou das necessidades de administração do Parque, a sua relocação somente poderá ser efetuada se dirigida para nova área dentro do Parque ou para outra imediatamente contígua aos limites da Unidade, em um raio de até 5 km desta, e assegurando o seu reassentamento físico e sócio-econômico”.

O Parque foi criado para preservar um complexo de cavernas de uma gigantesca formação calcária. Na distribuição em províncias espeleológicas, o complexo está localizado na Província Espeleológica do Bambuí, o maior conjunto de ocorrência de calcários favoráveis à presença de cavernas do Brasil. As diferentes fisionomias do cerrado, em suas diferentes formações vegetais são encontradas no Parque Estadual de Terra Ronca.

### **Populações Tradicionais**

A população tradicional caipira do PETeR é rural, composta por uma maioria de descendentes de negros, provavelmente oriundos dos garimpos, principalmente – baianos – do ciclo do ouro ou de outros baianos migrantes. Ela é dispersa e com dificuldades de deslocamento para a sede do município ou outra localidade qualquer.

### **Conflitos**

Apesar do artigo que garante a presença das comunidades tradicionais, quando o Parque começou a ser implantado, a estratégia adotada pela instituição foi orientada para a desapropriação de seus habitantes. Por não terem uma organização, como um sindicato ou associação para defender seus interesses, os pequenos agricultores, donos ou posseiros de terra naquela área não foram capazes de resistir à perda de suas propriedades para ser criada uma UC.

### **Relatos de moradores**

A ação proibitiva do órgão ambiental sobre a população tradicional adotou restrições tais como não utilizar o fogo na agricultura, não extrair madeira, entre outras. Essa pressão criou uma situação de medo e acatamento às determinações do órgão gestor:

*“O povo aqui tem muito medo. O povo é muito medroso. Tem medo de cadeia... tem medo de, tem*

*medo de, bichado... como é que chama! Tem medo de multa... Agora você tem sua terra e não pode queimar. Você tem medo de ir lá no que te pertence". (MATTEUCCI, 2003)*

## **Referências bibliográficas**

MATTEUCCI, Magda Beatriz de Almeida. *Hóspedes de si mesmos: um estudo socioambiental sobre a unidade de conservação Parque Estadual de Terra Ronca, GO*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, GO, 2003.

## **REGIÃO NORDESTE - BAHIA**

### **42. Parque Nacional Monte Pascoal<sup>28</sup>**

#### **Criação**

O Diário Oficial do Estado da Bahia de 19 de abril de 1943 publica o Decreto-Lei nº12.729 que cria o Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP), com prerrogativa de monumento nacional, com os objetivos precípuos de rememorar o fato histórico do descobrimento do Brasil, preservar a flora e fauna típicas da região, segundo normas científicas, conservar as belezas naturais e promover a organização de serviços e atrativos que possam desenvolver o turismo. De acordo com o seu Art.3, ficava reservada, para a constituição do PNMP, uma área delimitada em relação ao Monte Pascoal, enquanto o Art. 4º autorizava o governo do Estado a desapropriar, quando necessário, as terras e benfeitorias pertencentes a terceiros, incluídas na área demarcada (Bahia, 1943).

O Palmito é encontrado nos trechos mais úmidos da mata. Há diversas espécies de líquens, musgos, aráceas e belíssimas orquídeas, entre as quais encontra-se a rara *Cattleya schillerina*, a *Laelia tenebrosa*, a *L. grandis* e outras mais. A piaçaba, utilizada na extração de fibras ocorre nas partes mais secas da mata.

Esta Unidade de Conservação é considerada pelo IBAMA de fácil acesso e encontra-se a uma distância de 690 km de Salvador e a 479 km de Vitória. A Rodovia BR-

---

<sup>28</sup> Texto produzido por Ana Francisca de Jesus

101 que une o Estado do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, passa a apenas 14km da entrada do Parque, com um acesso até a sede em asfalto.

### **Populações**

A região foi ocupada primeiramente pelos tupinambás e no século XVI pelos Pataxós, que hoje são um pouco mais de dois mil e que sobrevivem da venda de artesanato, da caça e da pesca. A área do parque é compartilhada com uma reserva indígena, território dos Pataxós com 8.600 hectares.

Segundo Rocha (1992), foram removidos e indenizados 58 moradores concentrados ao redor do Monte Pascoal e as margens do rio Caraíva.

### **Conflitos**

O conflito existente no PNMP é decorrente da demarcação das terras do Parque, pois o mesmo foi instituído na área indígena Pataxós, causando desentendimentos entre a FUNAI e IBAMA. Na época de implantação do Parque foi adotada como estratégia de resolução do conflito a transferência dos índios para uma outra área, sem obter êxito. A solução foi à desapropriação e indenização de posseiros que estavam no entorno do Parque, mudando assim os limites do PNMP para o sul.

Ainda segundo Rocha (1991) “até 1969 os guardas- parque do Monte Pascoal conseguiram restringir bastante a ação dos índios Pataxo arrancando as sementes que haviam semeados escondias... houve conflitos entre os guardas- parque e o comerciante de piaçava que comprava os produtos dos índios. O problema persistiu e a partir daquela data os conflitos ente os interesses indígenas e os objetivos da conservação do parque se acentuaram cada vez mais”.

### **Depoimentos**

Diante dos conflitos sobre o uso de terras os índios pataxós produziram uma carta exigindo seu retorno a suas terras ancestrais.

“... Conscientes de que o Parque Nacional está dentro dos limites de nossa terra, conforme a história de nossos anciãos, decidimos imediatamente RETOMAR o nosso território, neste dia 19 de agosto de 1999, protegidos pela memória dos antepassados, protegi-



dos pelo direito constitucional [...] pretendemos transformar o que as autoridades chamam de Parque Nacional do Monte Pascoal em Parque Indígena, terra dos Pataxós, para preservá-lo e recuperá-lo da situação que hoje o governo deixou a nossa terra, depois de anos na mão do IBDF, atual IBAMA, que nada fez a não ser reprimir os índios e desrespeitar nossos direitos. Queremos deixar claro para a sociedade brasileira, para os ambientalistas, para as demais autoridades que não somos destruidores da floresta, como tem sido proclamado [...] Vamos celebrar os 500 anos em nossa terra, receberemos os nossos parentes de todo o Brasil aqui, no Monte Pascoal, único local possível para construirmos o futuro com dignidade. [...] Mais uma vez pedimos o apoio de toda a sociedade brasileira” (Carta do Povo Pataxós, 1999).

### **Bibliografia**

CARVALHO, Maria Rosário de. O Monte Pascoal, os índios Pataxó e a luta pelo reconhecimento étnico. Cad. CRH [online]. 2009, vol.22, n.57, pp. 507-521. ISSN 0103-4979.

ROCHA, Sergio Brant. Parque nacional monte pascoal poblacion indígenas y unidades de conservação. 1992p. 125-13.

### 43. Parque Nacional Sertão Veredas<sup>29</sup>

#### **Criação**

O Parque Nacional Serra da Capivara foi criado pelo decreto federal nº 97.658 de 12 de abril de 1989, possuindo uma área de 83,368 mil hectares com o objetivo de preservar e conservar os gerais e seus atributos naturais excepcionais, estando assim na categoria de proteção integral. Situado a noroeste de Minas Gerais, entre os municípios de Arinos, Januária e Formoso, o Parque é a primeira experiência de conversão da dívida externa para fins ambientais do Banco Central do Brasil possibilitada pela resolução nº 1840 de 16 de julho de 1991. O programa realizado no PARNA GSV pela Funatura com a cooperação da norte americana TNC – The Nature Conservancy – sob a orientação do IBAMA, prevê em seus objetivos trabalhos de proteção ambiental, bem como o desenvolvimento de projetos específicos voltados à conscientização das comunidades locais, à educação ambiental, agricultura sustentável e medicina & Saúde.

#### **População Tradicional**

A população tradicional do Parque é proveniente quase que integralmente do município vizinho – Januária, mais especificamente de um vilarejo chamado Várzea Bonita. Muitos vieram das margens do Rio Carinhanha, localizado no município de Bonito de Minas. A comunidade de moradores do PARNA GSV é designada no sentido literário como “os povos do Grande Sertão Veredas”, onde os nativos são denominados de sertanejos ou geraiszeiros por seus costumes e modos típicos de vida.

De acordo com os levantamentos socioeconômicos do FUNATURA, 1998, viviam dentro dos limites do Parque 90 famílias, totalizando 390 pessoas (215 homens e 175 mulheres) dos quais, 38 caracterizavam-se como posseiros, 27 proprietários de imóveis

---

<sup>29</sup> Texto produzido por Ana Francisca de Jesus

com documentação, 15 concessões (acordo de benefício entre dono da terra e usuário) e 10 famílias moradoras cujos chefes de famílias são empregados de proprietários ou trabalhadores do Parque.

As comunidades do Parque eram denominadas por uma característica marcante da região que em geral referia-se a um atributo natural. São os principais: Rio Preto, Santa Rita, Passagem do Mato, Pau Grande, Martinho, Mandú, Tomé Inácio, Três Irmãos, Veredas da Maria Antonia, Capim Puba, Barbatimão, Carinhanha, Mato Grande, Limoeiro, Chapadinha.

As moradias dentro do Parque são constituídas de casas denominadas de rancho. Construídos com material coletados do meio natural tendo como principal material prima à folha da palmeira Buriti empregadas desde a cobertura até as paredes. As atividades de lazer ou religiosas são realizadas nas próprias casas ou nas escolas da comunidade. FUNATURA, 1998, aponta que mais de 90% dos moradores são católicos e as festividades religiosas são apontadas como as atividades de lazer mais apreciadas, juntamente com o forró e banho coletivo nos rios.

### **Conflitos**

O PARNA GSV não permite a presença de moradores no interior ou no seu entorno. A solução encontrada para resolução para a presença dos moradores antigos e tradicionais foi à transferência para o Assentamento Rural São Francisco. O FUNATURA em 1998 fez o levantamento do interesse das famílias que seriam realocadas pelo poder público para outra área, no caso em questão, o Assentamento Rural São Francisco. Apenas 54,23% das 59 famílias responderam afirmativamente o interesse em ser transferida para o assentamento. O restante recusou-se a sair alegando que o Assentamento beneficiaria tanto aquelas famílias moradoras do PARNA GSV quanto outras famílias não tradicionais que são atendidas pelo programa de reforma agrária do INCRA. O grande problema é que o FUNATURA e o IBAMA passaram a responsabilidade do assentamento das famílias do Parque para o INCRA, e esta instituição não estabeleceu critério de assentamento englobando os moradores do PARNA GSV que possui modo de vida tradicional com outros grupos não tradicionais participante do programa de reforma agrária do governo federal.

Outro conflito envolvendo a população do parque está no aumento da sua área. Apesar da legislação vigente prevê a consulta pública, o espaço de discussão da ampliação do processo de ampliação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas não

alcançou seus moradores, correndo a revelia daqueles que foram diretamente atingidos pelo seu resultado (Souza, 2006:79).

## **Bibliografia**

FUMDHAM, **Fundação Museu do Homem Americano**, 2010.

### **44. Parque Nacional da Chapada da Diamantina**

#### **Criação**

A Chapada Diamantina constitui um grande conjunto de terras elevadas e de topo aplainado que se alonga desde a região central da Bahia até o norte de Minas Gerais, onde é denominada Serra do Espinhaço. Na Bahia, o sistema de serras tem a forma de um gigantesco Y, com origem nos municípios de Rio de Contas e Barra de Estiva, estendendo-se para o norte até os municípios de Palmeiras e Lençóis, onde se bifurca no sentido oeste para o Município de Xique-Xique e no sentido leste para o município de Morro do Chapéu (SEABRA, 1991).

Em 1985, através do decreto nº. 91.655, foi criado o Parque Nacional da Chapada Diamantina com o objetivo de proteger as amostras dos ecossistemas da Serra do Sincorá, na Chapada Diamantina, assegurando a preservação dos seus recursos naturais e proporcionando oportunidades controladas para uso pelo público, educação, pesquisa científica e também contribuindo para a preservação de sítios e estruturas de interesse histórico-cultural existentes na área.

O Parque Nacional da Chapada Diamantina foi criado mediante mobilização de políticas estaduais, ambientalistas e empresários locais com vistas a proteger os recursos naturais e paisagísticos da Serra do Sincorá, para o turismo, recreação e preservação dos recursos naturais. Os 1.520 km<sup>2</sup> abrangidos pela unidade de conservação envolvem as áreas dos municípios de Palmeiras, Lençóis, Andaraí, Mucugê, Ibicoara e Itaetê. O parque está posicionado com o seu maior comprimento no sentido norte-sul,

apresentando uma distância média aproximada de 100 km. No sentido leste-oeste sua largura média aproximada está na ordem de 26 km (IBAMA, 1998).

### Populações Tradicionais

A população humana existente dentro da área do Parque Nacional da Chapada Diamantina soma 686 habitantes, divididos em 161 famílias (IBAMA, 1998). O levantamento fundiário realizado pelo IBAMA apontou a existência de treze zonas de ocupação esparsa nos limites da unidade de conservação e seis zonas de povoamento (Tabela 1).

Tabela 1 - Classificação das Zonas de ocupação

ZONAS DE OCUPAÇÃO	ZONAS DE POVOAMENTO
Mucugê	
Colônia-Itaitê	
Baixão	Baixão
Mucugê-Guiné	Mucugê-Guiné
Capão do Correio	Capão do Correio
Estrada Velha do Garimpo	Estrada Velha do Garimpo
Marimbus-Fazenda Velha	Marimbus-Fazenda Velha
Vale do Pati	Vale do Pati
Andaraí-Gatú	
Palmeiras	
Capão	
Lençóis	
Morrão	

Fonte: IBAMA, 1998.

Nas propriedades inseridas nos limites dessa área protegida as famílias desenvolvem a agricultura de subsistência e comercializam o café e a farinha de mandioca que são produzidos em pequenas quantidades, exceto na zona da estrada Velha do Garimpo, na qual a população originou-se em decorrência das atividades garimpeiras. Após a desativação do garimpo, essas famílias ficaram sem fonte de renda

e sobrevivem da e da venda de pescados e farinha de mandioca, além do garimpo ilegal, ainda realizado nas serras mais próximas (ORLANDO, s/d).

## **Conflitos**

A criação do Parque deveu-se à intensa degradação ambiental que a Chapada Diamantina estava sofrendo desde a época colonial. Os primeiros relatórios apontavam tal necessidade de proteção, bem como delimitava a área que deveria ser preservada (FUNCH, 1982). Porém os relatórios não levaram em conta o modo de vida e as condições socioculturais das populações que ficariam no interior do mesmo.

Colocou-se no mesmo patamar de ação destrutiva o modo de vida tradicional e o modo capitalista de produção e uso do território, sem considerar, no entanto, que muitas vezes as práticas tradicionais de caça de subsistência, agricultura itinerante e o extrativismo em pequena escala não eram responsáveis pela destruição histórica dos ecossistemas da Chapada Diamantina. Conseqüentemente, esta unidade de conservação foi criada sem estudos detalhados sobre os ecossistemas locais, bem como as populações tradicionais de agricultores e garimpeiros não foram consultados sobre a implantação da Área Protegida.

Essa lacuna existente no processo de criação do parque não foi preenchida nos anos decorrentes, pois nenhuma propriedade foi desapropriada, aspecto responsável pela geração de diversos conflitos fundiários.

*Os documentos de aquisição dos imóveis apresentados são, na sua maioria, escritura particular de compra e venda, carta de sentença, certidão de partilha registrada nos Cartórios de Registro de Imóveis e Hipotecas ou recibos e declaração de compra e venda lavrados em Tabelionatos de Notas. Com exceção de 6 casos específicos de desmembramento do Poder Público, o que quer dizer de domínio particular, os ocupantes de imóveis na área do Parque Nacional da Chapada Diamantina não requereram o título de domínio ao órgão fundiário do Estado, nem foram encontradas áreas excluídas por ação discriminatória. Considerando as irregularidades na grande maioria da documentação quanto ao domínio das áreas levantadas, a figura jurídica agrária que melhor se enquadra para caracterizar os ocupantes no Parque Nacional da Chapada Diamantina é a de posseiros em terras devolutas (ORLANDO, s/d)*

Além das questões fundiárias, o garimpo também faz parte dos conflitos existentes no Parque Nacional da Chapada Diamantina, como descreve Roy Funch (In: GUANAES, 2006):

*O garimpo (draga) era muito visível, muitas crateras, fumaça, óleo diesel, mas na verdade ele não atingia nem 1% da área do Parque, mas gerou uma situação de conflito e até de cultura de oposição em certo sentido... A televisão, as revistas, as reportagens criaram uma oposição entre o Parque e o garimpo, e o parque não podia fazer nada... o diretorzinho (eu) não podia fazer nada. Inclusive quando fecharam o garimpo (draga) não foi o IBAMA, foi a polícia federal, foi a civil, PM, até exército chegou aqui.... Os garimpeiros não tinham o apoio do governo do Estado por razões óbvias (o Estado investia no turismo na região), mas eles realmente não tinham chance porque a propaganda contra era tão crescente, a globo vinha, ficava no hotel o dia inteiro tomando uisque, depois desciam para o baixio (local das dragas) e faziam aquelas imagens de destruição grotescas, uma coisa fácil de chamar a atenção, então o garimpo de draga estava fadado mesmo. Na verdade acho que o garimpo não foi fechado em função do Parque mas em função da determinação do Estado em investir em turismo, não podia investir em turismo com o garimpo de máquina trabalhando na porta do fundo, então quando o Estado decidiu investir em aeroporto, hotéis, estradas, etc., o garimpo tinha que fechar, e foi isso que aconteceu, foi o governo do Estado que fechou” (Roy Funch, janeiro de 2004) (In: GUANAES, 2006).*

A paralisação das atividades garimpeiras repercutiu na procura por outras fontes de renda, de modo que a maior parte da população local direcionou-se para a agricultura de subsistência, cultivo e venda de café e farinha de mandioca.

### **Relatos de Moradores**

As atividades garimpeiras desenvolvidas pelas populações humanas que residem na área do Parque Nacional da Chapada Diamantina. O garimpo pode ser caracterizado como uma atividade que integra a história dessas populações. Atualmente, ainda que não proporcione a maior fração da renda familiar e seja proibido pela legislação ambiental, o garimpo continua a ser desenvolvido na região.

*“Garimpo hoje não é trabalho né... é entretenimento, como se diz, é diversão. É a hora que o sujeito pensa na vida, põe a consciência prá funcionar mesmo. Porque antes não, era trabalhoso o serviço de garimpo: era muito diamante, muito cascalho para deitar, muita função... não podia descansar, olhar para os lados, era tudo vigiado, se fosse garimpo de patrão, garimpo dos outros... eu graças a Deus nunca precisei trabalhar em garimpo alheio, só prá ajudar algum amigo, essas coisas... mas no mais, nunca tive patrão” (Seu Anísio, março de 1999) (In: GUANAES, 2006).*

Foram estabelecidos alguns acordos entre o IBAMA e os garimpeiros, com o objetivo de, em curto prazo, gerar menos impactos ambientais, e em longo prazo, extinguir esta atividade na região. Os técnicos ambientais determinariam as áreas nas quais o garimpo poderia ser realizado e os garimpeiros se comprometeriam a minimizar os impactos.

No entanto, como a manutenção de áreas de garimpo não está entre os interesses dos órgãos ambientais e de empresas de ecoturismo existentes na região, os acordos entre IBAMA e garimpeiros não foram cumpridos.

*O senhor Griebes Mascarenhas Santos, de 63 anos, garimpeiro, morador de Lençóis e dono de um garimpo na Capivara registrou queixa na delegacia de Lençóis no dia 14 de agosto (2003). Queixando-se que tem um ‘bar’ no garimpo conhecido como Raimundão (o garimpo) localizado no alto do Capivara (rio), neste município, e que chegaram alguns elementos conhecidos como André (Brigada de Incêndio) e Augusto Argentino e quebraram uma parede de canto a canto, alegando que foi o chefe do IBAMA (Humberto Barrios) que mandou arrebentar, e deixaram uma placa dizendo: “chega de garimpo (Jornal O Avante, Lençóis, setembro de 2003) (In: GUANAES, 2006).*

*Frederico Batista dos Santos, conhecido como Duricão, de 77 anos de idade, chegou a sua residência alegando que alguém teria ido ao seu garimpo, conhecido como garimpo da Bacia do Bode, localizado no alto do Capivara (rio) e destruíram o açude que servia para criação de peixes e uso do garimpo. O açude existia há muitos anos e ele reformou recentemente. Após este acontecimento Duricão passou mal e ao chegar em sua residência já foi sentindo do braço e da perna e ficou com o lado esquerdo paralisado, tendo derrame por causa do problema do açude (Jornal O Avante, Lençóis, setembro de 2003) (In: GUANAES, 2006).*



A ausência da regularização fundiária na área abrangida pelo Parque Nacional da Chapada Diamantina ocasiona conflitos entre o IBAMA e a população residente, que se encontra sob o risco constante de perder suas propriedades:

*“Uma parte da comunidade é Parque e a outra ficou para fora, minha casa que eu tenho lá é Parque, já a da minha filha não é... Eu sei porque arrumei serviço de pedreiro aqui no Tanquinho (povoado de Lençóis) mas volto prá lá depois que o serviço terminar, volto mesmo... Porque com essa história do IBAMA querer botar Parque em cima das nossas casas a gente não pode vacilar não... não pode ficar fora muito tempo, ah... porque... se não eles dizem que você não mora, que abandonou a roça, que não é da comunidade entende? Ai, a gente perde o direito... e eu tenho direito né... porque eu tenho a escritura da minha casa... Da roça eu não tenho porque é de um parente meu que foi prá São Paulo e deixou prá eu cuidar e tirar o sustento da minha família, mas a casa eu tenho os papéis tudo direito. De minha casa ninguém me tira não, nem IBAMA, nem ninguém, porque com o papel não tem jeito né... o papel vale mais nesses casos... não vale?” (C., 56 anos, ex-morador do Baixão) (In: GUANAES, 2006).*

Como as questões fundiárias não foram solucionadas pelos órgãos ambientais, ainda que existam ameaças constantes de desapropriação, estas nunca foram concretizadas.

*“Meu quintal não é Parque! O IBAMA se quiser pode mandar da cerca prá fora, cá prá dentro é meu, minha casa, minha família, meus cachorros, meus passarinhos, minha rocinha no fundo do quintal, minha beira de rio, é tudo meu! Eu durmo com a escritura debaixo de um braço e com um facão debaixo do outro, se qualquer um chegar aqui para tomar o que é meu, eu pico o sujeito todinho e meto dentro dum saco... Mas... seu Humberto (último chefe do IBAMA) não vai fazer isso não, porque ele garantiu que nós vamos ficar aqui sim, o pessoal do IBAMA é nosso amigo, já vieram aqui, já beberam umas pingas com a gente e Humberto eu conheço de Andaraí, ele não vai faltar com a palavra dele, essa conversa de tirar a gente, isso é coisa dos turistas que ficam falando... e dos guias também viu seu Mira?! Mas o IBAMA mesmo nunca mandou a gente sair daqui, nunca incomodaram a gente... pode anotar isso, mas se você gravar e botar em jornal eu digo que é mentira... (seu Eduardo, fevereiro de 2004) (In: GUANAES, 2006).*

## Referências Bibliográficas

CARDOSO, Thiago Mota. Etnoconservação da natureza e saberes tradicionais no Vale do Pati, Chapada Diamantina, Bahia. Monografia, Departamento de Fundamentos e Métodos, Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2003.

\_\_\_\_\_. & SOUZA CRUZ, Myrt Thânia. Etnoconservação, saberes tradicionais e áreas protegidas: caso da comunidade do Vale do Pati, Chapada Diamantina, Bahia. Anais do I Simpósio de Etnobiologia e Etnoecologia da Região Sul, Florianópolis, Brasil, 2003.

GUANAES, Senilde Alcântara “Meu *Quintal* não é Parque!”: Populações Locais e Gestão Ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2006

IBAMA. 1998. Levantamento Fundiário do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Brasília.

ORLANDO, Heloísa; MARQUES, Ieda; SIMÕES, Marta; ROCHA, Rui; SAMUEL, Claude. Ações participativas para conservação do parque nacional. (s/d). Disponível em < [www.uefs.br/proparque/artigo\\_congresso.rtf](http://www.uefs.br/proparque/artigo_congresso.rtf) > Acesso em 17 mai. 2011.

#### **45. Reserva Biológica do Una**

##### **Criação:**

A Reserva Biológica do Una foi criada em 1980 através do Decreto 85.463. Localizada no Estado da Bahia, mais precisamente ao sul com uma área de 11.400 há, é considerada das mais importantes unidades de conservação (UCs) de proteção integral da Bahia. Devido a sua grande importância ambiental, a Região de Una é uma das áreas prioritárias para conservação, principalmente por conter remanescentes florestais de Mata Atlântica e grande riqueza de espécies da fauna e flora.

A criação desta Unidade de Conservação teve por objetivo proteger e salvar os últimos grupos de mico-leão-de-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*) que, segundo estimativas, teria uma população estimada de cem indivíduos. Por extensão, proteger também o seu habitat natural, a Floresta Atlântica, uma vez que é endêmica daquela região (IBAMA,1989).

##### **Conflitos:**

A área está em litígio com o IBDF e portanto não está regularizada. Há ausência de infra-estrutura para fiscalização e proteção. Dez famílias ocupam a Reserva, divididas em duas comunidades, na condição de invasoras, uma vez que chegaram após o decreto de criação da Reserva.

A principal atividade econômica é a plantação de cacau. Há caça e exploração madeireira ilegal, que afeta provavelmente metade da área da Reserva, além da

introdução de espécies exóticas à Mata Atlântica (NUPAUB, 1995).

## **Bibliografia**

NUPAUB. Conflitos entre populações humanas e áreas protegidas. Documentos e relatório de pesquisa n 21. 1995.

## **REGIÃO NORDESTE**

### **PIAUI**

#### **46. Parque Nacional Serra da Capivara<sup>30</sup>**

##### **Criação**

O Parque Nacional Serra da Capivara está localizado no sudeste do Estado do Piauí, entre as coordenadas 8° 26' 50" e 8° 54' 23" de latitude sul e 42° 19' 47" e 42° 45' 51" de longitude oeste. O Parque Nacional Serra da Capivara foi criado pelo decreto nº 83.548 de 5 de junho de 1979, com uma área de 129 mil hectares com o objetivo de preservar as belezas naturais, estando na categoria de proteção integral.

O Parque foi elevado à categoria de Patrimônio Mundial da UNESCO em 13 de dezembro de 1991 após ter sido tombado como patrimônio Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. A existência de vários sítios arqueológicos cheio de riquezas de evidências de vidas e cultura de populações antigas foi o fator principal para a criação do Parque. Segundo Sousa (2009) 462 sítios arqueológicos estão dispostos em áreas de quatro municípios: Coronel José Dias abrigando 218 sítios, São Raimundo Nonato com 156, João Costa com 47 e Brejo do Piauí com 41 sítios arqueológicos.

O Parque Nacional Serra da Capivara é subordinado à Diretoria de Ecossistemas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), tendo sido concluída a sua demarcação em 1990. Em torno do Parque foi criada uma Área de Preservação Permanente de dez quilômetros que constitui um cinto de proteção suplementar e na qual seria necessário desenvolver uma ação de extensão. Em 1994 a FUMDHAM assinou um convênio de co-gestão com o IBAMA em 2002 um contrato de parceria com a mesma instituição.

---

<sup>30</sup> Texto produzido por Ana Francisca de Jesus

## **População tradicional**

As populações locais atingidas pela criação do Parque, localizavam-se nos municípios de Coronel José Dias, João Costa e Brejo do Piauí.

Na área do Parque estavam situados além da comunidade do Zambelê, outras comunidades menores, as quais surgiram a partir da metade do século XIX no momento em que as terras no entorno da serra foram ocupadas para a exploração da maniçoba. São agricultores familiares, famílias de assentados e duas comunidades quilombolas<sup>31</sup>( SOUSA, 2009).

## **Conflitos**

O parque foi criado sem nenhuma participação da comunidade, da população. A necessidade de preservar as riquezas contidas nos sítios arqueológicos promoveu uma insatisfação da população existente que utilizava as áreas do parque como parte de seu território. A demora na demarcação das terras do parque causou sérios problemas pois, os recursos naturais deixaram de ter reconhecimentos de domínio comum e passaram a ser explorados e depredados como terra de ninguém (LEVY,2006).

## **Depoimentos de moradores**

A criação do Parque trouxe alterações na relação das populações com seu ambiente de vivência.

*"mudou muita coisa, mas o que mudou mesmo é o conhecimento e a pessoa aprendeu quem mora aqui tem uma conscientização completamente diferente de quem mora fora da nossa região. Se não fosse assim aqui não tinha mais nada"* (Almeida, 75 anos, Alegre).

*"tudo o que tem lá no Parque, por tudo que nós sofremos não faz mais sentido"*  
(Severino, 80 anos, Cambraia)

Depoimento do senhor Zeca acerca da mudança cultural da população:

*"A cultura era totalmente diferente aqui porque a gente tinha que vivê do mato, da roça, ia ter que*

---

<sup>31</sup> Informações obtidas no site SIT – Sistema de Informação Territorial. [www.sit.mda.gov.br](http://www.sit.mda.gov.br)

*criar uns cabrito. As caça acabava sim" (Zeca, 40 anos, Sítio do Mocó).*

A falta de fiscalização possibilitou a utilização predatória dos recursos naturais do Parque:

*“Depois de criado, por falta de recursos federais, o Parque Nacional esteve abandonado durante 10 anos. Durante esse período, a UC passou a ser considerada “terra de ninguém” e foi objeto de depredações sistêmicas. A destruição da flora tomou dimensões incalculáveis. A caça comercial se transformou numa prática popular com consequências nefastas para as populações animais. Essa fatos tiveram um impacto natural e cultural(...) o desequilíbrio ecológico tornou-se gerador de destruição do patrimônio cultural” ( PESSIS; 1998:13 APUD LEVY, 2006:117)*

*“ Antigamente a pessoa pegava a caça era pra viver, não pra vender, era pra seu consumo. Hoje é só pra comércio. A proibição gerou a valorização da caça. Olha, se dependesse de canto do Buriti, São João do Piauí, desse municípios ai, aqui não tinha mais nenhum preá! Hoje é o pessoal que vem de lá caçar. Depois da proibição a caça ficou muito cara, antigamente não tinha valor porque todo mundo podia caçar livremente” ( Almeida e Lucas 75 anos, Alegre)*

## **Bibliografia**

- LEVY, Claudia. **Gestão e usos do território: conflitos e práticas sócio-espaciais no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil.** Dissertação de mestrado. UNICAMP – Instituto de Geociências, Campinas, 2006.
- SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. **O povo do Zabelê e o Parque Nacional Serra da Capivara no Estado do Piauí – tensões, desafios e riscos da gestão principiológica**

**da complexidade constitucional.** Tese de doutorado. UNB – Faculdade de Direito, Brasília, 2009.

## **MARANHÃO**

### **47. Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses<sup>32</sup>**

#### **Criação**

O ambiente que caracteriza o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é formado pela sucessão de dunas de areia que encerram inúmeras lagoas distribuídas em 155 mil hectares de área do litoral oriental do Estado. As lagoas resultam das chuvas que caem na região e, por esta razão, podem apresentar-se cheias e numerosas durante ou logo após a estação chuvosa. Por outro lado, no alto verão, ou ao seu final, as lagoas diminuem drasticamente em número e, as que permanecem com água, têm seu volume consideravelmente reduzido.

Com o objetivo de preservar esse ecossistema e promover a educação ambiental e a visitação pública, foi criado em 2 de junho de 1981 o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses pelo Decreto Federal nº. 86.060. Em 2003, o Parque teve seu plano de manejo elaborado.

Por ocasião da elaboração do Plano de Manejo do Parque, o MMA/IBAMA (2003) constatou a existência de aproximadamente 215 famílias residentes na Unidade de Conservação vivendo como posseiros. A comunidade residente no Parque é constituída basicamente por famílias que praticam a agricultura de subsistência e a pesca artesanal. Dentro do Parque foram consideradas populações tradicionais as comunidades de Baixa Grande, Queimada dos Britos e Travosa.

---

<sup>32</sup> Texto produzido por Silvia Yagui

No caso do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, a identificação da Zona de Amortecimento (ZA) baseou-se na Resolução do CONAMA nº. 13/90, a qual determina uma faixa de 10km em torno da UC. Nesta faixa, atividades que tenham potencial para afetar a biota deverão ser licenciadas pelo órgão ambiental competente.

### **Populações Tradicionais**

A população que habita os municípios de Barreirinhas e Santo Amaro é formada por pescadores.

No verão, a pesca em alto mar se torna inviável para as pequenas embarcações dos pescadores locais, devido aos fortes ventos da estação. Assim, os pescadores migram para o interior do município e cuidam das pequenas lavouras e rebanhos. Este é um fato característico entre os municípios da região dos Lençóis. Entre as atividades desenvolvidas na zona rural da região destacam-se as atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas, havendo na zona litorânea a presença da pesca artesanal e a produção de sal mineral. Todas as atividades ali desenvolvidas dão-se de forma artesanal e com práticas rudimentares, o que proporciona baixa produção e baixa produtividade na utilização dos recursos naturais.

A economia dos Lençóis Maranhenses ficou resumida a quatro produtos ao longo do tempo, quais sejam, a mandioca, a palmeira do buriti, a pesca e o caju. Estes elementos estão retratados em um monumento construído na Praça do Trabalhador, em Barreirinhas em 1971, ano do centenário do município.

A pesca praticada em Barreirinhas e em Santo Amaro atende ao consumo familiar. Em Barreirinhas, quando há excedente, este é vendido para quem disponha de condições de armazenagem do pescado e seu transporte para a sede do município. Em Santo Amaro, a pesca praticada nos rios tem caráter fortemente sazonal.

### **Conflitos**



O turismo na região se deve quase exclusivamente à existência do ambiente que caracteriza o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. São 155 mil hectares de dunas e lagoas procurados por turistas o ano inteiro, apesar de a época propícia para visitas se dar em alguns meses do período chuvoso (maio e junho), ou logo após, quando as lagoas ficam cheias (julho e agosto).

Ao serem indagados sobre os efeitos positivos do turismo para seus respectivos municípios, os presidentes dos sindicatos de Barreirinhas e de Santo Amaro disseram não ver benefícios aos municípios ainda. Em Barreirinhas foi mencionado que muitos investidores de fora têm se fixado no município, dominando o segmento de pousadas, hotéis e receptivos turísticos. Por esta razão, para a maioria dos moradores locais, que não dispõem de recursos para competir com tais investimentos, restam os empregos, o que o presidente não cita como sendo um benefício para a população local.

### **Relatos de moradores**

Em Barreirinhas, houve venda indiscriminada de propriedades de moradores locais para investidores ou forasteiros. O senhor Cabral, por exemplo, afirma que:

*“Olha, um dos problemas que a gente tá encontrando é a questão do espaço; no sítio de Barreirinhas não tá tendo [...] Nós tem um povoado logo aqui [...] Os filhos de Barreirinhas lá do povoado que tá do mato pra fora, nós não encontra mais quase ninguém, vamos dizer na beira do rio, aquelas localidades que faz fundo pro rio, mais filhos de Barreirinhas ou do povoado, já estão lá fora, porque venderam todo esse espaço que eles tinham pra pessoas de fora, grandes prédios, né” (SOUZA, 2006).*

Ao se referir ao que mais o preocupa com relação ao turismo em Barreirinhas, o Sr. Cabral, como é conhecido, faz menção ao alto custo de vida local que este tem gerado e à exploração sofrida pelos próprios prestadores de serviço.

*“[...] existe muita exploração: da mão de obra, dos hotéis, das pousadas. Você vê aqui tudo é caro, tudo é caro. E nós pobres tamos pagando por isso, muito caro por isso.*

*Aqui é uma cidade que as coisa eram baratas. Hoje você vê, você vai em São Luís, na capital, as coisas é muito mais barato. A exploração é muito grande. E a gente sente que as nossas autoridades não tão preocupadas com isso. A preocupação é pouca, acham que é normal. Até mesmo os que prestam serviço estão sendo explorado, né? Porque vai ver lá no pacote quanto é que um frete dum Toyota daqui pra chegar até na lagoa azul, pra chegar na lagoa bonita. Tá lá em cima, enquanto o que eles pagam pro toyoteiro é lá embaixo. Então existe uma exploração muito grande” (SOUZA, 2006).*

### **Referências Bibliográficas**

CARVALHO, Rossane Cardoso. *Turismo nos Lençóis Maranhenses: estudo das representações sociais de atores sobre a situação atual e futura do turismo nos municípios de Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão, MA*. Tese de doutorado, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2007.

BAPTISTA, Stefania Blotta Abakerli. *A critique of development and conservation policies to promote sustainable livelihoods in environmentally sensitive regions in developing countries (Reference to the Region of the Lençóis Maranhenses, Brazil)*. Dissertation for the MSc in Development and Planning: Environmentally Sustainable Development, Developing Planning Unit, University College London, 1999.

## **ALAGOAS**

### **48. Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu**

#### **Criação**

A área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu foi criada por meio do Decreto Federal de nº 88.421 de 21 de junho de 1983, com a finalidade de proteger as tartarugas marinhas, aves migratórias e fixação de dunas costeiras do extremo sul do litoral alagoano. A APA de Piaçabuçu localiza-se no estado de Alagoas, a uma distância de 130 km da Capital, entre coordenadas geográficas 10°18'N a 10°30'S e longitude de 36°18'E a 36°24'W, abrangendo uma área de 9.143 hectares caracterizada pela presença de dunas e gramíneas, as quais formam um cordão arenoso de 19 km que acompanha a praia desde o Pontal do Peba à foz do Rio São Francisco, com a largura variando entre 700 e 800 metros de largura, margeando o lado oposto ao continente (SALLES 1994 *apud* CABRAL, 2006).

#### **População tradicional**

Os pescadores artesanais da comunidade Pontal do Peba localizada na APA de Piaçabuçu desenvolvem conjuntamente diversas atividades produtivas vinculadas a terra e ao mar. A lavoura centrada no plantio da mandioca é uma importante atividade agrícola realizada na comunidade, que associados a pesca e ao artesanato caseiro, constituem a base de subsistência e organização social dos pescadores de Piaçabuçu (MELO E SOUZA, 2003).

O extrativismo também é uma importante fonte de recursos para os pescadores artesanais da APA de Piaçabuçu. Segundo pesquisa realizada por Melo e Souza (2003)

com os moradores residentes na APA, cerca de 90% destes utilizam a fauna do manguezal para a comercialização e 65% para a alimentação direta. Além disso, é muito freqüente o uso da vegetação do manguezal para a construção de casa, como o caso da retirada do mangue vermelho ou siriúba, denominado “mangue seco” pelos pescadores, e a utilização do mangue branco para a construção de cercas. O uso de folhas e das conchas de bivalves coletadas no manguezal são muito importantes para a realização de cerimônias religiosas e para uso medicinal pela comunidade de Piaçabuçu.

### **Conflitos**

Os pescadores artesanais da APA de Piaçabuçu vêm sendo impedidos de viver da exploração direta dos recursos costeiros e marinhos. O controle da retirada de lenha do mangue causa prejuízos á comunidade de Piaçabuçu uma vez que dependem diretamente da atividade extrativista para a reprodução de seus modos de vida e tradições. Além disso, essas comunidades desenvolveram um grande conhecimento sobre o ambiente em que vivem sendo capazes de manejar de forma eficiente os recursos naturais. Este fato pode ser observado ao analisar o depoimento de uma senhora de setenta anos, moradora da APA de Pirabuçu.

*“Minha filha, só quem é tolo rouba o que a mãe natureza dá hoje e vai passar fome amanhã... quando a mata tá rala aqui, nós vai acolá no mangue alto e tira o que nós precisa” (MELO E SOUZA, 2003\_ 177).*

Com a implantação de loteamentos e o natural aumento da especulação imobiliária na região, resultam no aumento da ocupação da faixa costeira onde vivem os pescadores artesanais, influenciando no deslocamento territorial das populações agro-pesqueiras residentes na APA de Pirabuçu. Além disso, essas famílias desempenhavam diversas atividades produtivas e perderam parte importante de seus ganhos auxiliares passando a depender exclusivamente dos rendimentos da pesca. As mulheres e crianças passaram a usar a biota do manguezal em busca de complementação dos ganhos da pesca (MELO E SOUZA, 2003).

### **Referencias Bibliográficas**

CABRAL, Susanna Analine Santos; Severino Mendes de Azevedo Júnior; Maria Eduarda de Larrazábal. Levantamento das aves da Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu, no litoral de Alagoas, Brasil. *Ornithologia* 1(2):161-167, Junho 2006.

## **SERGIPE**

### **49. Parque Nacional Serra da Itabaiana**

#### **Criação**

O Parque Nacional da Serra de Itabaiana (10°25'15''S e 37°25'15''O) é uma [unidade de conservação](#) situada no estado de [Sergipe](#), abrangendo os municípios de Itabaiana, [Areia Branca](#), [Laranjeiras](#), [Itaporanga](#), [d'Ajuda](#) e [Campo do Brito](#). Inicialmente essa Unidade de Conservação foi definida como Estação Ecológica sua proteção legal restringia-se a apenas 288,53 hectares, no entanto com o Decreto presidencial de 15 de junho de 2005, foi reclassificada através da portaria nº. 84.017 em Parque Nacional e passou a resguardar 7.966 hectares, dos quais apenas 3,5% estão regularizadas (SOBRAL, 2007).

Esta Unidade de Conservação abrange uma área de transição semi-árida, entre Mata Atlântica e Caatinga, constituído por um conjunto de serras apresentam altitudes variando de 400 e 659 m (SOBRAL, 2007). Apesar de existirem pequenas manchas de Mata Atlântica no litoral de Sergipe, ainda podem ser encontradas áreas remanescentes desse bioma nos municípios de Itabaiana e Areia Branca, principalmente nas áreas da Serra de Itabaiana (MENEZES, 2004).

#### **População tradicional**

Na zona rural de Areia Branca e Itabaiana existem vários povoados como Chico Gomes, Junco, Canjinha, Água Fria e outras que se confundem com os limites do Parque como Terra Preta, Rio das Pedras, Guandu, Alto do Vento, Serra e Bom Jardim. (SANTANA, 2002).

As economias dessas comunidades estão fortemente orientadas na agricultura familiar, onde predomina os minifúndios, onde são cultivados mandioca, cana-de-

açúcar, banana, entre outros. Além disso, outras atividades extrativistas como a pesca nos rios e a caça também são comumente realizadas pelos moradores do Parque (SANTANA, 2002).

### **Conflito**

A exclusão das comunidades viventes no interior do Parque de Itabaiana tem sido a causa dos conflitos observados por Menezes (2004). Segundo o autor, esses moradores locais não têm alternativas de sobrevivência a não ser o uso dos recursos naturais da referida área. E esses conflitos podem refletir em ações as quais têm intensificado a degradação.

*“Esse pessoal do IBAMA ganha bem. Não sabe o que é passar fome, ter que ir no mato arranjar o que comer. Muita gente tira coisa da Serra por necessidade, não tem outro jeito. Mas tem gente que vive bem e tira coisa da Serra sem precisar, pra ganhar dinheiro”* (MENEZES, 2004\_109).

*“Eles chegaram aqui, e me multaram. Em vez disso, podia ter me dito como regular o que eu estava errado! Foi a primeira vez, e não me deram nenhuma orientação! ... por isso que tacam fogo na Serra, depredam, não respeitam”* (MENEZES, 2004\_109).

Além disso, A situação fundiária da serra de Itabaina ainda não esta regularizada, o que permite brechas para o acesso direto dos seus recursos. Este fato pode ser observado no depoimento de D. Zuleide, moradora de Bom jardim.

*“... tiravam madeira. Hoje, ainda rouba-se, mesmo sabendo da proibição”* (SANTANA, 2002\_86).

A extração de lenha é uma atividade comum entre os habitantes do Parque. A chagada do IBAMA e consecutivamente, a proibição desta atividade extrativista causa muitos conflitos. Na compreensão do Sr Zeca, de 78 anos, morador do povoado de Rio das Pedras, a proibição da retirada de lenha pelo IBAMA não faz sentido, uma vez que essa atividade influencia no processo de controle dos incêndios florestais.

*“...tudo de bom vem da serra, a pessoa se precisar tirar um pau (...) hoje ninguém tira nada porque o IBAMA não quer, mas de primeiro a lenha queimava era de lá, ninguém comprava lenha. De fato o IBAMA empata o povo de tirar a lenha, mas é quase perdido, porque a lenha serve de calço pro fogo” (SANTANA, 2002\_ 86).*

### **Bibliografia**

MENEZES, Luiz Carlos. Uso sustentável da Serra de Itabaiana: preservação ou ecoturismo?. Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Estudos do Semi-árido - NESA, do Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2004 disponível em: <http://www.pos.ufs.br/prodema/files/dis2004/LUIZCARLOSDMENEZES.pdf>

SANTANA, Valdilene Barbosa. Serra de Itabaiana: Das Brumas do Imaginário à cerca invisível. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. 2002.

SOBRAL, Ivana Silva. Avaliação dos impactos ambientais no Parque Nacional Serra de Itabaiana – SE. Caminhos de geografia - revista on line. 2007.

## **50. Reserva Ecológica Mata do Pau Ferro**

### **Criação**

Criada em 19 de outubro de 1992, pelo Decreto Estadual nº 14.832 de 19.10.1992, possui uma área de 600 hectares. Está localizada na micro-região de Areia, no Brejo Paraibano, sendo que o município mais próximo da reserva é Areia, com uma população de 26.140 habitantes, incluindo a zona rural.

### **População tradicional**

Apesar de a regularização fundiária ter sido efetuada, existe a ocupação humana em seu interior de vinte e cinco famílias de pequenos agricultores de subsistência.

### **Conflitos**

Segundo a administração do IBAMA, os conflitos existentes na área abrangida pela unidade de conservação envolvem as atividades de caça, pesca e extração vegetal, além do desmatamento das áreas utilizadas para as roças de subsistência (NUAPUB, 1995)

### **Relatos de moradores**

Não foram encontrados relatos de moradores.

### **Referências bibliográficas**



NUPAUB. Conflitos entre populações humanas e áreas naturais protegidas na Mata Atlântica. São Paulo, 1995 (versão preliminar/ circulação restrita).

## 51. REGIÃO NORTE

### AMAZONAS

#### 51. Parque Nacional do Jaú<sup>33</sup>

##### **Criação**

Foi criado em 1980 pelo decreto federal 85.200, com uma área de 2.200.000 hectares. Localiza-se na margem esquerda do rio Negro, a cerca de 200 km da cidade de Manaus, entre os municípios de Novo Airão e Barcelos. Seus limites são, ao norte, os rios Unini e Paunini e ao sul, o rio Carabinani, que é afluente da margem direita do rio Jaú; a oeste é delimitado pelas cabeceiras dos rios Paunini, Jaú e Carabinani e a leste, pelo rio Negro (SOUZA SANTOS, 2002).

Em 1977, uma equipe do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) realizou uma expedição para um reconhecimento do rio Jaú com vista ao estabelecimento de uma área de proteção. Conforme relatório produzido desta expedição, a região do Jaú deveria ter toda a sua bacia protegida.

*“Após as entrevistas, observações no campo, consultas bibliográficas e discussões, nós concluímos que é importante eleger o local como uma das reservas biológicas da Amazônia, sendo que toda a bacia, de interflúvia a interflúvio, e da nascente à foz, deveria ser protegida, possibilitando um melhor controle da área quanto a possíveis invasores e para que tenhamos incluída uma boa área que preserve intactos os*

---

<sup>33</sup> Texto produzido por Sílvia Yaguíu

*ecossistemas amazônicos*” (SCHUBART et al., 1997 apud SOUZA SANTOS, 2002).

Outros elementos foram também apontados como importantes na criação de uma reserva que protege a bacia do rio Jaú e dizem respeito à geografia do local, ao isolamento de influências humanas da vizinhança e à baixa densidade demográfica.

Ao final do *Workshop 90* é criada a Fundação Vitória Amazônica com a finalidade de propor alternativas que agilizassem pesquisas na bacia do Rio Negro e propiciasse assim estratégias de conservação da biodiversidade. Desde a sua criação, a FVA passou a desenvolver atividades no PNJ com a intenção de contribuir com subsídios técnicos e científicos para a elaboração do plano de manejo do mesmo. E a partir de novembro de 1993 estabeleceu um convênio de co-gestão e um termo de cooperação com o IBAMA “*visando consolidar a implantação do Parque*” (BARRETO FILHO, 1997) e a “*mútua cooperação técnica no âmbito da bacia do Rio Negro*” (Ibidem) (SOUZA SANTOS, 2002).

### **Populações Tradicionais**

A população humana que habita o PNJ, como em toda a floresta amazônica, busca estabelecer-se às margens dos cursos d’água, caminho natural de locomoção. Esta localização facilita a obtenção de água e de alguns recursos essenciais à subsistência do grupo doméstico, principalmente o peixe.

O Parque é habitado por caboclos e nordestinos, 55% oriundos de outras localidades do Estado do Amazonas, 37% nascidos no Parque e outros 8% procedentes das regiões Norte e Nordeste. Os moradores estão agrupados em nove comunidades e, segundo a FVA (1998), os motivos pelos quais essa área foi espaçadamente povoada vinculam-se à disponibilidade de recursos, ao lugar onde a família se estruturou e à proximidade dos parentes, amigos e;ou de comunidades que compõem histórias de uma ou duas famílias.

O censo de 1992 construiu uma imagem numérica da “população” do parque. Identificou que, àquela altura, 1.030 “moradores” habitavam a área interna da unidade, correspondendo a 167 grupos domésticos. Desse total, 54% era de homens e 46% de mulheres. A pirâmide etária obtida com essas informações, com base larga e topo estreito, dão conta de uma população predominantemente jovem.

Em 1998, o PNJ era habitado por 996 moradores, divididos em 191 grupos domésticos, que apresentavam uma ocupação espacial diferenciada, de acordo com a disponibilidade dos recursos, organização familiar, proximidade de parentes e amigos e condições sazonais de locomoção proporcionadas pelos rios.

A partir dos dados disponíveis, podemos observar que a população do PNJ, entre os anos de 1992 e 2001, de um modo geral, diminuiu, apesar do número de famílias ter aumentado. Em 1992, a população total era de 979 pessoas (162 famílias), que, em 2001, reduziu-se para 920 pessoas (183 famílias). Esta população envelheceu; a idade mediana passou de 19,27 em 1992 para 22,75 em 2001; e o número de filhos por família também diminuiu; passou de uma média de 6,3 filhos por casal, em 1992, para 5,4, em 2001.

Desagregando os dados por rio, vemos uma dinâmica distinta para o Jaú, no coração do Parque, e para o Unini, na fronteira norte. No Jaú, houve uma queda brutal no número de famílias, envelhecimento da população e manutenção no número de filhos por família. No Unini, as famílias, apesar de mais numerosas, têm menos filhos e o envelhecimento da população é menor que do rio Jaú. No rio Unini, concentrou-se uma parte da população forçada a sair das áreas centrais do Parque para a periferia. Em 1992, a existência de 602 pessoas (93 famílias), e em 2001, este número subiu para 669 pessoas (138 famílias). No rio Jaú, o comportamento é inverso: de 337 pessoas (69 famílias) em 1992, somou-se apenas 251 pessoas (45 famílias), em 2001.

## **Conflitos**

No início da década de 1980, a população ribeirinha foi totalmente desconsiderada no processo decisório de criação do PNJ. Fatores políticos, administrativos e científicos se coadunaram para a sua concretização e a presença humana foi considerada um pequeno entrave a ser resolvido. A partir de 1982, o então IBDF começou a utilizar uma série de medidas restritivas/ repressoras para forçar a saída dos grupos de moradores na área, o que efetivamente ocorreu (SILVA JÚNIOR, 2008).

*“Em 1985, cinco anos decorridos desde a publicação do decreto de criação do Parque Nacional do Jaú, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (...) contratou o Instituto de Terras da Amazônia (o extinto ITERAM) para realizar um levantamento fundiário e um cadastramento*

*das famílias residentes dentro do perímetro desta unidade de conservação. Nos mesmos moldes dos formulários do INCRA, foi feito o trabalho nos rios Jaú, por inteiro, e no Carabinani, até a cachoeira. Segundo relato de moradores, esse fato desencadeou um êxodo de várias famílias residentes do Parque. A partir de 1987, o antigo IBDF proibiu a entrada de regatões (comerciantes) no rio Jaú, para conter o comércio ilegal de caça e outros produtos, e proibiu também a expansão do cultivo de subsistência em áreas de floresta primária” (CARVALHO & SIZER, 1990).*

### **Relatos de Moradores**

Encontramos diversos relatos registrados por Abreu em sua Dissertação de Mestrado intitulada “*Modos de vida, gênero, gerações e meio ambiente no Parque Nacional do Jaú.*”

*“...quem invadiu primeiro aqui pro rio Jaú foi a Ibama, mas eu já teimei muito com esse pessoal (...) a primeira vez que veio aquele doutor Rivaldo, o meu marido tinha derrubado uma castanheira, e no dia que ele derrubou ele chegou. Não pensa que ele foi sair pra conversar com a gente, com o chefe da casa, não, foi logo filmando a castanheira, dizendo que tinha derrubado a árvore. Que uma árvore daquela valia mais do que a vida de uma criatura. Meu marido não era muito fácil, entrou com ele logo oito (ignorância/braveza), foi logo com ignorância. Sei que afındou os outros se calando, ficaram tudo, e ele falou e fındou os outros tudo se calando. Chamaram ele pra assinar não sei o que, ele disse: eu vou mesmo, porque eu nunca fui mordido de cobra, e nem ei (sic) de ser. Foi lá e assinou... e foi assim maninha o começo dessa história, quem invadiu o Jaú foi isso, o culpado foi a Ibama, não foi o pessoal daqui, não” (ABREU, 2000).*

Outro relato apresenta os mesmos elementos que assinalam as tensões entre a criação do PNJ e os grupos sociais locais:

*“...Eles cercavam a gente mesmo aqui dentro, a gente não podia tirar nada, a gente não podia cortar um pau, não podia fazer uma farinhada, era isso que eles faziam aqui dentro. Nesse tempo morava muita gente aqui dentro e entrava muito regatão que vendia as coisas pra gente, sai um entrava outro, tinha muito comerciante que comprava desda banana, galinha, ovos, que a gente tinha muito né, a gente criava, não faltava nada pra gente, a gente acostumado com que tinha, quando falhou foi a maior dificuldade pra gente, quando encerrou a gente fiquemo assim, sem saída” (ABREU, 2000).*

## **Referências Bibliográficas**

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. *“Da Nação ao Planeta através da Natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira”*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, SP, 2001.

BENATTI, José Heder. *“Populações tradicionais e o manejo dos recursos naturais renováveis no Parque Nacional do Jaú: uma análise jurídica”*. Trabalho apresentado na XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum de Pesquisa 3: Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação, Brasília, 2000.

CARVALHO, B. & SIZER, N.C. *Levantamento sócio-econômico do Parque Nacional do Jaú*. Manaus, Fundação Vitória Amazônica, 1990.

CREADO, Eliana S.J. *“Caminhos de rio, caminhos de terra e asfalto”*. Trabalho apresentado no XXVI Congresso da ALAS, Guadalajara, México, 2007.

FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA. “*Os moradores do Parque Nacional do Jaú: censo e levantamento sócio-econômico*”. FVA, Manaus, 1996.

LARAY DE JESUS, Edilza. “*Sociodiversidade no Jaú: a ética de com-viver*”. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado em Educação Ambiental, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande, RS, 1998.

OLIVEIRA, Regina & ANDERSON, Elza Suely. “*Gênero, conservação e participação comunitária: o caso do Parque Nacional do Jaú*”. Série Estudos de Caso sobre Gênero, Participação Comunitária e Manejo dos Recursos Naturais, n. 2, MERGE, University of Florida, 1999.

PEREIRA DE SÁ, Sergio Pedreira. “*Estudo da confiabilidade de método original de coleta de dados sobre o uso dos recursos naturais por populações tradicionais do Parque Nacional do Jaú, Amazonas*”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônica...Universidade do Amazonas, Manaus, 2000.

SILVA JÚNIOR, Roberto Donato da. “*Etnoconservação, formulação teórica e suas possibilidades de intervenção sócio-ecológica*”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, SP, 2008.

SOUZA SANTOS, Luiz Fernando de. “*O PANÓPTICO VERDE: a ambientalização da Amazônia através do Parque Nacional do Jaú*”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Natureza e Cultura na Amazônia, Universidade do Amazonas, Manaus, 2002.

## **52. Parque Nacional de Anavilhanas<sup>34</sup>**

### **Criação**

O Parque Nacional de Anavilhanas está localizado na Amazônia central, no nordeste do estado da Amazônia e constitui um dos maiores arquipélagos fluviais do mundo, compreendendo aproximadamente 400 ilhas sujeitas a inundações no período de cheia do Rio Negro.

A Unidade de Conservação possui uma dimensão de 350.018 hectares, tendo 71,43% de sua área no município de Novo Airão, e 28,57% em Manaus, do qual dista aproximadamente 40 km por via fluvial. O acesso também pode ser feito de por estrada, até a cidade de Novo Airão, distante 180 km de Manaus, dos quais 80 quilômetros são asfaltados. Anavilhanas encontra-se próxima ao Parque Nacional de Jaú, a maior reserva florestal da América do Sul, com 2,27 milhões de hectares.

O Parque Nacional de Anavilhanas foi criado pela Lei nº. 11.799, de 29 de outubro de 2008, a partir da Estação Ecológica de Anavilhanas, criada pelo Decreto nº 86.061, de 2 de junho de 1981 (RODRIGUES, 2010). Protege uma região ímpar que sofre influências diretas dos períodos de cheias do rio Negro, quando metade das ilhas fica submersa e os animais se refugiam nas partes mais elevadas. Quando as águas baixam, as ilhas deixam à mostra praias e 90 quilômetros de canais que entrecortam toda a região.

### **População tradicional**

A população tradicional de Anavilhanas residente nesta área protegida é composta por caboclos e por indígenas. Entre as etnias indígenas, podem-se citar os Baré e Kambeba. As comunidades localizadas na margem esquerda do Rio Negro, como Costa das Araras e Jaraqui incluem as populações cablocas, originárias de diferentes regiões da Amazônia (BADIALLI, 2003).

---

<sup>34</sup> Texto produzido por Bárbara Elisa Pereira

Na época da criação da unidade de conservação residiam cinquenta e três famílias dentro dos limites do Parque Nacional de Anavilhanas. O cadastro da população residente na área relatou que dessas cinquenta e três famílias, seis habitavam a margem direita do Rio Apuaú e quarenta e sete a margem esquerda do Rio Negro. Barreto Filho (2001) retrata que apenas treze das famílias residentes na margem esquerda do Rio Negro eram cadastradas no INCRA, aspecto considerado no relatório como favorável para o processo de desapropriação de terras.

Atualmente, não há moradores no Parque Nacional de Anavilhanas. As famílias que residiam na área foram desapropriadas e obrigadas a se instalar no bairro da cidade de Novo Airão, e somente algumas receberam as indenizações prometidas (BADIALLI, 2003; FVA, 2005).

### **Conflitos**

O território do município de Nova Airão encontra-se na área de entorno do Parque Nacional de Anavilhanas, e por isso a atividade de pesca realizada pela população do município é considerada ilegal.

Na busca por soluções, os pescadores se organizam em associações como, APNA (Associação dos Pescadores de Novo Airão), CDP – Z34 (Colônia dos Pescadores de Novo Airão – Zona 34) e SINDPESCA – AM (Sindicato dos Pescadores no Amazonas), para melhor articular suas manifestações pela pesca em lagos e rios fluviais que estão nas áreas do PARNA Anavilhanas (RODRIGUES, 2010).

Na tentativa de minimizar os conflitos, a Colônia dos Pescadores de Novo Airão (Z-34) junto ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas e a Secretaria de Estado de Produção Rural, cadastraram os pescadores e garantiram seus direitos de pesca. No entanto, dentre os 2.000 pescadores que vivem no município e que tem na pesca o principal meio de obtenção de renda, estima-se que aproximadamente seiscentos estão associados aos sindicatos (RODRIGUES, 2010).

O principal conflito existente nesta área protegida está relacionado com as questões fundiárias, que envolvem as cinquenta e três famílias que residiam na área do Parque antes da criação do mesmo.

Barreto Filho (2001) relata que em 1979 a área da futura unidade de conservação foi considerada como terra devoluta, sem considerar a existência de moradores em seu interior:



*Para concluir este item, quero retomar o tema da invisibilidade dos grupos sociais locais residentes. O relatório do CNPq de 1976 refere-se à insignificância econômica da região. [...] Neles, afirma-se que “as ilhas Anavilhanas estão ainda praticamente desabitadas”, existindo lá “apenas cerca de uma dúzia de casebres” – “modestas habitações”, em torno das quais “são reduzidas as áreas derrubadas”. Também se diz que nas margens do rio Negro “residem algumas famílias, mas são poucas, talvez umas dez” – que “deverão ser indenizadas e transferidas para outro local” (BARRETO FILHO, 2001).*

Entretanto, as famílias que residiam na área na qual foi estabelecida o Parque Nacional de Anavilhanas (inicialmente a Estação Ecológica de Anavilhanas) continuaram na área após a criação da ESEC durante quatro anos, quando finalmente suas propriedades foram desapropriadas e as mesmas tiveram que se mudar para o município de Novo Airão (BADIALLI, 2003; FVA, 2005).

*Embora as Estações ecológicas só pudessem ser implantadas em terras públicas ou desapropriadas para esse fim, conforme a afirmação já referida do Dr. Paulo, passados quatro anos da criação da Estação ainda havia posseiros a serem indenizados e retirados da área. Alguns não viram a cor do dinheiro até hoje (BARRETO FILHO, 2001).*

Após esses quatro anos vivendo de maneira irregular na área abrangida pela unidade de conservação, as famílias que migraram para Novo Airão ainda não foram indenizadas. Esta ação completa o cenário que envolveu a criação do Parque Nacional de Anavilhanas, demonstrando a falta de respeito pelos direitos das populações tradicionais, presente em todo o processo (BARRETO FILHO, 2001).

### **Referencias Bibliográficas**

BADIALLI, José Eduardo & RIBEIRO, José D'Arc. O Reverso do postal: Uma análise das atividades de uso público na região da estação Ecológica de Anavilhanas, Estado do Amazonas, Brasil. N 5, v. 1 p. 181-193. 2003.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Da Nação ao Planeta através da Natureza: uma abordagem antropológica das unidade de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. 2001

FVA (Fundação Vitória Amazônica). Uma análise crítica das Unidades de Conservação do baixo Rio Negro com propostas para as Unidades Estaduais. Relatório

Técnico No. 1 do Projeto Geopolítica da Conservação no Baixo Rio Negro, Amazônia Brasileira. Manaus, 2005.

RODRIGUES, Fúlvia Maria Gomes. Pesca em Novo Airão (AM) e suas territorialidades em conflito. *Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos*, Porto Alegre, 2010.

### **53. Parque Nacional Pico da Neblina**

#### **Criação**

Localizado na região norte do Brasil, na fronteira do Estado brasileiro do Amazonas com a Colômbia e a Venezuela, o Parque Nacional do Pico da Neblina abrange as montanhas mais altas do país: o Pico da Neblina, com seus 2.094 metros e o Pico 31 de Março (2.992 metros). Ambos foram descobertos em 1954 durante uma expedição de botânica, quando até então o Pico da Bandeira, em Minas Gerais, era considerado o ponto mais alto do Brasil.

Circunscrita no noroeste do Estado do Amazonas, no município de São Gabriel da Cachoeira, alcançando a fronteira entre Brasil e Venezuela, na qual se limita com uma unidade de conservação venezuelana, denominada como Parques Nacionais Serrania de la Neblina, esta unidade de conservação foi criada pelo Decreto nº 83.550, de 05 de junho de 1979), no intuito de proteger uma extensa região de 200.000 hectares de Floresta Tropical Úmida, dotada de características paisagísticas peculiares, assim como de uma flora e fauna diversificadas.

#### **População tradicional**

O Parque Nacional do Pico da Neblina sobrepõe-se à uma área que abriga diversas terras indígenas, sendo inclusive considerada como um área de expressiva representatividade indígena brasileira.

Entre as terras indígenas existentes na região, destaca-se a população Yanomami que detém amplo domínio da área. Cabe ressaltar que a população Yanomami inserida nesta unidade de conservação é considerada a maior população dessa etnia indígena no Brasil.

População local estimada antes da criação da unidade de conservação: Não foram encontrados registros referentes a esse aspecto.

População local estimada atualmente: Não foram encontrados registros referentes a esse aspecto.

## **Conflitos**

Ao norte do médio Rio Negro, situa-se a Terra Indígena Yanomami (seu território cobre, aproximadamente, 192.000 km<sup>2</sup>, situados em ambos os lados da fronteira Brasil-Venezuela na região do interflúvio Orinoco - Amazonas afluentes da margem direita do rio Branco e esquerda do rio Negro), juntamente com o Parque Nacional do Pico da Neblina (situado no Estado do Amazonas, no município de São Gabriel da Cachoeira nos limites do Brasil com a Venezuela, com área aproximada de 220.000 há, criado em 06/05/1979, pelo Decreto 83.550). Por ser uma região de fronteira, existe a forte presença do exército brasileiro (Comando Militar da Amazônia).

O PN Pico da Neblina esteve fechado por um bom tempo para visitas turísticas (não sei ao certo se oficialmente ainda está), pela FUNAI, IBAMA e pelos próprios Yanomamis.

Em meados de 2007/2008, a Associação Yanomami do Rio Cauaburi e Afluentes (Ayrca), em assembléia com os guias locais e agências de turismo, autorizou a abertura do parque para a visita do Pico da Neblina, mediante taxas e outros acordos, como a contratação de carregadores Yanomamis, a utilização da voadeira dos mesmos e os guias escolhidos por eles (atualmente são três, residentes em São Gabriel da Cachoeira). Porém, como T.I.Y. não engloba apenas uma comunidade, e nem todos os Yanomamis dispõem da mesma opinião, gera-se um primeiro conflito: entre os próprios Yanomamis acerca da atividade turística, ou do lucro da atividade turística, pois nem todos lucram igualmente.

Existem também conflitos envolvendo os Yanomamis e os militares. Segundo o presidente da AYRCA, Armindo, os Yanomamis prestaram queixa ao Ministério Público Federal e ao IBAMA devido aos resíduos deixados pelos militares após a realização das operações, e exigiram uma operação limpeza pelo Exército, que deveria incluir também o lixo do pelotão instalado entre as comunidades de Maturacá e Ariabu.

Além disso, em 2008, o Instituto Chico Mendes determinou ao Exército a construção de acampamentos-base de estruturas metálicas na trilha que leva ao Pico da

Neblina, a título de compensação pelos danos ambientais causados pela abertura irregular de um ramal na BR 307, que tangencia aquela unidade de conservação (não se deixou claro o objetivo dessas construções). Um acordo extrajudicial, que não contou com a participação das comunidades indígenas, nem da Fundação Nacional do Índio (Funai), determinou que o Exército implantasse tais acampamentos-base até 12 de janeiro de 2009, sob pena de multa. E assim foi feito. Estes acampamentos foram construídos, dezenas de metros quadrados de mata foram derrubadas (não se sabe se para a descida de helicópteros, se para a visualização do Pico da Neblina) e mais lixo foi deixado nos acampamentos.

Durante a Assembléia Geral da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), realizada em novembro de 2008 os Yanomamis manifestaram seu desgosto com as obras e denunciaram o caso ao Ministério Público Federal, que participou do acordo e tem uma ação judicial relacionada ao caso. Além dos Yanomamis não terem sido ouvidos e terem se manifestado, desde o princípio, contrários quanto à construção, o Parque Nacional não tem ainda plano de manejo, documento que deveria prever qual a infra-estrutura a ser instalada no parque.

Apesar da denúncia, feita em 01/12/2008, as obras continuaram e foram finalizadas. Na nota divulgada, os Yanomamis se queixam que não foram consultados durante o processo e não estavam mais suportando o incômodo da movimentação de helicópteros e trabalhadores, além dos desmatamentos nos locais dos acampamentos denominados Bebedouro Velho, Bebedouro Novo e Base. Diz a nota que ao longo do caminho do Pico da Neblina há lugares sagrados:

*A nossa realidade espiritual se concentra no Yaripo (Pico da Neblina) e Masiripiwei (Pico 31 de março). Devido tudo isso nós Yanomamis não aceitamos desenvolvimento de atividades sem haver consulta e conhecimento do objetivo das atividades que se pretendem realizar.*

No início de 2009, um grupo de yanomamis dirigiu-se aos pontos de acampamentos e colocou tudo abaixo.

E no meio de tudo isso, existe mais uma complicação: os garimpeiros. Existe a presença de garimpeiros no parque, até quase no cume do Pico da Neblina e Pico 31 de Março. E não é uma presença disfarçada ou escondida. Todos sabem. Desde aquele

habitante de SGC que nunca caminhou por ali até ao mais alto cargo do IBAMA, do exército e até mesmo os yanomamis e qualquer turista que tenha ido à região.

Em 30 de junho de 2005, o Conselho do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e Ye'kuana enviou um documento ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos; Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; Presidente da Fundação Nacional do Índio, Mércio Pereira; Presidente do Ibama Marcus Barros e Ministério Público Federal, com cópia para o administrador regional da Funai-Roraima, Gonçalo Teixeira e coordenadora regional do Ibama Sra. Nilva Baraúna, no qual denunciava a invasão da T.I.Y. não só pelos garimpeiros, mas também por fazendeiros e caçadores.

Como a denúncia não obteve nenhum resultado, os yanomamis cansaram de esperar pelas autoridades omissas e em janeiro de 2009 pintaram-se para a guerra, armaram-se e foram até aos garimpos para tirar os garimpeiros de suas terras. Destruíram os acampamentos dos garimpeiros e dirigiram-se com eles para Maturacá, aonde fizeram uma reunião e decidiram dar um prazo de noventa dias para que os garimpeiros terminassem seus trabalhos e saíssem de suas terras. Neste ponto, entra a questão do jogo dos interesses.

Diversas Organizações Não-Governamentais e Missionários Religiosos fazem parte do cotidiano yanomami. E os indígenas são a favor dos mesmos, uma vez que ONG's e Missionários desempenham o assistencialismo nas comunidades, o que deveria ser feitos pelos órgãos do governo, como a FUNAI e FUNASA, que recebem dinheiro público para isso, mas parecem só passear por SGC em pick-up's 4x4, com ar condicionado sempre ligado. E diante das dificuldades que eles passam nas comunidades, o assistencialismo é visto com bons olhos e até gera uma espécie de confiança entre as partes envolvidas (PEREIRA, Bárbara. A dura realidade do Pico da Neblina. Disponível em: < [www.altamontanha.com/colunas.asp?NewsID=1031](http://www.altamontanha.com/colunas.asp?NewsID=1031)> Acesso em 13 set 2010).

### **Relatos de moradores**

Não foram encontrados relatos de populações tradicionais residentes dentro da área abrangida pelos limites da unidade de conservação.

### **Referências bibliográficas**

IBAMA. II Reunião Técnica Binacional: Parques Nacionais – Pico da Neblina – Relatório. São Gabriel da Cachoeira, 1997.

PEREIRA, Bárbara. A dura realidade do Pico da Neblina. Disponível em: < [www.altamontanha.com/colunas.asp?NewsID=1031](http://www.altamontanha.com/colunas.asp?NewsID=1031)> Acesso em 13 set 2010.

#### **54. Parque Nacional da Amazônia<sup>35</sup>**

##### **Criação**

O Parque Nacional da Amazônia foi criado a partir do decreto federal nº. 73.683 de 19 de fevereiro de 1974. É o terceiro Parque Nacional em tamanho do Brasil, com seus 1.000.000 há (um milhão de hectares). Situa-se à margem esquerda do rio Tapajós, no município de Itaituba, Estado do Pará, próximo ao cruzamento das rodovias Cuiabá – Santarém e Transamazônica (AMAZÔNIA LEGAL).

Como Parque seu objetivo segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC é de proporcionar pesquisas científicas, atividades educativas e recreativas, sendo uma das mais antigas unidades de conservação criadas no Brasil (FERREIRA, 2010).

Parque Nacional, em sua quase totalidade, é coberto por floresta tropical úmida e apresenta aspectos naturais e arqueológicos de relevante interesse situado á margem esquerda do rio Tapajós. Os principais rios que drenam a área do parque são: o Tapajós e o Jamanxim, seu afluente, existindo ainda numerosos rios menores e igarapés, que deságuam no Tapajós (AMAZÔNIA LEGAL).

O parque faz limite ao norte com a Terra indígena Andirá-Maraú ao sul com as Florestas Nacionais do Amanã e Itaituba II, a nordeste com a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, está situado a cerca de 1000 quilômetros da capital Belém (FERREIRA, 2010).

---

<sup>35</sup> Texto produzido por Alissandra Pinheiro Lopes

Este Parque possui Plano de Manejo concluído onde é proposta uma alteração de limites para se incluir trechos do rio Tapajós, evitando-se divisão arbitrária de comunidades naturais. Se aprovada a proposta, o Parque passará a contar com 1.258.000ha (AMAZÔNIA LEGAL).

### **População tradicional**

O grupo indígena Sateré-Mawé habita, primordialmente, a Terra Indígena Andirá-Marau, que apesar de ter sido homologada, possui sua maior parte sobreposta com o Parque nacional da Amazônia (FISCHER, 2007).

A terra indígena Andirá-Marau demarcada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1982, com 788.528 hectares, abrange os municípios de Maués, Barreirinha e Parintins, no Amazonas, e Itaituba, no Pará. Segundo levantamento da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), o Andirá-Marau é habitado por 9.156 indígenas, distribuídos entre os rios Andirá, Marau e Abacaxis (ISA, 2000).

No Rio Andirá estão localizadas 49 aldeias, habitadas por 3.795 indígenas. Nessa região, as maiores aldeias são: Ponta Alegre (397 hab.), Simão I (287 hab.), Molongotuba (281 hab.), Vila Nova (270 hab.), Castanhal (185 hab.), Conceição (144 hab.), Araticum Novo (148 hab.), Fortaleza (121 hab.), Umirituba (136 hab.) e Nova América (105 hab.). As outras 39 comunidades da região são habitadas por menos de 100 pessoas cada uma, chegando algumas a ter menos de 20 habitantes, como Ponto Alto, São Miguel, Boa Vista, Itaubal, São João, Jatuatuba I, Limoal, São Gabriel, São Marcos, São Sebastião do Arco, Tigre e Ipiranga (TEIXEIRA, 2005).

No Rio Marau vivem 3.288 Sateré-Mawé, distribuídos em 37 comunidades. As maiores aldeias são Santa Maria (335 hab.), Vila Nova II (316 hab.), Campo do Miriti (233 hab.), Nossa Sra. de Nazaré (192 hab.), Boas Novas (144 hab.), Nova Aldeia (106 hab.), Marau Novo (121 hab.), Kuruatuba (115 hab.) e Menino Deus (101 hab.). As 28 comunidades restantes possuem menos de 100 habitantes cada (TEIXEIRA, 2005).

A partir da década de 70 houve um fluxo migratório muito grande direção a Manaus, chegando próximo de 500 Sateré-Mawé vivendo na periferia dessa cidade, distribuídos entre diferentes conjuntos habitacionais (ISA, 2000).

Os sateré-mawé se auto-denominam “os filhos do guaraná”, tendo essa planta grande importância para a organização social e econômica da população. Considerados inventores da cultura do guaraná, este produto é produto por excelência da economia sateré-mawé, sendo, dos seus produtos comerciais, o que obtém maior preço no mercado (TEIXEIRA, 2005).

O guaraná está profundamente relacionado a esses índios que lhe atribuem várias significações, tanto simbólicas com a origem do povo de onde nasceu o primeiro mawé, quanto medicinal, responsável pela cura de várias doenças. Também é utilizado como bebida ritual (ISA, 2000).

### **Conflitos**

O Parque Nacional da Amazônia apresenta situação fundiária parcialmente regularizada, havendo uso conflitante com a unidade de conservação como, invasões, posseiros, população tradicional indígena, explorações de produtos florestais e minerais, além de caça e pesca (FISCHER, 2007).

Com o processo de demarcação do território, em 1978, os Sateré-Mawé consideravam a extensão de terra demarcada como sendo sua, no entanto esta representava apenas uma pequena parcela do que já havia sido seu território tradicional (ISA, 2000).

O direito de usufruto exclusivo, que é assegurado constitucionalmente aos índios implica que os mesmos podem tirar dos recursos naturais de suas terras todos os frutos e rendimentos possíveis, desde que não comprometam a sua sustentabilidade ambiental, nem alienem a terceiros esse direito (GARCIA, 2009)

Este direito permite aos índios à exploração florestal pelos índios para o desenvolvimento de atividades tradicionais, voltadas para a subsistência, podendo os índios inclusive fazer roças e aldeias em áreas de preservação permanente. No entanto, a exploração florestal visando o comércio pelas populações indígenas deve se submeter a



legislação ambiental vigente e sua exploração por terceiros é expressamente proibida (GARCIA, 2009).

No caso da terra indígena Andirá-Marau, o regime de unidade de conservação não poderá sobrepor ao usufruto garantido aos índios sobre suas terras. Portanto, como a criação do parque nacional da Amazônia ocorreu anos antes da demarcação e homologação da terra indígena deve ser considerado extinto no que se refere a área que foi considerada que se sobrepõe a terra indígena homologada (FISCHER, 2007).

## **Bibliografia**

AMAZÔNIA LEGAL. Meio Ambiente- Parque Nacional da Amazônia. Disponível em: [http://www.amazonialegal.com.br/textos/meio\\_ambiente/Parque\\_Nacional.htm](http://www.amazonialegal.com.br/textos/meio_ambiente/Parque_Nacional.htm)

FERREIRA, HUGO de Souza. Avaliação da Dinâmica de Desmatamento no Parque Nacional da Amazônia, a partir dos dados do PRODES/INPE. *III Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação*. Recife - PE, 2010. Disponível em: [http://www.ufpe.br/cgtg/SIMGEOIII/IIISIMGEO\\_CD/artigos/FotoeSR/SR\\_e\\_PDI/R\\_2\\_14.pdf](http://www.ufpe.br/cgtg/SIMGEOIII/IIISIMGEO_CD/artigos/FotoeSR/SR_e_PDI/R_2_14.pdf)

FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha. Os recortes na terra dos “filhos do guaraná”: implicações jurídicas das sobreposições de unidades de conservação na terra indígena Andirá-Maraú. *Seminário Formação Jurídica e Povos Indígenas Desafios para uma educação superior*. Belém-Pará-Brasi. 2007. Disponível em: [http://www3.ufpa.br/juridico/documentos/OS\\_RECORTES\\_NA\\_TERRA\\_DOS\\_FILHOS\\_DO\\_GUARANA\\_-\\_Luly\\_Fischer.pdf](http://www3.ufpa.br/juridico/documentos/OS_RECORTES_NA_TERRA_DOS_FILHOS_DO_GUARANA_-_Luly_Fischer.pdf)

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL- ISA. *Povos indígenas no Brasil “saterémawé- enciclopédia povos indígenas do Brasil”*. LORENZ, Sônia da Silva.. Centro de Trabalho Indigenista - CTI/SP Disponível em: <http://piib.socioambiental.org/pt/povo/satere-mawe/962>. Publicado em: Janeiro, 2000.

GARCIA, Simone Pereira. Direitos indígenas, meio ambiente e projetos econômicos na história recente dos povos indígenas do Oiapoque/AP. *Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas*, Vol. 1, No 1. 2009.

FANY Ricardo, ROLLA Alicia. *Mineração em Unidades de Conservação na Amazônia brasileira*. São Paulo. Instituto Socioambiental, 2006.

Pery Teixeira. SATERÉ-MAWÉ: RETRATO DE UM POVO INDÍGENA. 147p. 2005.

## **REGIÃO NORTE- TOCANTINS**

### **55. Parque Estadual do Jalapão<sup>36</sup>**

#### **Criação**

Criado pela Lei nº 1.203, de 12 de janeiro de 2001, o Parque Estadual região do Jalapão está localizada na porção leste do Estado do Tocantins, fazendo divisa com os Estados do Maranhão, Piauí e Bahia. Ocupa uma área de 53,3 mil km<sup>2</sup>, sendo que 34,1 mil km<sup>2</sup> encontram-se dentro do Estado do Tocantins, englobando 15 de seus municípios: Barra de Ouro, Campos Lindos, Centenário, Goiatins, Itacajá, Itapiratins, Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta de Tocantins, Recursolândia, Rio Sono, Santa Tereza de Tocantins e São Félix do Tocantins (NATURATINS, 2003).

É o maior Parque do Estado, cuja posição é estratégica como elo de continuidade entre as áreas protegidas pela APA do Jalapão, Estação Ecológica da Serra Geral e Parque Nacional das Nascentes do Parnaíba, formando um mosaico de Unidades de Conservação e garantindo o fluxo genético entre as populações silvestres. Essa característica é seu principal atributo, na medida em que garante a manutenção da biodiversidade dessa extensa área de cerrado ainda bem conservado, talvez uma das últimas áreas de Cerrado nessas proporções (NATURATISN, 2003).

Em termos turísticos, o PEJ apresenta exuberantes atrativos cênicos e paisagísticos, trilhas, rios, cachoeiras e corredeiras com alto potencial ao ecoturismo e ao desenvolvimento de esportes radicais associados ao contato com a natureza como trilhas, montanhismo, canoagem, balonismo, entre outros (NATURATISN, 2003).

---

<sup>36</sup> Texto produzido por Alissandra Pinheiro Lopes

### **População tradicional**

A região do Jalapão (leste do Tocantins) tem uma população de 26.664 habitantes, representando 2,3% da população estadual, com densidade média 0,7 habitantes/km<sup>2</sup>, possuindo a menor densidade do Estado. O município com maior e menor população são respectivamente Ponte Alta do Tocantins (6.172 habitantes) e São Félix do Tocantins (1.269 habitantes) (NATURATINS, 2003).

A população tradicional residente dentro dos limites do Parque Estadual do Jalapão, em sua maioria, é constituída de descendentes de negros provenientes de antigos quilombos da Bahia (NATURATINS, 2003).

Os limites do parque abrangem atualmente 25 localidades com 145 casas e a população total é de 565 habitantes. Estas comunidades iniciaram a ocupação da área em 1930, e vivem de criação e cultivos domésticos e, sobretudo, do extrativismo de produtos florestais encontrados na área do PEJ. (NATURATINS, 2003).

### **Conflitos**

A criação e regulamentação do PEJ nos moldes atuais representam evidente incompatibilidade legal no que se refere à permanência destas comunidades no local.

*"Estamos aqui há mais de cem anos e somos os principais preservadores desta área que hoje compõe o parque. Já foi cogitada até a simples retirada da comunidade, mas lutaremos para que isso não aconteça, temos que encontrar um modo de conciliar nossa sobrevivência, que vem de longa data, com a legislação ambiental, mas não sairemos da terra onde nascemos e vivemos". Ana Cláudia, neta de Dona Miúda que lidera o Projeto Amiguinhos da Natureza, em Mumbuca. (MARINHO, 2010).*

Apesar de comprovado que a área do Parque Estadual do Jalapão apresenta pelo menos 80% das terras com cobertura vegetal nativa (campos cerrados e matas de galeria) (NATURATINS, 2003), as comunidades que vivem nessas áreas isoladas são acudadas pelas leis de proteção ambiental que impedem o exercício de atividades de sustento das

famílias como roças de toco, uso da madeira, criação de gado curraleiro, extrativismo e artesanato com capim dourado e buriti (MARINHO, 2010).

Grande parte das terras tituladas no município de Mateiros foi adquirida principalmente como reserva de valor, embora as limitações quanto à fertilidade natural dos solos e a condição de patrimônio ambiental atribuída se constituam fatores restritivos ao desenvolvimento convencional. Muitas delas continuam ocupadas por antigos moradores, normalmente posseiros, desprovidos de qualquer documento legal (NATURATINS, 2003).

Apesar da inexistência de estudos sobre capacidade de carga para exploração do turismo, este é explorado de forma incipiente por operadoras externas, principalmente de São Paulo, bem como pela Pousada Jalapão, localizada entre Mateiros e Ponte Alta do Tocantins. Uma nova pousada está sendo implantada na Fazenda Santa Rosa, composta por chalés bem estruturados. (NATURATINS, 2003).

Em estudo realizado por DUTRA (2008) comprova um grande interesse por parte das comunidades em receber os visitantes, o que representa um fator positivo ao planejamento e desenvolvimento do turismo local. O vilarejo de Mambuca tem tradição no artesanato com capim dourado e a palha do Buriti. Essas técnicas são passadas de pai para filho e os artesãos produzem e vendem em suas próprias casas. (NATURATINS, 2003).

No entanto, Parque está atraindo muita gente de fora, inclusive alguns empreendedores, investidores e especuladores imobiliários que acabam pondo em risco os aspectos culturais de algumas comunidades relacionadas com as condições ambientais da região. (NATURATINS, 2003).

### **Bibliografia**

DUTRA, Veruska Chemet. Caracterização do perfil e da qualidade da experiência dos visitantes no Parque Estadual do Jalapão, Tocantins. *Caderno Virtual de Turismo*. Vol. 8, N° 1. 2008.

FREDRYCH, Thelma Valentina de Oliveira. Comunidade Mumbuca: vivendo os entraves e desafios por ter seu território incorporado ao Parque Estadual do Jalapão – TO. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2009.

MARINHO Leilane. Jalapão: Leis ambientais acuam quilombolas. *Jornal O Girassol*, divulgado em 26/05/2010. Disponível em: [Http://www.ogirassol.com.br/pagina.php?editoria=Geral&idnoticia=15679](http://www.ogirassol.com.br/pagina.php?editoria=Geral&idnoticia=15679)

NATURATINS. Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão. Palmas, TO, 2003.

## **56. Parque Nacional do Araguaia<sup>37</sup>**

### **Criação**

Parque Nacional do Araguaia foi criado em 1956 pelo Decreto n.º 47.570 de 31.12.1959 e alterado pelos seguintes Decretos: n.º 68.873 de 05.07.1971; n.º 71.879 de 01.03.1973 e n.º 84.844 de 24.06.1980.

Possui uma área de 557.714 há e está localizado no sudoeste do estado do Tocantins, no extremo norte da Ilha do Bananal, abrangendo parte dos municípios de Pium e Lagoa da Confusão no médio Araguaia. A área ocupada pelo Parque apresenta 30% da ilha do Bananal e o restante pertence à terra indígena dos índios Karajá e Javaé.

A Ilha do Bananal, no Estado do Tocantins, com seus 350 km de extensão, em tamanho se equivale ao estado de Sergipe, é considerada a maior ilha fluvial do planeta.

As paisagens do parque são compostas basicamente por Cerrado, Pantanal, Floresta Amazônica e unindo estes biomas ainda surgem áreas de transição. A principal característica deste Parque é sua ampla rede de drenagem, formada por dois principais rios que cercam a Ilha do Bananal são os rios Araguaia e Javaés, sendo que o Javaés nada mais é que um braço menor do Araguaia que se divide no início da ilha seguindo outro rumo e reencontrando o Araguaia no outra extremidade

### **População tradicional**

A população indígena no Parque Nacional do Araguaia, no limite sul do Cantão, está dividida em dois grupos indígenas: os índios Karajá, na Vila de Lago Grande, com 20 habitantes residentes no rio Araguaia, e os índios Javaé, na Vila de Boto Velho com 111 habitantes no rio Javaés (SILVA, 2004).

---

<sup>37</sup> Texto produzido por Alissandra Pinheiro Lopes

A Ilha do Bananal tem a totalidade de seu espaço ocupada pelos Karajá e Javaé por pelo menos 400 anos. Os primeiros vivem principalmente nas aldeias localizadas na parte ocidental, principalmente na margem do rio Araguaia. Os Javaé, por sua vez, vivem no interior da ilha e na margem do rio Javaés, o braço menor do rio Araguaia, que contorna a ilha no lado oriental (MACIEL, 2002).

Os Karajá tem sua presença registrada na Ilha do Bananal na região do Rio Araguaia desde o final do século XVI, mas sua presença é registrada em 1773. Depois de cinco décadas de violência e opressão os Karajá tem sua reserva demarcada pelo Governo Federal em 25 de novembro de 1982, através da portaria nº 1464/E do Ministério do Interior homologada e regularizada pelo decreto nº 383 de 24 de novembro de 1991 (TEODORO, 2005).

Atualmente o povo Karajá vive em 12 aldeias todas localizadas as margens do rio Araguaia em quatro estados: Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Pará (TEODORO, 2005). Essas populações tradicionais constituem povoados de pescadores ribeirinhos e suas principais atividades de subsistência são a pesca para consumo e comércio, a caça e coleta de produtos naturais em terrenos marginais e nos campos, a agricultura e o artesanato (SILVA, 2004).

Em 1985, estimou-se que cerca de 418 pessoas moravam na área do Parque. Desde 1995 o IBAMA tem feito várias investidas para a retirada da população humana e do gado da Ilha, embora ainda permaneciam 400 cabeças de gado dentro do Parque em uma fazenda (SILVA, 2004 *apud*, SARACURA, 2000).

## **Conflitos**

As divergências e conflitos entre o PNA e as populações indígenas devido à forte dependência dessas populações em relação aos recursos naturais. Para estes indígenas, o Parque é a principal referência do poder do “homem branco” em relação ao grupo (MACIEL, 2002), como demonstram trechos de depoimentos de uma liderança Karajá da Ilha.

*“Antigamente não acontecia essas coisas. Antigamente os índios viviam numa boa. Homem branco chegou e começou a colocar*

*um monte de coisas, de regras,... Aqui quando era só o povo Karajá não tinha esse problema de natureza acabar com peixe, acabar com tartaruga. Assim que começou a chegar pessoal não índio aumentou o consumo. Antes nós índios tínhamos nossas roças nossos costumes. Ai de repente a própria sociedade de vocês destruiu, e eu acho um absurdo, uma imposição de (para) nós. Quem desequilibrou a mudança costume nosso foi a chegada de tori.”* (MACIEL, 2002).

Além disso, a existência de invasores no interior da unidade, a criação de gado na região, as queimadas, a pesca predatória, a captura de ovos de tartaruga, os grupos de caçadores e o relacionamento conflitante com os índios, são alguns problemas que o Parque enfrenta (portalsãofrancisco.com).

Esta região por ser considerada propícia para o ecoturismo, foi construído um Hotel quase dentro das aldeias dos Índios, não sendo avaliado o impacto gerado com a construção do Hotel e o conseqüente turismo na Ilha do Bananal nas comunidades que dependiam dos recursos naturais da Ilha para sobreviver (TEODORO, 2005).

O atrito fundiário entre os índios e o PNA não se esgota na defesa do território como o meio de subsistência do grupo indígena, mas faz parte de uma abordagem que atinge suas crenças, suas afirmações políticas e seus direitos frente a outros grupos (MACIEL, 2002). No entanto, com a regularização da demarcação das terras dos Karajá, esses os índios tomam a iniciativa de lutar pelas suas terras, e passam a viver um clima de violência e opressão, pois nas reservas havia posseiros e grileiros, e não houve iniciativa do Estado para desapropriação dessas terras (TEODORO, 2005).

Segundo, MACIEL (2002) o PNA foi claramente instituído pelo Estado não com a finalidade de ser agente de uma política ambiental, mas de uma política desenvolvimentista ampla e sua criação coincidiu com a expansão mais agressiva da fronteira agrícola na Amazônia iniciada na década de sessenta.

Com a implantação da agricultura mecanizada de arroz na aldeia São Domingos por volta de 1986, houve a introdução deste alimento na dieta dos índios, sendo hoje um

dos fatores mais importantes na sobrevivência. No entanto, a mecanização imposta pela FUNAI determina o plantio de uma só cultura que não é o suficiente para suprir a necessidade básica da comunidade e com isso eles perdem sua cultura e suas lendas devido a imposição do homem não índio ao modo de vida dos índios Karajá (TEODORO, 2005).

### **Referências Bibliográficas**

BRAGGIO, S. L. B. . Bilinguismo e Aquisicao de Duas Linguas: Variedades, Emprestimo e Mudanca de Codigo. BOLETIM DA ABRALIN, n. 20, p. 139-172, 1997.

MACIEL, Ney J. B. Identidade e conflito sócio - ambiental entre os Javaé e Karajá da Ilha do Bananal (TO). Brasília, 2002. 1-11 p. (Terras dos Índios - Revista Eletrônica sobre a Questão Fundiária Indígena no Brasil).

TEODORO, Mirian Grasiela. Uma (Re)Volta pelo Centro Oeste a Situação dos Índios da Ilha do Bananal: Um Estudo de Caso dos Índios Karajá da Aldeia São Domingos (Krehawã). III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

SILVA, José Aloísio. Plano de uso público parque estadual do cantão. Governo do estado do tocantins. 2004.

SARACURA, V. Plano de Manejo, Parque Nacional do Araguaia – TO: resumo executivo. Brasilia: 2000.

TORAL, A. A. 2004. Terras indígenas e o parque nacional do Araguaia. Pp. 482-485 In F. Ricardo (org.) Terras indígenas e unidades de conservação da natureza. São Paulo: Instituto Socioambiental.



## **PARÁ**

### **57. Reserva Biológica do Rio Trombetas<sup>38</sup>**

#### **Criação**

A Reserva Biológica do Rio Trombetas foi criada pelo Decreto Federal 84.018, de 21 de setembro de 1979, com uma área estimada de 385 mil hectares. Localiza-se no norte do Brasil, Estado do Pará, abrangendo terras do município de Oriximiná, na margem esquerda do Rio Trombetas.

O município de Oriximiná pertence à mesorregião do Baixo Amazonas, no oeste paraense e apresenta como limites ao norte a Guiana Francesa e Suriname e a oeste o Estado de Roraima (PORTAL DA AMAZÔNIA).

É drenada pelo rio Trombetas e seus afluentes. Esse rio, que deu seu nome a Reserva, é afluente da margem esquerda do Amazonas e por correr sobre planície desenvolve meandros e lagos, além de inundar durante as cheias as planícies aluviais que o margeiam. Dos inúmeros lagos existentes dentro da Reserva merecem destaque o Erepecu e o Jacaré (AMAZÔNIA LEGAL).

A Reserva Biológica do Rio Trombetas tem por finalidade proteger a flora, a fauna e as belezas naturais, no local existentes e fica sujeita ao regime especial do Código Floresta, instituído pela Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, e a Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967 (AMAZÔNIA LEGAL).

#### **População tradicional**

Em Oriximiná, dentro da Reserva Biológica do Rio Trombetas, habitam 5 comunidades quilombolas, totalizando 187 famílias, em uma área de aproximadamente 160 mil hectares (AGU, 2009).

A extração da castanha do Pará é a principal atividade econômica, por ser um produto valorizado no mercado internacional, e praticamente a única fonte de renda significativa dos quilombolas durante todo o ano (ARAÚJO, 2009). Além disso,

---

<sup>38</sup> Texto produzido por Alissandra Pinheiro Lopes

também são desenvolvidas a agricultura com destaque para a mandioca, milho, arroz (CALDERARO, 2004).

### **Conflitos**

Devido às políticas ambientalistas com a criação da Reserva Biológica e a implementação das metas desenvolvimentistas, sobretudo as de mineração, os moradores das comunidades do Alto Trombetas sofreram ações violentas praticada pelos órgãos governamentais e privados, em particular nos anos de 1980, culminando com expulsão de várias famílias de suas terras (FUNES, 2004).

*“A gente passou meio ruim, que em casa até cansei de esconder a panela com comida. A gente tava cozinhadno né e aí a gente se escondia, umas diversas vezes, porque muitas vezes era carne de caça, e não queria que a gente matasse. Mas a gente tinha que cumê, eu ficava sempre escondendo lá em casa.” (Tereza Fernandes Régis, 71 anos) (FUNES, 2000, 19)*

*“... Que no tempo dos meus avós, que eu me criei, isso aqui tudo era liberto, nós não tinha preocupação: ah! Não tem comida? Pega um peixe, pega uma tartaruga e nós vamos comê... Hoje em dia, nós temos saudade. Se nós pega uma tartaruga, nós temo que comê escondido, senão vamo preso, vamo surrado, aqui dentro de nossa terra. Tenho bastante saudade do tempo de liberdade, tempo que passou”. (D, Maria Francisca dos Santos) (FUNES, 2004, 26).*

*“No tempo que me criei, a vida era tranqüila, ninguém tinha perseguição, e vivia muito bem, sem companhia hidrelétrica, sem essas outras conseqüências que está acontecendo agora no meio de nós(...)Eu estou com 59 anos, depois de eu estar com 40 anos, mais ou menos, começou a aparecer no nosso município esse tipo de exploração, de coisas ruins prá nós. Primeiro chegou a onça que foi a mineração Rio do Norte, depois chegou o tigre, que foi a Cruz Alta(onde era para ser instalada a ALCOA), finalmente chegou, tá querendo chegá o leão, que é o mais brabo, que é a ELETRONORTE, querendo formar essa grande barragem; e ainda tem outro mais forte a cascavel, que foi o IBAMA que chegou no nosso meio”. (Pedro Barulho, 70 anos) (FUNES, 2004, 19)*

A comunidade do Jamari foi uma das comunidades mais atingidas pela política ambientalista implementada pelo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento

Florestal). (FUNES, 2000). Os moradores de Jamari construíram uma escola e fundaram a comunidade como forma de resistência.

*“atrapalhou, quando nós sentemos nesse lugar não existia IBDF, já depois que nós já tava aqui morando já vários tempos, tava com uns 15 anos morando aqui já que apareceu o IBDF aqui prá querer jogar com nós daqui, aí que foi que nós começamos a fazer essa escola eles botaram em cima, eles vinha aqui e queriam brigar com os homens que estavam trabalhando aqui, era só mesmo o pessoal daqui, aí quando foi um dia eles disseram que iam taca fogo na escola(...)E foram e aí, essa gente baixaram chegaram lá falaram, era o Luiz Suza que era o prefeito, aí chegaram lá eles falaram, e ele disse olha volta quando eles chegarem lá tu diz prá eles que eu vou assistir eles tocarem fogo na escola. E quando foi um certo dia eles chegaram aqui, eles passaram bem por fora não encostaram mais, aí teve uma prima minha que disse olha tu qué sabê de uma coisa vamos levantar uma comunidade aqui ai foi que prá nós conseguir a comunidade ai eles vão se afugentar daí, ai foi que nós conseguimos essa comunidade,...”*(Antônia Pereira de Jesus, 52anos) (FUNIES, 2000, 23)

Como forma de assegurarem as pratica de uso comum do território para a atividade extrativista e produção familiar de subsistência, as comunidades remanescentes de quilombos tem realizado a titulação coletiva das áreas que ocupam por meio da Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná-ARQMO (ODWYER, 2005). Em 2003, a comunidade do Abuí conseguiu a titulação das suas terras através da ARQMO, garantindo a gerencia sobre o território é da esfera comunitária (ARAÚJO, 2009).

Os moradores expulsos da comunidade do lago do Jacaré, em razão do processo de desocupação da área atingida pela reserva biológica, deslocaram-se para Abui, localizado na margem esquerda do Rio Trombetas, resultando no aumento populacional significativo desta comunidade (FUNES,2004).

*“... Diz que o IBAMA comprou essa terra e foram desapropriaram sem direito a nada. Eu recebi pelo menos a indenização que deram, foi de dois mil cruzeiros, naquele tempo, e hoje em dia num dá nem prá comprá uma caixa de fósforo. Tinha 25 famílias, que morava lá dentro. Essas 25 famílias foram expulsas de lá. Tem eu aqui, tem um senhor por*

*nome Manduca, tem lá pro Oriximiná, pro Capintuba, no Cuminá, pelo Moura”*. (Sr. Argemiro Vieira dos Santos, 72 anos) (FUNES, 2004, 21).

## Referências Bibliográficas

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO- AGU. AGU, Incra e MDA querem acelerar acordos para titulação de áreas quilombolas em unidades de conservação.

Publicado em: 28/05/2009. Disponível em:

[http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateImagemTexto.aspx?idConteudo=83282&id\\_site=3](http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateImagemTexto.aspx?idConteudo=83282&id_site=3)

ARAÚJO, Cauan Ferreira. A Produção Agro-Extrativa na Construção do Espaço Socioeconômico na Comunidade Quilombola de Abuí, no Rio Trombetas, Oriximiná-PA. Resumos do VI CBA e II CLAA. Rev. Bras. De Agroecologia. Vol. 4 No. 2 nov. 2009.

CALDERARO, Jorge. Oriximiná 110 anos de História de Poder e Glória na região Oeste do Pará. Especial para Uruá-Taperá – Gazeta do Oeste. 17/12/2004.

FUNES, Eurípedes Antônio. Comunidades Remanescentes dos Mocambos do Alto Trombetas. Projeto manejo do território Quilombola. Departamento de História Universidade Federal do Ceará. 2000. <http://www.episp.org.br/comunidades/pdf/alto-trombetas.pdf>

\_\_\_\_\_. Mocambos do Trombetas – História, Memória e Identidade. *EA Virtual* n° 2. Barcelona-Espanha, v. 1, n. 1, p. 05-25, 2004

[http://www.ub.edu/afroamerica/EAV2/funes\\_d.pdf](http://www.ub.edu/afroamerica/EAV2/funes_d.pdf)

ODWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e as fronteiras da antropologia. *Antropolítica* (UFF), v.19, p.91-111, 2005.

## **AMAPÁ**

### **58. Reserva Biológica de Maracá-Jipioca<sup>39</sup>**

#### **Criação**

A Estação Ecológica Maracá-Jipioca foi criada pelo Decreto Federal n.º 86.061, de 2 de julho de 1981, abrangendo a concavidade da costa atlântica do Estado do Amapá, próxima ao Cabo Norte, no município de Amapá, a 306 quilômetros da capital do estado. O acesso, a partir de Macapá, pode ser por via fluvial e marítima ou rodoviária, dirigindo-se para a cidade de Amapá, a partir da qual, por via marítima, atingem-se as ilhas.

Esta unidade de conservação é composta por três ilhas, Maracá Norte, Maracá Sul e Jipioca, totalizando aproximadamente 72.000 hectares, banhados pelo oceano Atlântico, rio Amapá, Região dos Lagos. Os limites da estação ecológica envolvem áreas inundáveis, floresta densa de terra firme e áreas savaníticas.

Com extensos de manguezais, a área está totalmente inserida em um ambiente de estuário, aspecto que define a região como de grande importância e alta prioridade para a conservação da biodiversidade amazônica.

#### **População tradicional**

A população tradicional inserida nos limites e no entorno da Estação Ecológica de Maracá-Jipioca é caracterizada como ribeirinha.

Existem doze comunidades tradicionais, inseridas nos limites do município de Amapá, voltadas principalmente para a agricultura de subsistência (Base Aérea, Cruzeiro, Piquiá, Calafate, Amapá Grande, Vulcão do Norte, Ramudo, Vista Alegre, Santo Antonio, Sucuriju, Araguicaua e Paratu).

<sup>39</sup> Texto produzido por Silvia Yagui

No município de Amapá, a população baseia a economia local nas atividades pesqueiras artesanais e nas atividades pecuárias, acompanhadas pelo desenvolvimento da agricultura de subsistência, na qual se destacam o cultivo de mandioca, milho e arroz.

O município possui uma grande quantidade de campos inundáveis, os quais são ideais para o desenvolvimento do gado bubalino, fazendo com que seja considerado o maior produtor de leite e queijo do Estado.

A pesca artesanal desenvolvida pela população da unidade de conservação é voltada principalmente para a captura de espécies como gurijuba, pirarucu, uritinga, piracema, tucunaré, apaiari, branquinha, dentre outras, como o camarão rosa, bastante procurado por seu sabor, tamanho, qualidade e pelo seu valor comercial. A produção pesqueira é destinada tanto para o consumo familiar, quanto para o comércio.

## **Conflitos**

Os principais conflitos existentes na área inserida nos limites da Reserva Ecológica Maracá-Jipioca envolvem as atividades pesqueiras artesanais.

Atividades pesqueiras têm atraído muitas indústrias pesqueiras, embora muitas delas atuem de forma clandestina e predatória. Os conflitos existentes entre a população tradicional da Reserva Ecológica de Maracá-Jipioca e os fazendeiros da região ocorrem em função da interrupção dos cursos dos rios pelos fazendeiros, que no intuito de confinar os peixes impedem a realização da pesca nas demais áreas, gerando situações de violência entre os atores envolvidos no conflito.

*Este fato, comum nas áreas protegidas e nas propriedades pecuárias, revolta os pescadores, que reclamam da truculência com que são tratados pelos empregados das fazendas. Os fazendeiros “fecham” o rio, recorrendo a empregados armados. “O fazendeiro comprou a terra, não o rio” – reclama um pescador (MARINHO, 2009).*

Os pescadores artesanais que dependem dos recursos naturais protegidos pela unidade de conservação também sofrem restrições dos órgãos ambientais responsáveis pela área. Diversas áreas de pesca tradicionais passam a ter o acesso regulado ou

proibido, sem relevar o aspecto tradicional da atividade desenvolvida anteriormente nessas áreas, e dificultando a sobrevivência dos moradores locais.

O IBAMA realiza algumas operações na região, no intuito de apreender embarcações nas áreas proibidas para a pesca, assim como apetrechos irregulares. Os pescadores industriais, além de prejudicar o meio ambiente local, também trazem problemas para a população local que depende dos recursos pesqueiros para sobreviver, os quais têm os estoques diminuídos em função da pesca em larga escala.

*A equipe apreendeu ainda nove mil braças de rede e petrechos de pesca, e quatro toneladas de pescado das espécies gurijuba, bagre e pescada, lavrando Autos de Infração no valor de R\$ 100 mil. A maior parte do pescado foi doada para instituições beneficentes locais, como a Unidade hospitalar, Secretaria de Promoção Social, Centro de Custódia, Batalhão da Polícia Militar e parte foi distribuído para comunitários da Associação de Moradores do Assentamento Cruzeiro, localizado à uma hora de distância da cidade do Amapá. Cerca de 500 quilos foram doados para instituições beneficentes em Macapá e Santana, como o Abrigo São José e a Casa da Hospitalidade, entre outras. (IBAMA, 2006).*

Estas operações atingem os pescadores industriais, a maioria em situação irregular, mas também atingem os pescadores artesanais, que desenvolvem a atividade em caráter de subsistência ou baixa produção comercial.

### **Relatos de moradores**

Os conflitos existentes na área da Reserva Ecológica de Marcá-Jipioca não são alvos de muitas pesquisas acadêmicas ou relatórios de instituições governamentais e não governamentais, de modo que os relatos de moradores são escassos.

Neste primeiro momento, encontrou-se apenas um breve relato, referente aos conflitos entre a população ribeirinha local e os grandes fazendeiros:

*“O fazendeiro comprou a terra, não o rio” – reclama um pescador  
(MARINHO, 2009).*

Além das proibições impostas pela inserção da área nos limites de uma unidade de conservação de proteção integral, a população tradicional também sofre diversas restrições conferidas pelos grandes proprietários de terras, a maioria, pecuaristas, que limitam o acesso dos pescadores artesanais à áreas de pescas tradicionais e essenciais para a subsistência no local.

### **Referências bibliográficas**

BRUCK, Eugênio Camargo. - Estudos Iniciais de Implantação da estação Ecológica de Maracá - Jipioca - AP. FBCN, s/d: 91.

MARINHO, Marcos dos Santos. Movimento Social e Conflitos na pesca. Tese de doutorado. Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

IBAMA. Ibama apreende barcos e pescado em Maracá-Jipioca. Brasília, 2006. Disponível em: < <http://www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=213815> > Acesso em 06 out. 2010.

JUNIOR, Alipio. Amapá. Disponível em: < [http://www.amapa.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=47&Itemid=53](http://www.amapa.net/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=53) > Acesso em 06 out. 2010.



## **59. Parque Nacional Cabo Orange<sup>40</sup>**

### **Criação**

Localizado no extremo norte do litoral do Estado do Amapá, faz fronteira ao norte com a Guiana Francesa, a oeste com as terras indígenas Uaçá e Juminã e o assentamento de Vila Velha, e a leste com o oceano atlântico. Abrange parte dos municípios de Calçoene e Oiapoque, no Estado do Amapá. Criado em 15 de julho de 1980, através do decreto lei 84.913, o Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO) possui uma área de 619.000 ha e uma faixa litorânea de até 200 km, ocupando mais 10 km mar adentro. Destaca-se com uma grande extensão de mangue e ecossistemas terrestres.

O Parque foi criado em território indígena, causando sobreposição de território, porém, apesar da sobreposição das terras indígenas Uaçá não houve conflitos, pois o acordo entre o IBAMA e a FUNAI garantiram a demarcação da terra para os índios e a proteção do Parque.

### **População tradicional**

O Parque abriga a terra indígena de Uaçá que abrange índios de três etnias: Palikur, Galibi e Karipuna. A etnia de Palikur aparece nos relatos do Navegador Vicente Pinzón em 1513, os Karipuna que se estima ter chegado à região de Curipi em fins do sec. XIX e os Galibi Marworno e os Galibi Oiapoque originários da região do rio Maná, no litoral da Guiana Francesa, tendo migrado para o Brasil por volta de 1950 (MELO 2007).

O parque nacional do cabo Orange é dividido pelo rio Cassiporé abrigando três núcleos populacionais não indígenas no entorno do Parque: Vila Velha do Cassiporé, Primeiro de Cassiporé e Carnot. Além dessas populações já citadas acima, há dois núcleos populacionais no interior da Unidade de Conservação: Taperebá localizado as margens do Rio Cassiporé, e Cunani situado as margens do Rio Cunani.

---

<sup>40</sup> Texto produzido por Ana Francisca de Jesus

Os habitantes das comunidades vivem isolados por conta da geografia local e fazem pequenas roças de banana e mandioca. Além da pesca do tucunaré e piranha a população se alimenta dos ovos de tracajá, uma espécie de tartaruga endêmica que contém elevado valor nutritivo.

## **Conflitos**

De acordo com Almeida, 2004, a população indígena habitante do interior e entorno do Parque não apresenta conflitos em relação à sobreposição de áreas. Porém, a existência de uma comunidade remanescente de quilombo no interior do PNCO traz sérios problemas no que concerne a reivindicação de regulamentação fundiária.

O problema da sobreposição do Parque em terras quilombolas está previsto no decreto 5.758 de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP). Esse plano prevê a participação efetiva dos representantes das comunidades quilombolas nas reuniões dos conselhos como estratégia para solucionar os problemas de conflitos nas áreas de sobreposição do Parque (grifo meu).

Contudo, as populações quilombolas não participam das discussões sobre o Parque e continuarão servindo à sociedade urbana industrial através de projetos de ecoturismo criado pelo poder público local, como demonstram Almeida, (2004) e os depoimentos dos agentes locais do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis) e do IEPA (Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológicas do Estado do Amapá).

*“Então, hoje quando se pensa em abrir ao turismo e outra atividade que possam ajudar essas comunidades, tem um enorme potencial, são pessoas que conhecem a área, mais do que ninguém, que serão futuros guias, futuros, é... futuros guardas florestais ou o que a gente precisa realmente, dali que você tira conhecimento e pessoas capacitadas para atuar na área” (IBAMA).*

*“é uma área cultural, são quilombolas, entendeu, ela pode servir também como um bom trabalho já que o parque pode trabalhar essa questão do ecoturismo, diferente de outras unidades que são restritas a questão de uso” (IEPA).*

## Depoimentos

O Parque abriga outras populações tradicionais como quilombolas e ribeirinhos. Nos depoimentos recolhidos por Almeida, 2007 apresenta-se a visão institucional da RURAP (Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá), da SETEC (Secretaria de Estado de Tecnologia e Ciência), da ADAP/SEAP (Agencia de Desenvolvimento do Estado do Amapá e Secretaria de Aquicultura e Pesca):

*“Existem dois assentamentos, existe as áreas indígenas que ficam no entorno do Parque deve-se levar em consideração essas pessoas do entorno e de dentro do Parque. Vila Velha está ali há anos deveria levar em consideração algum trabalho, alguma política de assistência, já que estão em uma área limitada. Antes eles trabalhavam para tirar seu sustento, faziam suas roças, suas criações e hoje já não podem” (RURAP).*

*“São comunidades mais tradicionais que ali estão presentes até hoje” (SETEC).*

*“São populações com números reduzidos, tradicionais que convivem harmoniosamente com a natureza, sem depredar. Alguns ribeirinhos que vivem há mais de 30 anos sem nenhum indício de depredação, de dano para natureza” (ADAP/SEAF).*

A presença de população humana nos parques nacionais é proibida pela legislação. Porém, essa mesma legislação que proíbe também ressalva a importância das populações tradicionais para a manutenção da biodiversidade. A seguir, há dois depoimentos que ilustram esse antagonismo: presença e expulsão das populações tradicionais do interior e entorno do PNCO (MELO, 2007:70)

*“Querem porque querem tirar o pessoal da comunidade. Mas eu quero saber por que eles querem*

*tirar! Qual é o motivo que eles querem tirar esse pessoal”.*

*“Não sei porque eles querem jogar a gente daqui. Não sei qual é o motivo que riqueza que tem aqui. Que eles querem”.*

Em relação à especulação sobre os reais motivos da retirada da população do parque, seguem os depoimentos dos moradores sobre o interesse dos órgãos públicos em montar atividade de turismo no PNCO (MELO, 2007:71).

*“Que isso aqui mais tarde pode ser um ponto turista e ai vai dar uma renda muito grande para esse lugar. Ai no caso, disso eu não vou dizer que sim nem que não. Ai uma comparação como nós fazemos assim, e se a comunidade sair daqui, pra quem é a renda que vem dar? Quem é que está aqui? Não é eles? Ai eles tem um barco, vamos dizer, eles tem um barco, o turista precisa dar uma volta, e quem é que vai pegar esse dinheiro, não é eles? É eles! Ai pra depois eles poderem dizer: é, quem podia pegar esse dinheiro era o pessoal que morava aqui do local, como eles foram besta, já botamos a gente pra correr, quem está ganhando esse dinheiro somos nós”.*

## **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Claudia Horta de. **O olhar dos atores institucionais para a gestão de parques nacionais na fronteira amazônica. Os PARNAS montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange** – AP. Rio de Janeiro, CFCH, UFRJ. Dissertação de mestrado, 2007.

MELO, Gustavo Mendes de. **A leitura da gestão dos parques nacionais sob a ótica das populações locais: os parques nacionais Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange**. Rio de Janeiro,: CFCH, UFRJ, Dissertação de mestrado, 2007.

## **60. Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque<sup>41</sup>**

### **Criação**

O Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque situa-se na Floresta Amazônica e abrange o território parcial de seis municípios, sendo cinco no Estado do Amapá e um no do Pará (Calçoene, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio no estado do Amapá e Almeirim no estado do Pará). Com uma área de 3.882.120 hectares é considerada a maior unidade de conservação do Brasil e uma das maiores áreas de floresta tropical protegidas do mundo.

Criado por decreto federal em 22 de agosto de 2002 e limitado ao norte pela fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, o parque protege uma área de Floresta Amazônica amplamente preservada, repleta de características peculiares que abrangem desde a flora e fauna até o relevo da região.

A flora e a fauna protegidas por esta unidade de conservação de proteção integral que compreende 27% do estado do Amapá são muito ricas e pouco estudadas. Além das belezas cênicas, o Tumucumaque possui em seu interior inscrições rupestres de tribos indígenas antigas e as nascentes dos principais rios do Estado do Amapá.

A região também recebe destaque devido ao seu relevo, predominante plano, mas que em duas regiões é composto por grandes montanhas rochosas, que constituem a Serra do Tumucumaque, que dá nome ao parque e a Serra Lombarda.

Enfatiza-se também o fato de que a área da unidade de conservação, principalmente a montanhosa, recebeu apenas uma expedição científica. Também não há registros de atividades turísticas ou de expedições de aventura nas regiões mais remotas do parque.

### **População tradicional**

---

<sup>41</sup> Texto produzido por Bárbara Elisa Pereira

A localidade de Vila Brasil é uma comunidade ribeirinha, considerada o principal núcleo de habitação humana existente dentro dos limites do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, seguida pela comunidade de Ilha Bela. Um levantamento realizado no período de 28 a 30 de setembro de 2005 (FIGUEREIDO, 2006), contabilizou uma população de 164 pessoas, sendo 109 homens e 53 mulheres.

A Vila Brasil não é uma ilha, mas se comporta e funciona como tal. Localizada no Rio Oiapoque, é cercada em parte pela Floresta Amazônica e em parte pelo Rio Oiapoque, de modo que os meios de acesso ao local não são fáceis, podendo ser realizado por meio fluvial, totalizando seis horas de barco pelo Rio Oiapoque, ou por via aérea, com o fretamento de aviões de pequeno porte.

A ocupação da área, principalmente por paraenses e nordestinos, deu-se em razão do garimpo, que até hoje detém papel importante na economia da região, mesmo que não formalmente. Esta atividade irregular é exercida principalmente pelos moradores de Ilha Bela, que tem a economia quase totalmente voltada para o garimpo.

A subsistência da população local também recorre à utilização dos recursos naturais, por meio das atividades de pesca, realizadas no rio Oiapoque, assim como da caça de subsistência, ainda que essas atividades não possam ser caracterizadas como a principal fonte de subsistência.

Existem também constantes atividades comerciais com os indígenas da Guiana Francesa, que realizam as compras de mantimentos e outros produtos no Brasil. Estas atividades mercantis estão na base econômica da Vila, pois o comércio de produtos perecíveis e destinados a abastecer a comunidade francesa Indígena de Camopí gera a movimentação da economia local.

População local estimada antes da criação da unidade de conservação: Não foram encontrados registros anteriores à criação da unidade de conservação.

População local estimada atualmente: 164 habitantes na Vila Brasil, em 2005 (FIGUEREIDO, 2006).

## **Conflitos**

Os aspectos relacionados às propriedades privadas da área inserida nos limites do parque e seu entorno não são causadores de conflitos intensos entre o estado e a população de Vila Brasil, por essa ser considerada não geradora de grandes impactos

negativos ao ambiente local, a também por se mostrar receptiva à implementação da unidade de conservação (SOARES & CHELALA, 2009):

*[...] Que na opinião do depoente, uma boa alternativa para a consolidação do Parque é a exclusão de VILA BRASIL dos limites do parque, através de uma redefinição de sua linha limítrofe; (...) que outra solução para o problema de VILA BRASIL, seria a sua completa retirada, tal como prevê a lei do SNUC n° 9985/2000, porém, na visão do depoente, isto afetaria sobremaneira os vínculos sociais e econômicos existentes entre VILA BRASIL e a comunidade de CAMOPÍ, na GUIANA FRANCESA; que por esta razão o depoente sustenta que a melhor solução para a questão seria a redefinição dos limites do Parque, conforme já mencionado anteriormente; que VILA BRASIL poderia ser utilizada como ponto de apoio para o IBAMA; que a manutenção de VILA BRASIL vai ao encontro dos interesses das Forças Armadas, que tem por política institucional o povoamento da fronteira, como forma de garantir a soberania do Brasil; que como o parque abrange área de fronteira é de todo interessante que haja uma interação entre os órgãos locais federais, notadamente o Conselho de Defesa Nacional. [...] (BRASIL, 2007, p. 49) (SOARES & CHELALA, 2009).*

Já no caso de Ilha Bela, o IBAMA vê a necessidade da retirada da população local, pois considera que o garimpo, principal atividade da comunidade, gera muitos impactos negativos ao meio ambiente. Essa atividade propulsiona conflitos entre os moradores e o Estado, que além de ser favorável à retirada dos mesmos, também atua por meio de ações fiscalizadoras.

A implementação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque restringiu o acesso das duas comunidades ribeirinhas inseridas em seus limites aos recursos naturais da floresta que circunda Vila Brasil e Ilha Bela. Entretanto, mesmo que sejam caracterizadas como populações ribeirinhas, ambas as comunidades desenvolvem outras atividades econômicas, como o comércio e o garimpo, que garantem a sobrevivência no

local. O desenvolvimento de atividades extrativistas se resume à caça e a pesca de subsistência, sendo a primeira alvo de fiscalização dos órgãos ambientais.

### **Relatos de moradores**

Os aspectos relacionados com a retirada dos moradores da Vila Brasil do local ou da retirada da Vila Brasil dos limites do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque são responsáveis pela existência de uma situação de desconforto e incertezas.

*“Porque até agora ninguém sabe definitivamente, nem se nós vamos ficar aqui nesse tempo na Vila Brasil (...) a gente não sabe o que vai acontecer mais na frente. A gente não sabe a verdade” (sujeito 2). (MELO, 2007).*

*“A gente sair daqui, ninguém sai não. Sair assim, ninguém vai sair não (...) Porque a gente veio primeiro (...) Eu fiquei aqui porque aqui é minha vida. Aqui eu sou feliz (...) Uma coisa que você gosta e faz feliz, você vai lutar por ela. (...) a gente vai lutar por nossos direitos de cidadão” (sujeito 3). (MELO, 2007).*

A ausência da decisão do Estado acerca das ações relacionadas aos assuntos fundiários na região resulta em uma série de questionamentos da população, que ao conhecer que a legislação ambiental referente a uma unidade de conservação de proteção integral implica na retirada dos moradores da área, percebe que o estado não tem condições de cumpri-la, deixando os moradores na ilegalidade e em uma situação de incerteza acerca do futuro.

*“Aí uma comunidade tinha que sair, aí de lá, o governo estadual, ou governo federal, não sei, pagou, disse que ia pagar até hoje ainda moram os mesmo moradores. Porque o governo não pagou” (sujeito 1). (MELO, 2007)*



Ainda que não exista uma posição contrária da população em relação à unidade de conservação, o modo arbitrário pelo qual a mesma foi criada é responsável por uma série de questionamentos

*“Olha para nós que estamos desde o começo, era uma resistência muito grande. A população e um todo. Não contra a criação do Parque, mas era a forma como estava sendo feito, encaminhado” (Prefeitura de Serra do Navio) (ALMEIDA, 2007).*

*“O parque, ele pra mim e pra comunidade, ele veio repentinamente, porque não esperávamos a criação de um parque aqui (...) eu recebi a notícia do parque foi quando eu peguei o Jornal Nacional, foi que entrou o primeiro dinheiro para a criação” (sujeito 1). (MELO, 2007).*

*“O parque foi formado por uma tarrafa, jogada de cima pra baixo sem nenhuma consulta dos povos que nele estão dentro. Depois, muito timidamente, vieram 2, 3 pessoas do IBAMA, e disseram olha, aqui é um parque no qual nós vamos gerenciar, e tudo mais (...) nunca foi uma autoridade para falar que a partir de tal momento a área na qual está estabelecida a Vila Brasil se tornaria um Parque Nacional” (sujeito 5). (MELO, 2007)*

Entretanto, parte da população demonstra um posicionamento favorável em relação à existência do parque, por meio do reconhecimento da importância da proteção do meio ambiente local para a própria sobrevivência:

*“Que na verdade, nós como povos indígenas, né, a gente não quer acabar com o meio, né, principalmente, nosso... por que é nosso, né, o meio ambiente a gente vive daquilo, se a gente não fosse depender daquilo, a gente não seria nada, né, então, quer dizer, o que tem ali dentro do Parque, né, não deve ser acabada e nem ser destruída” (APITU) (ALMEIDA, 2007).*

*“nós temos uma diversidade bastante grande de comunidades, temos assentamentos agrícolas no entorno que normalmente abrigam pessoas que não são necessariamente da região, não são amapaenses, eles podem ter vindo de outras regiões. Um exemplo muito claro são comunidades compostas basicamente de pessoas vindas do Maranhão, no eixo da perimetral norte, um exemplo é a Tucano 2, basicamente composta de Maranhenses. Tem populações indígenas, porque o Parque faz limite com duas terras indígenas, então também são nossos vizinhos. E existem também do outro lado das fronteiras populações no caso francesas, francoguianenses, também indígenas franco-guianenses. E as pessoas da comunidade Vila Brasil, essa é a única que esta inserida no Parque” (IBAMA/PNMT) (ALMEIDA, 2007).*

É interessante perceber a importância que os órgãos governamentais responsáveis pela área atribuem às população tradicionais que residem no interior do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, na tentativa de desenvolver uma gestão participativa, que considere os conhecimentos tradicionais nas ações voltadas para a proteção do meio ambiente local.

*“temos que escutar eles, porque eles conhecem o território, eles vivem desde muitas gerações neste território, eles tem prática que sempre respeitaram o meio ambiente e é importante escutar e definir com eles como gerir esse Parque e também é necessário que se comprometam e digam que desenvolvimento que eles querem, que atividades eles querem desenvolver”(MEDS) (ALMEIDA, 2007).*

*“eu vejo, eu vejo um lado bom deles tarem ali e preservar, né, e ajudar a preservar, os órgãos competentes tentar formalizar*

*uma parceria com eles e tentar preservar” (ACT) (ALMEIDA, 2007).*

*“a comunidade tradicional que já vive a centenas de anos, já não é de hoje que essa comunidade vive lá, tá, ela tem uma consciência muito grande em relação a conservação, por que a dificuldade que a gente tem são com as pessoas que vem de fora (do sul) pra usufruir ou usar da matéria-prima” (SETUR) (ALMEIDA, 2007).*

*“são populações que embora, assim, poucas do ponto de vista, em termos de números, mas mais dispersas e que são tradicionais, que convivem a muitos anos, harmoniosamente com a natureza” (ADAP/SEAF) (ALMEIDA, 2007).*

Como a criação do parque impôs restrições ao desenvolvimento de atividade de garimpo, a população da comunidade de Vila Brasil se apresenta favorável à fiscalização, já que a comunidade não baseia sua economia no garimpo.

*“antes da criação do Parque era um pouco violento aqui, tinha umas confusões, mas depois do parque melhorou tudo, ficou muito mais tranquilo. Às vezes era o pessoal do garimpo ou do Oiapoque que ficavam aqui, ai eles aprontavam e iam embora, a gente não sabia quem era. Depois do parque diminuiu a frequência de garimpeiros aqui, diminuiu bastante.” (Ana Célia dos Santos, Q. 29) (SOARES & CHELALA, 2009).*

Por outro lado, ainda que a caça e a agricultura de subsistência não sejam as principais atividades desenvolvidas, as privações decorrentes da legislação ambiental que impossibilitam a população de utilizar os recursos naturais são responsáveis por conflitos entre a comunidade e a administração do parque

*“Nós, especialmente que moramos na região do em torno do Parque, a gente acaba produzindo serviços ambientais para o*

*resto da humanidade e muitas das vezes a gente fica privado de sequer a agricultura da subsistência” (FETAGRI) (ALMEIDA, 2007)*

*“Uma norma mesmo, diz que vai ter. Pra esse negócio de pesca” (sujeito 2). “Tem que esperar pela vontade do parque, ninguém pode plantar um pé de feijão, não pode plantar nada, e não pode colher nada” (sujeito 1). (MELO, 2007)*

*Reclamam de não poderem mais construir ou fazer reformas em suas casas, sem que para isso tenham que pedir autorização. Certo é que os malefícios a que esses moradores se referem estão diretamente ligados às ações do IBAMA na Vila para administrar a situação da mesma dentro do Parque. (SOARES & CHELALA, 2009).*

## **Referências bibliográficas**

ALMEIDA, Claudia Horta de. O olhar dos atores institucionais para a gestão dos parques nacionais na fronteira amazônica. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia da UFRJ, 2007.

FIGUEIREDO, Simone da Silva. Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque - Levantamento socioeconômico. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

MELO, Gustavo Mendes de. A leitura da gestão dos parques nacionais sob a ótica das populações locais: os parques nacionais de Montanhas de Tumucumaque e Cabo Orange. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia da UFRJ, 2007.

SOARES, Christianne Lacy; CHELALA, Cláudia. O Caso de Vila Brasil no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. PRACS: Revista Eletrônica de

## ACRE

### 61. Parque Nacional da Serra do Divisor<sup>42</sup>

#### Criação

O Parque Nacional da Serra do Divisor (PNDS) é o quarto maior parque nacional do país, possuindo uma área de aproximadamente 843.000 ha. Criado em 16 de junho de 1989 pelo Decreto Federal nº. 97.839, como parte de uma política ambiental, que segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), objetiva a criação de um cinturão de proteção florestal nas áreas de fronteira do país. Segundo informações do próprio ministério, o PNDS é considerado o local de maior biodiversidade da Amazônia.

Localizado no extremo oeste do Estado do Acre, na bacia hidrográfica do Alto Rio Juruá, na fronteira do Brasil com o Peru, sendo considerado a unidade de conservação que fica no ponto mais ocidental da Amazônia (ponto do país mais próximo ao Oceano Pacífico) abrangendo áreas de cinco municípios: Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo.

O processo de criação do PNSD, por meio de decreto presidencial, simboliza a relação hierárquica e autoritária nos processos de decisão dos aparelhos do Estado para com as famílias e povos englobados pela área da unidade de conservação. Na leitura dos movimentos sociais, esses atos do poder público são decisões “de cima para baixo” (*top down*), impostas pelos atores sociais vinculados às burocracias do poder Executivo e universidades. Isto é, acadêmicos e servidores dos aparelhos de Estado se reúnem e produzem as áreas e perímetros, sem a participação e consulta às populações humanas atingidas (BARNES, 2006).

---

<sup>42</sup> Texto produzido por Silvia Yagui

O impacto da criação do PNSD teve grandes proporções na realidade fundiária do Vale do Juruá. Dito de outro modo, o Estado, por meio do seu *corpus* funcional e ideológico, os aparelhos burocráticos, como neste momento o denominado Ibama, imprimiu um novo controle sobre os processos territoriais e as formas costumeiras de utilização dos recursos naturais pelos distintos grupos sociais (índios, seringueiros e fazendeiros), historicamente presentes na ocupação e conflitos na área açambarcada pelo projeto estatal para o PNSD e suas adjacências (BARNES, 2006).

O INCRA baixou uma portaria criando o PAF Havaí (Projeto de Assentamento Florestal), uma área de 30.000 ha na cidade de Mâncio Lima, para alocar os moradores do Parque. Nenhum morador aceitou ir para este local e a situação dos moradores do Parque ainda está indefinida. O que a realidade parece indicar é que o IBAMA irá pressionar os moradores de tal forma que eles vão migrar para as cidades próximas, como já aconteceu com um bom número de famílias do Parque.

### **Populações Tradicionais**

Residem atualmente no Parque cerca de 722 famílias que representam aproximadamente 2.200 pessoas. As famílias sobrevivem da agricultura, caça e pesca, criação de animais e extrativismo. Todas estas atividades têm sido objeto de medidas bastante restritivas pelos órgãos de fiscalização ambiental. Os limites permitidos pelo IBAMA para as atividades produtivas dos moradores colocam em cheque a própria sobrevivência dos moradores do Parque.

A situação dos moradores é bastante difícil porque se encontram no limite da garantia da sua sobrevivência devido às restrições impostas pelo IBAMA às atividades reprodutivas que eles praticam há muito tempo. Todas as famílias são de antigos seringueiros que foram para a Serra do Môa (como era conhecida a região antes da constituição do Parque) pressionados nos seus locais de origem pelos seringalistas latifundiários.

Na área sul do Parque, a mais povoada, a situação dos moradores é dramática devido à última enchente do Rio Juruá no início de 2008, que foi considerada a pior alagação dos últimos 80 anos. Toda a produção de bananas, a maior da região, foi perdida. Os moradores perderam todo o seu roçado de mandioca, milho e feijão e muitos perderam suas moradias. Atualmente sobrevivem da venda nas cidades próximas de pequenas

retiradas de madeira e de vassouras de piaçava e de cipó. Ambas as atividades são duramente reprimidas pelo IBAMA porque ele conta com olheiros que ficam no porto da cidade de Cruzeiro do Sul que os avisam quando os pequenos agricultores chegam com as vassouras e as madeiras. Vale ressaltar que esta é a política de repressão amplamente realizada pelo IBAMA em todos os estados da Amazônia que é a de criminalizar os pequenos camponeses por crimes ambientais, acarretando ainda mais graves ameaças às tradicionais formas de vida de milhares de camponeses, índios e ribeirinhos que secularmente protegeram a floresta em que vivem. Esta é uma das principais conseqüências que a política de preservação ambiental engendrada por organismos conservacionistas internacionais, como as grandes ONGS ambientalistas, provocou como nova reconfiguração do espaço agrário amazônico, que já possui hoje 43% ou 209 milhões de hectares de áreas protegidas (CAMELY, 2008).

### **Conflitos**

Os conflitos existem entre os moradores e as restrições impostas pelo IBAMA desde a criação do Parque. Para o IBAMA as atividades conflitantes com a conservação integral do Parque são: ocupação humana, extrativismo não-madeireiro (seringa, palhas, cipós) e madeireiro, agricultura, pecuária, desmatamento, criação de animais domésticos, caça e pesca de subsistência e comercial, comércio de peles, extração de fósseis e pedras pomes, mudanças artificiais nos cursos dos rios (*cortes de voltas*), acampamento. Para os moradores, o conflito é garantir suas terras e sua reprodução sob a constante ameaça de serem retirados do Parque e de enquanto isto subsistir com as restrições impostas às suas atividades.

### **Relatos de moradores**

No início do Parque tem uma base do exército que justifica sua presença no controle do tráfico de drogas que existe nesta região de fronteira com o Peru. Os moradores fizeram várias queixas porque sentem-se humilhados e constrangidos ao terem suas canoas e barcos revistados pelos soldados do exército. Nas entrevistas que as restrições ambientais impostas, além de terem um caráter conservacionista, acarretam várias conseqüências sobre os modos de vida da população local:

*“Às vezes eu vou caçar com meu marido, a gente caça anta, porco, macaco. Também mariscamos. Podemos mariscar de anzol miúdo, não pode mariscar de tarrafa, porque eles dizem que pegamos o peixe pequeno. Mas aqui pro interior isto é errado porque é nosso meio de vida, temos que viver é desse material mesmo...”*

*“Eu me sinto humilhada porque eles corrigem tudo na canoa da gente. Até o saco de farinha eles furaram na canoa de um rapaz. Eu me sinto humilhada porque eles não acreditam na gente. Eles perguntam se a gente leva carne de caça e mesmo a gente dizendo que não eles olham tudo”.*

*“O IBAMA proíbe a gente de matar onça e de ter cachorro para espantar onça. Outro dia estive aqui o Baiano da Polícia Federal, com a Camila que é chefe do Parque. O Baiano disse que eu não podia ter cachorro em casa. Eu disse que o cachorro era para espantar a onça para não atacar minha criação. E aí ele me disse que se alguma onça atacasse minha criação era pra eu tirar uma foto da carniça e levar lá em Cruzeiro do Sul para ele, que ele vinha aqui e dava um jeito na onça. Agora veja se isto tem cabimento. De onde eu vou ter uma máquina para bater foto! Como que vou ter condição para ir até Cruzeiro do Sul!”*

### **Referências bibliográficas**

BARNES, Eduardo Vieira. *O conselho do Parque Nacional da Serra do Divisor: rituais políticos, (sobre)posições e representações territoriais*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2006.



IBAMA.DIREC.CGEUC. *Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Divisor*.

CAMELY, Nazira Correia. *Os agentes do imperialismo na Amazônia ocidental: um estudo da intervenção das ONGs no Estado do Acre*. Niterói: PPGeo-UFF, 2008.

## **62. Reserva Biológica do Guaporé<sup>43</sup>**

### **Criação**

A Reserva Biológica do Guaporé foi criada pelo Decreto nº. 87.587 de 1982, possui uma área de 605.000 ha e está localizada à margem direita do rio Guaporé, ao sul do Estado de Rondônia, no município de Costa Marques. Sua criação tem por objetivo proteger o ecossistema de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, além dos ecossistemas aquáticos como os rios, lagos, campos e florestas inundáveis, os quais são habitat de espécies raras e em perigo de extinção (AMIGOS DA TERRA, 2011).

A reserva Biológica do Guaporé limita-se com a área indígena Rio Branco, onde vive o grupo indígena Makurap (AMIGOS DA TERRA, 2011) e possui sua área totalmente sobreposta a uma comunidade quilombola e em parte sobre a Terra Indígena Massaco, onde vivem povos indígenas isolados (SOCIOAMBIENTAL, 2005).

### **Populações Tradicionais**

A população tradicional do Vale do Guaporé é constituída por quilombolas, descendentes de escravos, que chegaram à região há pelo menos 200 anos. Segundo a tese de doutorado de Marco Antônio Teixeira da Universidade do Federal de Rondônia, o Vale do Guaporé é a única região rondoniense com população quilombola. Seus habitantes descendem de escravos que trabalharam na mineração do ouro entre 1734 e 1835, a partir da antiga capital do Mato Grosso, Vila Bela da Santa Trindade (SOCIOAMBIENTAL, 2005).

Atualmente no Vale existem três comunidades reconhecidas e outras oito com estudos em andamento. Mas pelo menos quatro foram extintas depois da criação da Re-

---

<sup>43</sup> Texto produzido por Silvia Yaguui

bio. A comunidade quilombola de Santo Antônio chegou a ter 300 habitantes e que, agora, estes não passam de oitenta habitantes formadas por cerca de 21 famílias que, sobrevivem dos benefícios dos programas assistenciais do governo federal e da floresta em seu entorno, que vem desaparecendo ao ritmo constante dos tratores de madeireiros e pecuaristas (SOCIOAMBIENTAL, 2005).

## **Conflitos**

Uma portaria publicada no dia 5 de outubro de 2005 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), assinada pelo superintendente regional do In-cra em Rondônia, determinou a demarcação do quilombo Santo Antônio, no Vale do Guaporé, região no extremo noroeste do estado. O problema é que este quilombo tem seu território sobreposto à Reserva Biológica do Guaporé e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) proíbe que os recursos naturais da Reserva do Guaporé sejam explorados por qualquer pessoa, mesmo que faça parte de população tradicional (SOCIOAMBIENTAL, 2005).

Segundo o superintendente do INCRA em Rondônia, Olavo Nienow, a Reserva Biológica do Guaporé não deveria ter sido criada na área ocupada pela comunidade:

*“Não há como contestar a existência do quilombo, muito mais antigo do que a criação da reserva”*  
(SOCIOAMBIENTAL, 2005).

Olavo Nienow explica que a regularização fundiária das comunidades é urgente. Relata, também, que a comunidade de Santo Antônio, em especial, tem sofrido ao longo dos anos um histórico de ameaças, violências e tentativas de despejo:

*“O mais grave é que a reserva é constantemente invadida por madeireiros e não há fiscalização suficiente... E os quilombolas são exatamente os que mais ajudam a preservar os recursos naturais da área.”*  
(SOCIOAMBIENTAL, 2005).

O chefe do INCRA garante que o IBAMA integrou o grupo de trabalho para a regularização fundiária dos quilombos – além de Santo Antônio (com área de quase 87 mil hectares), outra comunidade do Vale do Guaporé foi contemplada por portaria do INCRA: o quilombo de Pedras Negras, mais ao sul do vale – por sua vez sobreposto a uma Reserva Extrativista estadual – foi declarado com quase 43 mil hectares. Além do INCRA e IBAMA, as comissões que decidiram pela demarcação dos quilombos também contaram, de acordo com as portarias, com representantes do governo estadual e da Universidade Federal de Rondônia (SOCIOAMBINTAL, 2005).

Os estudos que fundamentaram a portaria do INCRA que está sendo objeto de polêmica:

*“A criação da Rebio e a presença do IBAMA foram dois fatores que oprimiram a comunidade de Santo Antônio do Guaporé.”* (SOCIOAMBINTAL, 2005).

### **Referências Bibliográficas**

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Identificação de quilombo em reserva biológica cria polêmica em Rondônia. 2005. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2133>. Acessado em: 06/ 04/2011

AMIGOS DA TERRA. Áreas de Conservação Reserva Biológica do Guaporé/RO. Disponível em: [http://www.amazonia.org.br/guia/detalhes.cfm?id=12962&tipo=8&cat\\_id=44&subcat\\_id=184](http://www.amazonia.org.br/guia/detalhes.cfm?id=12962&tipo=8&cat_id=44&subcat_id=184). Acessado em: 06/ 04/2011.